



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Maria Lílian de Medeiros Yared

**A REPRESENTAÇÃO DA CORRUPÇÃO PELA IMPRENSA ESCRITA – UMA
PERSPECTIVA PELA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA**

Brasília

2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Maria Lílian de Medeiros Yared

**A REPRESENTAÇÃO DA CORRUPÇÃO PELA IMPRENSA ESCRITA – UMA
PERSPECTIVA PELA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística, na Área de Concentração: Linguagem e Sociedade e na Linha de Pesquisa: Discurso, Representações Sociais e Textos.

Orientadora: Profa. Dra. Josenia Antunes Vieira

Brasília

2011

Maria Lílian de Medeiros Yared

A representação da corrupção pela imprensa escrita – uma perspectiva pela Análise de Discurso Crítica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística, na Área de Concentração: Linguagem e Sociedade e na Linha de Pesquisa: Discurso, Representações Sociais e Textos.

Orientadora: Profa. Dra. Josenia Antunes Vieira

Aprovada em: 25.11.2011

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Josenia Antunes Vieira (Presidente) – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Célia Maria Magalhães (Membro efetivo) – Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho (Membro efetivo) – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Eliane Ferreira de Sousa (Suplente) – CAPES/Projeção

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Luiz e Maria Luiza, dois professores do Piauí, que me fizeram ver que só o estudo é capaz de nos emancipar.

Agradeço ao meu marido, Marcelo, meu melhor amigo e companheiro, que sempre me incentivou a adquirir uma visão mais científica da realidade.

Agradeço aos meus filhos, Ivan, Julia e Flávia, que me ensinaram que o meu ego pode e deve ser questionado.

Agradeço à minha querida orientadora Josenia Antunes Vieira, amiga e mestra, que me transmitiu a sua seriedade e a sua responsabilidade com a vida acadêmica.

Agradeço aos professores e aos funcionários do PPGL.

Um único texto por si só é insignificante: os efeitos do poder da mídia são cumulativos, trabalhando através da repetição de modos particulares de estabelecer a causalidade e a agência, caminhos particulares de posicionar o leitor. (FAIRCLOUGH, 2001 [1ª edição,1989], p.45)

RESUMO

Esta dissertação busca explicitar os recursos de construção simbólica presentes nas reportagens sobre escândalos de corrupção, publicadas na mídia impressa brasileira, enfatizando como os textos são articulados de forma a transmitir e a reproduzir ideologias que mantêm as estruturas de dominação. Trata-se de um estudo de cunho interpretativo e qualitativo, que pretende ressaltar como os processos sociais estão relacionados aos aspectos semióticos da vida social. Este estudo recorreu principalmente à construção teórico-metodológica proposta por Fairclough em 2003, com suas categorias de análise; à teoria sobre a multimodalidade, de Kress e van Leeuwen (2006 [1996], e 2001), à teoria semiótica-social da multimodalidade, de Kress (2010), e a categorias relativas aos modos de operação da ideologia, estabelecidas por Thompson (1990). Além disso, a pesquisa recorreu a algumas categorias de análise da Gramática Sistêmico Funcional, de Halliday (1994), que se mostraram relevantes. Como ferramentas adicionais na análise, a dissertação foi ancorada em conceitos de teorias sociais estabelecidas por Thompson (1990) e Giddens (2002). O estudo também recorreu a construções conceituais e sociais de pensadores como Bourdieu (1997) e Foucault (2009 [1969]). O *corpus* da pesquisa é composto por três reportagens do jornal Folha de S. Paulo e uma reportagem do sítio da revista Veja na Internet sobre o escândalo de corrupção na Casa Civil, publicado como notícia em setembro de 2010. O estudo concluiu que as representações da corrupção são caracterizadas basicamente pela espetacularização da narrativa, pela utilização das nominalizações, construções que permitem elidir o agente social responsável pelo ato realizado nos processos verbais. Também foi possível perceber que é comum representar os atores sociais empresários de forma impessoal, referindo-se a eles pelo nome da empresa, ou os empresários são representados em segundo plano, classificados como “representantes” ou “assessores”. Isso leva-nos a concluir que esse tipo de representação que elide o papel ativo dos empresários nas relações de corrupção converge com o discurso neoliberal. Também prevalece a representação dos atores sociais que são agentes públicos pela nominalização semiformal ou infomal, o que salienta o caráter de espetáculo. A pesquisa pôde concluir ainda que as representações da corrupção da mídia impressa podem ser influenciadas pelo período eleitoral e que são carregadas ideologicamente pela concepção neoliberal da redução da participação do Estado na organização social brasileira.

Palavras-chave: Representação. Corrupção. Discurso. Semiose.

ABSTRACT

This paper seeks to clarify the features present in the symbolic construction of stories about corruption scandals, published in the Brazilian media, emphasizing how the texts are articulated to transmit and reproduce ideologies that maintain the structures of domination. It is a study of interpretive and qualitative nature, which seeks to highlight how social processes are related to the semiotic aspects of social life. This study used the theoretical-methodological approach proposed by Fairclough in 2003, with its categories of analysis, the categories of the theory about multimodality of Kress and van Leeuwen (2006 [1996], and 2001) and the social-semiotic theory of multimodality, of Kress (2010), and categories relating to the operating modes of ideology, established by Thompson (1990). In addition, the research drew on some categories of Systemic Functional Grammar analysis of Halliday (1994), which proved relevant. As additional tools in the analysis, the dissertation has been grounded in concepts of social theories established by Thompson and Giddens. The study also drew on conceptual constructions and social thinkers such as Foucault and Bourdieu. The body of research is composed of three reports in the newspaper Folha de S. Paulo and a report in *Veja* magazine's website on the Internet about the corruption scandal in Casa Civil, published as news in September 2010. The study concluded that the representations of corruption are characterized primarily by the spectacle of the narrative and the use of nominalizations, constructions that elide the responsible for the act done in verbal processes. I also found that it is common representing the entrepreneurs in an impersonal way, referring to them by company name, or representing them in the background, classified as "representatives" or "advisers." This leads us to conclude that this kind of representation that elides the active role of entrepreneurs in the relations of corruption coincides with the neoliberal discourse. The representation of social actors who are public officials is realized in a semiformal or informal way, which emphasizes the character of the "show". The research could also conclude that the representations of the corruption by the print media can be influenced by the election period and that these representations are ideologically loaded by the neoliberal conception of the reduction of state participation in the Brazilian social organization.

Keywords: Representation. Corruption. Discourse. Semiosis.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Slogan do Governo	14
Quadro 1 – Exemplo de junção de sentidos congruentes entre dois itens lexicais para a formação da metáfora <i>sombra de Dilma</i>	49
Quadro 2 - Perguntas da pesquisa	56
Quadro 3 - Cadeia de eventos conectados em termos de causalidade e de cronologia	68
Quadro 4 - Relações entre textos, eventos e práticas sociais nas eleições Presidenciais do Brasil	69
Quadro 5 - Jornal Folha de S. Paulo, com as três reportagens que serão analisadas.....	71
Quadro 6 – Reportagem do site da revista Veja, que será analisada	72
Quadro 7 - Extratos textuais que podem indicar a classificação dos subgêneros	74
Quadro 8 – Estrutura genérica das reportagens analisadas	77
Quadro 9 - O jogo de vozes na reportagem Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista	79
Quadro 10 - Representação dos atores sociais nas reportagens.....	83
Quadro 11 - Representação da revista Veja pela revista Veja	86
Quadro 12 - Expressões cristalizadas de tom cômico que naturalizam a corrupção.....	87
Quadro 13 - Estratégias de construção simbólica que servem à reificação e à dissimulação	88
Quadro 14 - Escolhas de recursos semióticos com o favorecimento do trânsito das ideologias	89
Fotografia 1 – Lula e Erenice	91
Figura 2 – Representação esquemática no modo vetor	92
Quadro 15 - Representação dos Eventos sociais do título e do subtítulo – Veja	94
Quadro 16 - Representação dos eventos no título e subtítulo – Folha de S. Paulo.....	95
Quadro 17 - Representação dos eventos no título Folha de S. Paulo - 2.....	96
Quadro 18 - Representação dos eventos no título – Folha de S. Paulo – 3	97
Quadro 19 - Processos	98
Figura 3 - Diagramação do jornal Folha de S. Paulo.....	99
Quadro 20 - Diferentes maneiras de representação do ator social erenice guerra nas reportagens da Folha de S. Paulo	101
Quadro 21 - Passivizações do texto C da Folha de S. Paulo	101
Quadro 22 - Rol das principais nominalizações na reportagem do site de Veja.....	103
Quadro 23 - Orações Encaixadas no discurso indireto (jogo de vozes)	104
Quadro 24 – Metáforas do corpus	105
Quadro 25 - Padrões de coocorrência com o vocábulo <i>Casa Civil</i>	107
Quadro 26 - Coocorrências com a palavra <i>empresário</i>	108
Quadro 27 - Coocorrências com a palavra <i>contrato</i>	108
Quadro 28 - Circunstâncias temporais na reportagem Ministra se envolveu em escândalos.	109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OS CONTORNOS DA CORRUPÇÃO NO BRASIL	13
2. 1 Reflexão inicial sobre a corrupção e a Análise de Discurso Crítica.....	17
3 O PASSO A PASSO DA TEORIA	20
3. 1 A prática social como conceito central da Análise de Discurso Crítica.....	20
3.2 A Análise de Discurso Crítica – o discurso.....	20
3.3 A ADC e Foucault.....	21
3.4 Discurso, semiose	22
3.5 As práticas sociais, o campo e o habitus	24
3.6 A modernidade tardia e o discurso	27
3.7 O texto e a representação – a multimodalidade: ampliando os sentidos.....	28
3.8 O contexto da mídia de massa e a comunicação mediada	32
3.9 A mídia e o tempo de cada dia.....	34
3.10 A mídia de massa, a modernidade e o apagamento das fronteiras	34
3.11 O gênero narrativa como modo – a legitimação das reportagens.....	36
3.11.1 <i>As reportagens das denúncias</i>	38
3.12 O gênero como recurso semiótico.....	41
3.13 Os gêneros da mídia de massa são um “blended”	43
4 DIREÇÕES TEÓRICAS DA PESQUISA	46
4.1 O realismo crítico para a Análise de Discurso Crítica: o texto como elemento de eventos sociais	46
4.2 A semiose e a realidade social – a relação dialética	47
4.3 O tecer textual – como os sentidos se entrelaçam.....	48
4.4 A Gramática Sistêmico Funcional – a projeção e a “infiltração”	50
4.5 A ordem do discurso, a prática social das instituições públicas – o conceito de corrupção.....	51
4.6 A imprensa, um meio de massa ligado à governança.....	52
4.7 A mídia, o espaço-tempo e a história	54
5 A TEORIA/METODOLOGIA A SERVIÇO DOS DADOS	56
5.1 Introito.....	56
5.2 Seleção de dados	56

5.3 O contexto do campo simbólico.....	58
5.4 Categorias Analíticas.....	61
6 A BUSCA DOS SENTIDOS TEXTUAIS: A ANÁLISE.....	67
6.1 O grande contexto e as relações externas dos textos	67
6.2 A análise de acordo com as categorias analíticas.....	73
6.2.1 Estrutura genérica das reportagens.....	73
6.2.2 Os textos narrativos e os discursos típicos da mídia de massa.....	81
6.2.3 Representação dos atores sociais:.....	82
6.2.4 A exclusão dos atores sociais	85
6.2.5 A autorrepresentação como autopromoção.....	86
6.2.6 O foco no desvio do foco.....	87
6.2.7 Representação dos eventos sociais	91
6.2.7.1 Representação do processo narrativo – A foto e o fato	91
6.2.7.2 Títulos e subtítulos – Os eventos representados e apresentados	94
6.2.7.3 A representação dos eventos – os processos.....	98
6.3 A diagramação como recurso semiótico	99
6.4 As nominalizações nos textos do corpus	102
6.5 As avaliações “encaixadas” do jornal Folha de S. Paulo	103
6.6 As metáforas.....	104
6.7 As relações textuais internas.....	106
6.7.1 – Padrões de coocorrência entre itens de vocabulário.....	107
7 REFLEXÕES GERAIS DA PESQUISA – UMA RETOMADA GERAL	111
7.1 Considerações sob a ótica da teoria semiótica social da multimodalidade	112
7.2 Um adendo à mão – Mão é ação e prática.....	113
7.3 Mais algumas considerações	114
8 CONCLUSÕES.....	119
REFERÊNCIAS	125
ANEXO A – Sítio do Observatório da Corrupção	131
ANEXO B – Sítio da Transparência Brasil.....	132
ANEXO C - Sítio do Movimento Contra a Corrupção.....	133
ANEXO D - Sítio da Transparência Internacional.	134

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, procurarei percorrer as formas de representação dos escândalos de corrupção pela mídia impressa, buscando analisar e interpretar os textos com base nos recursos semióticos utilizados e nos aspectos sociais e discursivos dos eventos, tomando como ponto central da análise as práticas sociais que estão interligadas aos textos, como as práticas políticas e as práticas da imprensa. O objetivo da investigação é localizar as construções simbólicas que poderão desvelar a dissimulação e a naturalização da corrupção. Usarei a metodologia qualitativa, com uma análise interpretativa, com base na teoria de Fairclough, a Análise de Discurso Crítica, em sua obra de 2003. A seguir darei o plano dessa dissertação e a composição dos capítulos.

No capítulo dois, traço algumas reflexões iniciais sobre a corrupção no Brasil, suas características mais gerais. Também abordarei alguns aspectos sobre a relação entre esse problema social, a corrupção, e a Análise e Discurso Crítica (ADC).

No capítulo três, pretendo seguir os rumos das articulações teóricas da Análise de Discurso Crítica, incluindo a utilização de conceitos de teóricos sociais, como Giddens e Habermas, e com filósofos e cientistas sociais como Foucault e Bourdieu. Também é digno de menção o cientista social Harvey, que, com a sua visão de uma sociedade constituída por momentos, que são discurso/linguagem; poder; crenças/valores/desejos; práticas materiais, instituições/rituais e relações sociais. Essa expressão “momentos da vida social” retira o caráter estático dos fenômenos sociais e os caracteriza com a dinamicidade que lhes é própria, o que serviu à Fairclough, para construir a sua noção da linguagem (semiose) como um dos momentos da vida social, o que implica dizer que a realidade não se reduz ao discurso. Giddens identificou minuciosamente as características da modernidade, caracterizando-a especialmente pelo mecanismo do desencaixe, pelo qual as relações sociais são descoladas do tempo e do espaço em que foram originalmente constituídas. Esse mecanismo do desencaixe é muito útil para a análise das características da comunicação midiática e dos gêneros da imprensa. É muito relevante para a minha pesquisa a importância do espaço público, proposta por Habermas, como um espaço importante para a constituição de uma sociedade mais igualitária e justa – também é relevante observar como a mídia de massa está monopolizando esse espaço.

No capítulo quatro, ressaltarei a contribuição do realismo crítico à epistemologia da ADC. Considero importante essa referência ao realismo crítico porque não posso tratar os

fatos relacionados à corrupção que são denunciados pela imprensa como meras construções discursivas, não reais. Existe o fato real, que é a prática não ética dentro das instituições brasileiras. Essa prática não ética caracteriza as relações entre os agentes públicos e os agentes privados, os empresários. A corrupção significa que, por meio de ações dos servidores públicos, empresários podem assinar contratos bilionários com o Governo. Também neste capítulo vou mostrar a importância de alguns conceitos da Gramática Sistêmico Funcional. Também pretendo abordar alguns aspectos da chamada mídia de massa.

No capítulo metodológico, capítulo cinco, exporei a metodologia da pesquisa, que não pode estar desvinculada da teoria da ADC. Não é possível justificar a metodologia sem o amparo da teoria. Inicialmente, farei uma análise do que chamei de macrocontexto, que é um contexto formado tanto pelo momento histórico no qual os textos da pesquisa foram produzidos quanto por outros textos. Um dos pontos da metodologia para a ADC que Fairclough enfatiza é que a análise textual é apenas uma parte da análise semiótica. De acordo com Fairclough, a análise do texto deve estar localizada dentro de uma análise mais ampla do objeto de pesquisa. (FAIRCLOUGH, 2009, p. 170). Por isso, foi preciso considerar também o ambiente político das eleições presidenciais e as conexões com outros textos publicados na mesma época, ou seja, as relações entre outros eventos textuais. Isso deixa mais clara a minha interpretação porque localiza as condições políticas de produção do texto.

No capítulo seis, procederei à análise textualmente orientada ainda recorrendo às teorizações das categorias e aos conceitos da teoria social e de algumas categorias da Gramática Sistêmico-Funcional. A análise que percorrerei implicará a leitura de outros textos que, embora não façam parte do corpus, servirão como contexto e como recurso semiótico para a construção do meu objeto de pesquisa. De acordo com Fairclough, a Análise de Discurso Crítica é uma teoria e um método porque serve para analisar práticas sociais e, nesses caminhos de análise, contribui para o desenvolvimento de construções teóricas (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999, p.16)

No capítulo sete, farei algumas reflexões gerais sobre a pesquisa. Exporei os possíveis caminhos a que minha pesquisa me conduziu em relação à representação da corrupção pela mídia impressa e às suas consequências sociais. Também vou expor minhas dúvidas em relação aos benefícios dessas narrativas de escândalos para a construção de uma sociedade mais equânime. Não deixarei de mostrar minhas esperanças de resistência social a esse mal que é a corrupção.

Por fim, no capítulo oito, tentarei mostrar algumas conclusões sobre os caminhos a que me conduziram a análise e a interpretação dos dados.

2 OS CONTORNOS DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

A prática da corrupção no *locus* político-institucional brasileiro constitui um grave problema social, ético e econômico, que tende a desestabilizar as instituições basilares do Estado, por enfraquecer o funcionamento da administração pública e da administração da coisa pública, da *res publica*. Essa prática danosa, pelo que podemos ler e interpretar em notícias de jornais, revistas e televisão, está espalhada como uma rede por todos os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — e é realizada por agentes públicos e por empresários, em suas relações com o Estado.

As práticas corruptas nas instituições públicas representam custos muito altos para o Brasil. São custos econômicos e principalmente custos sociais. Tecnicamente, temos um custo de oportunidade altíssimo, uma vez que grandes somas de dinheiro, em vez de serem investidas em benefícios para a população mais desassistida, são desviadas para enriquecimento pessoal. Isso representa um prejuízo muito grande para o País, especialmente em termos de recursos humanos. Os investimentos em infraestrutura que deixam de ser realizados em comunidades carentes podem prejudicar o futuro de milhões de crianças. Esse é o maior prejuízo: graças principalmente à corrupção e à leniência de alguns setores com essa prática, o País não terá um elevado número de profissionais especializados e profissionalmente bem-sucedidos, para competir com a mão de obra externa; o País não terá como recuperar esse atraso em seu desenvolvimento.

Por que o brasileiro não se indigna com a corrupção? Pode ser que o brasileiro não reaja muito à corrupção porque o País vem apresentando um relativo crescimento econômico, que aumentou a capacidade de consumo da população menos favorecida, o que é um aspecto realmente positivo. Talvez por isso não haja uma revolta genuína contra os crimes de corrupção que estão sendo veiculados repetidamente pela imprensa, uma vez que todos estão contentes — como clientes, estão satisfeitos. Mas será que há um contentamento das pessoas como cidadãos em relação aos escândalos de desvio de patrimônio público? Acredito que não. Acredito que os brasileiros começam a se revoltar, como podemos ver pelas marchas contra a corrupção que estão sendo organizadas pelas redes sociais.

Infelizmente, no discurso político do Governo, a meta do País é o que eles chamam de acabar com a pobreza, como se o inimigo fosse a pobreza, uma nominalização personificada que obscurece as verdadeiras causas da pobreza. A pobreza do discurso do Governo é semelhante ao dragão inflacionário na época em que o Brasil tentava combater as variações

muito grandes no preço. Vejamos a peça publicitária do Governo brasileiro atual, em comparação com o discurso que dizia que *a inflação é um dragão de muitas cabeças que provoca a carestia*.

Figura 1 – Slogan do Governo



Fonte: blog.planalto.gov.br

Podemos ver que *pobreza*, agora em 2011, e *dragão*, em 1986, foram os recursos semióticos utilizados nos discursos políticos para encontrar um inimigo comum, antropomorfizá-lo e repetir que é preciso combater esse inimigo. As metáforas de guerra servem claramente: combater a inflação *vis-à-vis* combater a pobreza. Mas são elididos os responsáveis pela inflação, os responsáveis pela pobreza. Trata-se de um tipo de deslocamento – desloca-se a responsabilidade de uma situação social para um substantivo, que fica entificado. Esse deslocamento é um recurso de construção simbólica que permite o controle hegemônico pela amnésia histórica. A pobreza fica personalizada, transformando-se em um fenômeno que sempre existiu, sem origem. E o senso comum vai sendo construído: o problema principal do Brasil é a pobreza. Esse senso comum construído ideologicamente apaga as responsabilidades pelos problemas do País.

Segundo Iedema, “A ressemiotização diz respeito a como a produção de significado muda de contexto para contexto, de prática para prática e de um estágio de uma prática para o próximo” (IEDEMA, 2003, p. 41). Penso que houve uma ressemiotização do significado de “combate à pobreza”. Atualmente “combate à pobreza” no discurso governamental tem um sentido de combate a um agente causador de um problema social. Ocorre que a pobreza em si não é a causa de problemas sociais, mas é a consequência. Da mesma forma, existem outras ressemiotizações no discurso neoliberal. A expressão ‘parceria público-privada’ indica uma privatização às custas de concessões governamentais e ‘flexibilização das leis trabalhistas’ indica uma diminuição dos direitos dos trabalhadores assegurados pela CLT. Todas essas ressemiotizações fazem parte do discurso neoliberal.

Para Fairclough, na Romênia, a palavra *privatização* foi recontextualizada e, na prática, a privatização ocorre através de negociações corruptas que transferem recursos públicos para indivíduos privados, sem virtualmente nenhum custo (FAIRCLOUGH, 2006, p. 67.) Fairclough afirma que a ‘transição’ para o capitalismo na Romênia significou uma recontextualização da palavra privatização. Fairclough afirma que

Podemos dizer que a recontextualização mudou o significado da palavra ‘privatização’, que não é entendida, como no discurso liberal, como um caminho para a eficiência econômica e de valores e práticas empreendedoras, mas como um caminho para o autoenriquecimento extravagante de uma minoria, simultaneamente com o empobrecimento da grande maioria, sem a prometida retomada econômica (FAIRCLOUGH, 2006, pag. 66, tradução nossa).

Entendo que a recontextualização implica uma ressemiotização. Assim, com a recontextualização do discurso neoliberal para a realidade de um país como a Romênia, foi produzido novo sentido para a palavra privatização, porque agora ela é empregada em outro contexto. Fairclough, sobre a recontextualização, diz que

[...] é um processo ativo de apropriação, no qual a extensão e natureza da seleção, retenção (institucionalização), operacionalização e implementação de estratégias e discursos dependem de características econômicas, políticas, sociais e/ou culturais do contexto de recontextualização (FAIRCLOUGH, 2006, p. 170, tradução nossa).

Como as várias recontextualizações, com as consequentes ressemiotizações, podem aparecer nas reportagens de escândalos de corrupção? Uma clara ressemiotização foi a que ocorreu com a palavra *lobby*, que originalmente indica uma atividade perfeitamente legal, por meio da qual a sociedade civil pode fazer valer os seus interesses no Legislativo. Os professores, por exemplo, podem fazer *lobby* para ser votada uma lei que contemple aumento salarial para a classe docente. Mas, atualmente, essa palavra ganhou um sentido qualitativamente negativo. Hoje, *lobby* indica uma atividade ilegal, praticada por um ator social desonesto, especialmente em reportagens-espetáculo.

Os menos favorecidos são os mais afetados pelas práticas de corrupção, aqueles que sentem os seus efeitos, porque dependem da boa vontade do Governo para terem hospitais, escolas e esgotamento sanitário. Há uma relação direta entre um alto nível de corrupção e um baixo nível de desenvolvimento humano (IDH). Não sei se é possível estabelecermos uma relação direta de causa e efeito, mas podemos observar, sem fazermos estudos estatísticos, que, em alguns países da África, por exemplo, onde a população sofre de extrema desnutrição, existe um altíssimo nível de corrupção. Existem estudos mostrando que o País perde muito

dinheiro com os crimes de corrupção. Cito o estudo da FIESP, que mostra que o custo da corrupção é estimado em 1,38% a 2,3% do PIB, ou R\$ 41,5 bilhões a R\$ 69,1 bilhões por ano, em valores de 2008. Uma vez que é possível encontramos alguma dificuldade em fazermos uma ideia do que essa quantia representa, precisamos de algumas comparações entre valores. Esse estudo realizado pela FIESP faz uma comparação entre o valor que se perde com a corrupção e onde esse montante poderia ser aplicado. O estudo expõe o que se segue:

De acordo com os dados do Inep, a rede pública mantém 34,5 milhões de alunos do ensino fundamental, a um custo de R\$ 77,2. Se o dinheiro que é desviado para a corrupção fosse aplicado na educação, estima-se que a rede pública seria capaz de atender mais 16,4 milhões de alunos do ensino fundamental (um aumento de 48%), chegando a um total de quase 51 milhões de alunos. Se, por outro lado, mantivermos o mesmo número de alunos atendidos, com os recursos desviados para a corrupção seria possível aumentar o gasto médio por aluno de R\$ 2.236 para R\$ 3.302. (FIESP-2008, pág. 28.)

Por essa comparação entre dados, podemos ter uma noção do que o dinheiro perdido pela corrupção representaria em termos de investimentos na educação. Escolhi o item educação pelo contexto no qual escrevo essa dissertação. Mas poderíamos ver essa comparação na área da saúde e da infraestrutura.

Segundo o diretor do Grupo de Redução da Pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a corrupção pode gerar mais pobreza do que a crise econômica. Segundo o *site* do Jornal de Minas, o diretor da ONU afirmou que

A corrupção pode ser um entrave maior do que uma crise econômica quando o assunto é combater a pobreza no mundo. A avaliação é de Selim Jahan, diretor do Grupo de Redução da Pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sediado em Nova York, nos Estados Unidos. (Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/09/23/interna_politica,252285/corruptao-pode-gerar-mais-pobreza-do-que-crise-economica-diz-pesquisador.shtml) Notícia publicada em 23.09.11. Acesso em 09/10/2011.)

Portanto, a corrupção pode estar associada ao baixo índice de desenvolvimento humano, à pobreza e à miséria. No discurso da mídia essa relação entre pobreza e corrupção, entre miséria e corrupção, é sistematicamente omitida. A preocupação do discurso da mídia é mostrar a relação entre servidores públicos e corrupção, obscurecendo a relação entre empresários e corrupção. Os discursos da mídia não associam pobreza à corrupção. E penso que essa ligação é devida e deveria estar mais presente nos textos da mídia impressa.

A pobreza e a corrupção são problemas crônicos no País, mas eles têm origem. É preciso analisar as causas possíveis desses dois grandes males sociais, embora seja muito complexa a relação entre causa e efeito em termos de práticas sociais. Acredito que uma das possíveis causas para a perpetuação da prática de corrupção é o modo como esse problema está sendo representado discursivamente. Penso que, por isso, é obrigação minha falar da representação dos escândalos de corrupção pela mídia, porque acredito que a corrupção promova a injustiça social, visto que promove o aumento de poder social de alguns, com o enriquecimento ilícito, a expensas de outros, principalmente dos menos favorecidos. Portanto, há uma relação muito estreita entre pobreza e corrupção. Há uma relação também muito grande entre injustiça social e corrupção. Podemos observar que, nos países onde há maior desigualdade social, há também a corrupção como prática espalhada pelas instituições públicas.

2. 1 Reflexão inicial sobre a corrupção e a Análise de Discurso Crítica

Possivelmente, a corrupção é o problema social mais grave do Brasil, porque ela significa a retirada de recursos financeiros de potenciais investimentos em saneamento básico, saúde, moradia e educação. A corrupção afeta a população mais desassistida neste País, afeta aqueles que às vezes não possuem sequer certidão de nascimento. Para mim, como cidadã, é muito revoltante ver que há pessoas não muito escrupulosas, que não hesitam em acumular poder social e financeiro às custas da deterioração do Estado. Creio que uma das causas da violência urbana também é a corrupção, porque ela é antagônica à justiça social, porque promove a concentração de renda. E a diminuição da violência possui relações estreitas com uma maior equidade na sociedade. Por isso é necessário fazer um percurso no sentido do entendimento desse fenômeno social e de sua representação feita pela mídia impressa.

Desse modo, considero muito pertinente estudar as representações da corrupção por meio da Análise de Discurso Crítica, que procura estranhar certas construções do senso comum, que reproduzem ideologias visando à manutenção do poder hegemônico. Não tenho certeza se há efeitos benéficos permanentes, socialmente falando, das chamadas denúncias de corrupção feitas pela mídia de massa. Não acompanhei minuciosamente as consequências sociais, jurídicas e institucionais das reportagens que incluem as denúncias. Sei que atualmente os atores sociais envolvidos normalmente são exonerados dos cargos públicos, mas não sei o que ocorre aos atores sociais que são proprietários de empresas. Por outro lado,

é difícil estabelecermos uma relação direta de causa e efeito entre denúncias publicadas na imprensa e mudanças sociais específicas. Mas entendo que há uma certa mobilização no sentido de as pessoas começarem a se indignar com essas práticas não éticas.

É muito frequente a publicação pela mídia impressa no Brasil de reportagens que narram fatos relativos a escândalos de corrupção, especialmente em períodos pré-eleitorais. Os acontecimentos envolvendo o relacionamento entre agentes públicos corruptos e empresários corruptores são representados constantemente pela mídia com um toque de espetacularização. Mesmo sabendo que a mídia costuma espetacularizar as narrativas, sabemos também que os fatos não são fictícios.

Qual a relação entre a corrupção e a Análise de Discurso Crítica (ADC)? Responder a essa pergunta significa mostrar alguns aspectos do corpo teórico/metodológico da ADC. Em primeiro lugar, a Análise de Discurso Crítica, uma teoria social que procura estudar e entender as relações complexas e dialéticas entre a linguagem e os outros elementos da vida social, foi construída originalmente em termos de sua ligação estreita com as ciências sociais críticas. A Análise de Discurso Crítica tem como ponto-chave de seu viés teórico e metodológico o estudo da injustiça social e das possibilidades de emancipação dos atores sociais pela sua conscientização a respeito das visões de mundo que sustentaram durante muito tempo vários tipos de discursos.

A ADC procura mostrar crenças, suposições e sentidos comuns que estão por trás das variadas representações. E isso é feito por meio de estudos textuais e discursivos, aliados à transdisciplinariedade, que significa uma ampliação do campo da articulação teórica, trabalhando conceitos de outras ciências sociais e incorporando-os à ADC, ampliando a sua aplicabilidade teórica. Um problema social pode ser estudado por meio da análise da dimensão semiótica desse problema. A corrupção é uma chaga social e penso que a sua dimensão semiótica também está nas representações que a mídia impressa faz sobre os escândalos de corrupção. A corrupção leva ao aumento da injustiça social, porque permite o acúmulo financeiro de poucos, com o aumento do seu poder social, em detrimento de milhões de pessoas, que precisam, para viver, de investimentos governamentais em saúde, educação e saneamento básico. Penso que é dever de um pesquisador brasileiro em ADC estudar os aspectos semióticos dos problemas da sociedade brasileira, expô-los a público e mostrar, por exemplo, os discursos e as visões de mundo que estão favorecendo a perpetuação de um desvio ético grave: a corrupção. À medida que não questionamos ou não opomos resistência a

discursos lenientes com esse tipo de mazela social, estaremos contribuindo para a perpetuação de determinadas visões de mundo que constroem discursos que elogiam a esperteza e o jeitinho brasileiro, como se desobedecer uma regra fosse sinal de maturidade e inteligência.

Qual a relação entre a Análise de Discurso Crítica com a corrupção? Penso que é necessário estudar como a corrupção está sendo representada pela mídia de massa atualmente, especialmente a mídia impressa, uma vez que os efeitos dos textos da mídia impressa são cumulativamente duradouros. Precisamos saber como é o discurso da mídia em relação à corrupção. Normalmente, a corrupção é representada como atos de agentes públicos e não como atos entre agentes públicos e empresários. Para entendermos a corrupção, Silva assevera que

Na verdade, devemos deslocar nosso foco da análise dos fatores ditos estruturais – a economia, a política e a constituição social – para aquilo que o filósofo francês Louis Althusser definiu com muita perspicácia como o “cimento da sociedade”: as ideologias, as mentalidades, as subjetividades, que sejam as coletivas (SILVA, 2000, p. 16).

Assim, penso que estudar as várias formas de representação da corrupção é estudar os discursos e ideologias que podem sustentar e legitimar esse tipo de prática não ética, que, acredito esteja de muitas formas naturalizada na mente dos brasileiros. Afirma Silva o seguinte:

Considere novamente o ‘rouba mas faz’. O prêmio pela alegada ‘boa administração’, pela capacidade ‘empreendedora’ pode até mesmo se confundir com a coisa pública. A naturalização desse fenômeno como algo corriqueiro depende, em boa medida, de como o cimento da sociedade ajuda a assentar as estruturas daquilo que defini como princípio da diferença. Na medida em que o doutor pode mais, ele pode tudo. (SILVA, 2000, p. 18.)

Portanto, entendo que, como pesquisadora em ADC, também tenho um compromisso ético de mostrar como estão representados os desvios do patrimônio público, para evidenciar os discursos que estão por trás dessas representações, como legitimadores de visões de mundo em que há a naturalização da corrupção.

Neste capítulo, tentei dar uma visão geral sobre os prejuízos sociais e econômicos que a corrupção causa no País. Procurei trazer estudos que fazem levantamentos a respeito do prejuízo financeiro provocado pela corrupção. Também busquei explicar as relações entre a corrupção como grave questão social brasileira e a Análise de Discurso Crítica.

3 O PASSO A PASSO DA TEORIA

3.1 A prática social como conceito central da Análise de Discurso Crítica

Um dos estabelecimentos centrais da construção teórica da Análise de Discurso Crítica é a ideia de que a vida social é constituída por práticas. A palavra prática é muito importante e, como diz Fairclough, ela é utilmente ambígua, por evocar tanto uma regularidade habitual, quanto um evento momentâneo. (FAIRCLOUGH, 1999, pág. 21). Fairclough argumenta:

Por práticas queremos dizer modos habituais, ligados a tempos e espaços específicos, nos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir juntos no mundo. Práticas são constituídas em toda a vida social – nos domínios especializados da economia e da política, por exemplo, mas também no domínio da cultura, incluindo a vida do dia a dia (Mouzelis 1990) (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999, p. 21).

Ao estabelecer as práticas sociais como o centro de sua teoria/método, Fairclough mostra a ligação indelével entre as manifestações discursivas e os campos socialmente construídos da sociedade. Nesse sentido, penso que Fairclough está totalmente voltado para a linguagem no sentido de *praxis* e não de *logos*. Essa concepção de linguagem no sentido de práxis foi assinalada por Bourdieu. (BOURDIEU, 1992, p. 141) Penso que essa noção da importância da relação indelével entre prática social e linguagem também constitui um dos pilares do pensamento de Bourdieu, tanto em relação à noção de *habitus* quanto o que ele estabeleceu sobre os bens culturais e simbólicos. Diz Bourdieu:

Eu acho que uma pessoa não pode entender completamente a linguagem sem colocar as práticas linguísticas dentro do universo completo de práticas coexistentes: hábitos de comer e beber, consumo cultural, gosto em matéria de artes, esportes, vestimenta, mobília, política, etc” (BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. J. D, 1992, p.149).

3.2 A Análise de Discurso Crítica – o discurso

O conceito de discurso é crucial para o construto teórico da Análise de Discurso Crítica. De acordo com Fairclough, a categoria “discurso” foi firmemente estabelecida por Foucault, nas ciências humanas pós-estruturalistas. (FAIRCLOUGH, 1999, p. 29). O campo teórico da ADC se constitui em torno da noção de discurso como constituinte das práticas sociais e como sendo constituído pelos eventos sociais, em um movimento dialético. A semiose e o discurso como um momento da vida social são usados como sinônimos na obra

de Fairclough de 2003. Ele diz: “O termo discurso (naquilo que é largamente chamado de análise de discurso) sinaliza a visão particular da linguagem em uso, à qual me referi acima – como um elemento da vida social, que está intimamente conectado aos outros elementos.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3, tradução nossa). Há uma incorporação à ADC dos conceitos de Harvey sobre os momentos da vida social. Harvey afirma que o discurso é um dos momentos da vida social e internaliza esses momentos sem ser reduzido a e eles.

No campo teórico da ADC, discurso também significa modos particulares de representar aspectos particulares da vida social. Desse modo, falamos em discurso do neocapitalismo, discurso ambiental, discurso pós-modernista. O discurso é uma categoria teórica para a ADC que se relaciona ao gênero e ao estilo, as outras duas categorias teóricas que constituem os significados textuais. Nesse sentido, de acordo com Fairclough, “discursos são modos semióticos de construir aspectos do mundo (físico, social ou mental), que podem de modo geral ser identificados a diferentes posições ou perspectivas de diferentes grupos de atores sociais” (FAIRCLOUGH, 2009, p. 164) Dessa forma, penso que o discurso é também uma visão de mundo que constitui o nosso modo de representar a realidade na qual vivemos.

3.3 A ADC e Foucault

Fairclough incorpora à ADC os estudos arqueológicos de Foucault, especialmente a visão constitutiva do discurso, segundo a qual o discurso constitui os objetos de conhecimento da sociedade, como a medicina, a gramática, a história; constitui os padrões teóricos, as identidades e os campos de práticas sociais. Outra visão de Foucault incorporada por Fairclough é a primazia das relações interdiscursivas. Segundo Michel Foucault, discursos são conhecimentos socialmente construídos de algum aspecto da realidade. Cada unidade discursiva é um nó em uma rede de infinitas unidades discursivas. Foucault acentua o seguinte:

Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações (FOUCAULT, 2009, p. 33).

É preciso salientar, nessa afirmação de Foucault, a importância da palavra “relações”, que indica os movimentos discursivos. As relações sociais indicam que não há um discurso isolado de outros; não há um texto isolado de outros textos. Os textos que fazem parte dos discursos são referentes às práticas sociais, que se formaram ao longo da história cultural de um grupo social.

São importantes para a ADC os trabalhos genealógicos de Foucault, nos quais ele introduz a relação entre o poder e o conhecimento, o modo como o conhecimento tecnológico serve à manutenção das relações de poder, por meio de instituições da sociedade moderna, como prisões, hospitais e escolas. Foucault argumenta, com isso, que toda sociedade exhibe em sua formação as marcas das lutas de poder e essas lutas são constituídas nos discursos. Esse autor estudou os discursos referentes a situações de assimetrias de poder em práticas sociais como consultas médicas, de aconselhamento, etc. Ele afirma em relação ao poder disciplinar dos hospitais e prisões do século XIX:

Tratar os leprosos como “pestilentos”, projetar recortes finos da disciplina sobre o espaço confuso do internamento, trabalhá-lo com os métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas usar processos de individualização para marcar exclusões – isso é o que foi regularmente utilizado pelo poder disciplinar desde o começo do século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal; anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo; como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc.) (FOUCAULT, 2010, p.189)

Entretanto, na visão de Fairclough, falta aos estudos de Foucault a consideração a respeito da análise de textos reais e é isso que a ADC vai procurar seguir e, por isso, a ADC é uma teoria que busca uma análise textualmente orientada. Além disso, a ADC considera o agente social em uma posição dialética, ou seja, ele tanto é constituído pelo discurso e pelas práticas sociais nas quais está inserido como pode ser um agente de transformação dessas práticas.

3.4 Discurso, semiose

Para a ADC, a linguagem (ou semiose) é um dos elementos da vida social e possui intensa e dialética relação com os outros elementos da vida social, sem se reduzir a nenhum deles, mas internalizando-os. Penso que essa visão da semiose não discrepa da visão da linguagem para Bakhtin, para quem a definição de signo só é possível se for considerada a comunicação social e a ideologia. Para esse autor, o signo emerge na comunicação social, no processo de interação entre uma consciência individual e outra, em uma determinada sociedade. Bakhtin esclarece o seguinte:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao

contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia (BAKHTIN, 2010, p. 31).

Nas concepções desses autores sobre comunicação, discurso, linguagem e semiose, podemos observar o fator comum, que é a presença da construção das práticas sociais humanas em um determinado campo, portanto a presença de um grupo humano que, em seu desenvolvimento material e cultural, construiu a sua sociedade com práticas sociais que contêm em si a perspectiva semiótica de comunicação. O signo é um “acontecimento” que se dá em um processo de comunicação social humana. Melhor do que signo, podemos falar em recursos semióticos, porque essa expressão recurso semiótico retira a ideia de que existem “coisas e entidades” sem nome, que são representadas pelos signos. Essa ideia não condiz com o que pode ser observado na semiose humana. A respeito da linguagem, afirma Thibault:

As categorias internas à linguagem não “refletem” ou não “correspondem” a preexistentes tipos naturais do mundo externo. Em vez disso, nós usamos as categorias da linguagem para construir a ordem, o padrão e o significado no fenômeno da experiência. A categoria que pertence a uma dada linguagem constitui um finito, embora adaptável, dinâmico e historicamente mutável recurso sistêmico para fazer isso (THIBAUT, 2009, 1997, p. 165, tradução nossa.).

Essa noção de categorias internas da linguagem explicadas por Thibault tem um sentido convergente com a noção de recursos semióticos da teoria semiótico-social da multimodalidade. O recurso semiótico (que pode ser a linguagem) é um recurso socialmente construído de que o agente social se vale para a realização de um ato comunicativo, que sempre será um ato social, um agir sobre o outro. Os agentes sociais, que são os *meaning-makers*, negociam os sentidos com os outros agentes sociais. Essa concepção de que a linguagem não é um reflexo da realidade também é articulada por Fairclough, a respeito do trabalho de Foucault, que interessa à ADC. Fairclough diz:

O que é de maior significação aqui para a análise do discurso é a visão do discurso como constitutiva – contribuindo para a produção, transformação e reprodução de objetos (e de sujeitos, como veremos) da vida social. Isso implica que o discurso tem uma ativa relação com a realidade, que a linguagem significa realidade no sentido de construção de significados para ela; em vez de o discurso ter uma passiva relação com a realidade, com a linguagem meramente se referindo a objetos, que são tidos como dados na realidade (FAIRCLOUGH, 2001, p. 66).

3.5 As práticas sociais, o campo e o habitus

Fairclough dá primazia às práticas sociais, uma vez que as práticas sociais articulam discursos. Por exemplo, a prática social da vida familiar pode ter relação com os conceitos arquitetônicos de uma cidade, ou seja, o discurso que constitui as relações familiares em dada sociedade pode ser realizado através do modo design das casas, o que pode determinar as dimensões e a distribuição dos cômodos na casa, além das cores desses cômodos. Van Leeuwen assevera o seguinte:

O discurso, realizado por meio do modo cor, expressa e articula conhecimento sobre por que um domínio específico da realidade social é organizado do modo como é organizado, como as vidas dos seres humanos são vividas na casa, como elas devem ser entendidas e quais os valores – no sentido amplo – ligados a esses modos de viver (VAN LEEUWEN, 2001, p. 25, tradução nossa.)

O conceito de prática social se aproxima daquilo que van Leeuwen identifica como ação semiótica. De acordo com este autor, toda ação social é semiótica e toda ação semiótica é social. E a ação semiótica é uma ação real, que transforma o ator e o ambiente no qual ele age e com o qual ele age (VAN LEEUWEN, 2001, p. 36).

A ADC parte do pressuposto de que a vida social é feita de práticas sociais (FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). E as práticas sociais servem de ligação entre as estruturas sociais, mais estáveis mas não imutáveis, e os eventos sociais, com a sua dinamicidade. Fairclough e Chouliaraki dizem que

A palavra ‘prática’ é ambígua de um modo tal que é útil no presente contexto. Uma prática pode ser entendida tanto como uma ação social, aquilo que é feito em um tempo e em um espaço particular, quanto o que foi consolidado em uma permanência relativa – prática no sentido de um modo habitual de agir (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999, p. 22, tradução nossa).

O conceito de prática social articulado por Fairclough e sua localização teórica na ADC está ligado ao conceito de *habitus*, de Bourdieu. De acordo com Bourdieu, “Falar de habitus é assumir que o indivíduo, e mesmo o pessoal, o subjetivo, é social, coletivo. Habitus é uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1992, p. 126, tradução nossa)” Fairclough internaliza para a ADC, no sentido da transdisciplinariedade, os conceitos de campo e de habitus. Bourdieu afirma:

A relação entre *habitus* e campo opera de dois modos. De um lado, é uma relação de condicionamento: o campo estrutura o *habitus*, que é o produto da corporificação (encarnação) da imanente necessidade de um campo (ou de uma configuração de campos interseccionados, estando a extensão de sua interseção ou discrepância na raiz de um *habitus* dividido ou mesmo despedaçado). Por outro lado, é uma relação de conhecimento ou construção cognitiva. O *habitus* contribui para constituir o campo como um mundo com significado, um mundo dotado de sentido e de valor, no qual vale a pena investir energia (BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. J. D., 1992, p. 127).

Fairclough afirma que um agente operando dentro de um campo é dotado de um *habitus* particular, um sentido prático do ‘jogo’, uma configuração de disposição para agir (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p. 101). Fairclough trabalha o conceito de campo e o aproxima da ordem do discurso.

Uma ordem do discurso é uma articulação socialmente estruturada de práticas discursivas (incluindo gêneros e discursos), que constitui a faceta discursiva da ordem social de um campo social, como política, mídia ou educação. Nós podemos dizer que uma ordem do discurso é a lógica organizacional especificamente discursiva de um campo – um campo visto especificamente em termos de suas práticas discursivas (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999, P. 114, tradução nossa).

A noção de *habitus* e de prática social torna um pouco mais presentificada a noção da realidade para a ADC, no sentido de que, em uma sociedade, os agentes sociais não realizam somente “atos discursivos”, ou seja, há uma prática social que pode, sim, ter uma dimensão discursiva, mas que obrigatoriamente tem uma dimensão real. Assim, por trás das instituições como o Estado, existem pessoas, que são agentes sociais e que agem sobre outras pessoas. A ideologia da mídia segundo a qual o Estado brasileiro é uma máquina (veja a metáfora “azeitar a máquina estatal”), uma engrenagem autônoma, é a mesma que serve à perpetuação do apagamento dos agentes responsáveis pelos atos governamentais — éticos e não éticos. Os campos, entretanto, não são estruturas estáticas e podem ser modificados pela agência dos atores sociais, que podem subverter a ordem de determinado campo social, como o campo político no Brasil, onde há poucos espaços públicos, nos quais a população possa discutir seus rumos e apresentar proposituras em uma relação com as estruturas institucionais sem a interferência da mídia. A mídia arrogou-se ao papel de porta-voz da população e de seus anseios, mas essa intermediação entre as instituições e a população não pode ser feita apenas por um campo. Os agentes sociais podem ampliar o campo do espaço público para “deformar” um pouco o campo da mídia, no sentido de retirar-lhe o monopólio de ser a voz da denúncia, a voz da verdade, neutra e imparcial.

O habitus, que é uma subjetividade social, segundo Bourdieu, não está engessado em um molde social. Bourdieu assevera:

O habitus não é o destino, como algumas pessoas leram. Sendo o produto da história, é um *sistema aberto de disposições* que está constantemente sujeito a experiências e, dessa forma, constantemente é afetado por elas de um modo que tanto reforça como modifica suas estruturas. Ele é durável, mas não é eterno! (BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. J. D., 1992, p. 133, tradução nossa.)

Essa noção de não imobilismo do habitus pode ser ligada à questão da ordem do discurso e das práticas sociais, no sentido de que os agentes sociais podem transformar as práticas sociais com a sua emancipação e sua agência. Aí creio deve fazer sentido a incorporação pela ADC do conceito de agência de Giddens. Qual a relação entre agência e habitus? Penso que é semelhante à relação entre estrutura e agência. Giddens afirma que:

Ser capaz de ‘atuar de outro modo’ significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas. Isso pressupõe que ser um agente é ser capaz de exibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. A ação depende da capacidade do indivíduo de ‘criar uma diferença’ em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. (GIDDENS, 2009, p.16)

Uma das ações que a população pode fazer é lutar por ampliar os espaços públicos para debater a corrupção e não só deixar a cargo da mídia os estabelecimentos sobre o que é a corrupção, quem são os responsáveis e por que foi realizada. A mídia dos escândalos está com o monopólio do conhecimento sobre a corrupção, igualando-a sempre a espetáculos grotescos e risíveis, o que considero uma distorção da realidade.

Habermas denuncia a diminuição do espaço público, afirmando que o estado do bem-estar (welfare state) transformou o cidadão em um cliente de burocracias de estados de bem-estar. (HABERMAS, 1984, p. 350). Assim se consegue a lealdade das massas. Isso faz muito sentido para mim. Em época de bem-estar, quem vai se importar com a corrupção? Em época de “welfare state”, quem vai se importar com o fato de que a corrupção, segundo dados do relatório da FIESP, leva 41 bilhões por ano do bolso dos brasileiros? Penso que um País feito de clientes e não de cidadãos tem uma capacidade de emancipação sazonal, de acordo com a época econômica e com a bolsa. A mídia também baseia as suas chamadas denúncias de escândalos nas expectativas de seus clientes (spectators) e no potencial de venda das notícias.

Há pouco, vimos uma notícia sobre protestos contra as grandes corporações nos Estados Unidos, justamente nos Estados Unidos¹, o berço e o defensor do livre mercado e do welfare state. Será que é devido à crise que se abate sobre aquele Estado desde 2008?

3.6 A modernidade tardia e o discurso

A modernidade é um conceito de Giddens que Fairclough utiliza no campo teórico da Análise de Discurso Crítica. Há algumas características sociais que compõem a modernidade e que Giddens denomina de “contornos da alta modernidade”. Giddens chama de modernidade ao período depois do feudalismo europeu até os nossos dias. Ele estabelece o seguinte:

Neste livro, emprego o termo ‘modernidade’ em um sentido muito geral para referir-me às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que, no século XX, se tornaram mundiais em seu impacto. (GIDDENS, 2002, p. 21).

Há vários teóricos preocupados com as características da sociedade moderna, que está sofrendo um processo tão grande de transformação, que parece estar-se diluindo. Um dos motivos desse “derretimento social” é o que Giddens chama de desencaixe. Com as novas tecnologias de comunicação, uma relação pessoal entre duas pessoas pode ser realizada sem a presença física dos agentes. Isso provoca um redimensionamento na mente humana do tempo e do espaço. Afirma Giddens:

O processo de esvaziamento do tempo e do espaço é crucial para a segunda principal influência sobre o dinamismo da modernidade: o desencaixe das instituições sociais. [...] Esse descolamento é exatamente o que quero dizer com desencaixe, que é a chave para a imensa aceleração no distanciamento entre tempo e espaço trazido pela modernidade. (GIDDENS, 2002, p. 24)

Stuart Hall refere-se ao período atual como sendo uma pós-modernidade ou modernidade tardia, na qual testemunhamos uma descentralização do sujeito. Stuart Hall afirma:

Aqueles pessoas que sustentam que as identidades modernas estão sendo fragmentadas argumentam que o que aconteceu à concepção do sujeito moderno, na modernidade tardia, não foi simplesmente sua desagregação, mas seu deslocamento. Eles descrevem esse deslocamento através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. (HALL, 2005, P. 35)

¹ Protesto ocorrido em Washington e em outras cidades americanas, ocorrido no início de outubro, contra o poderio econômico americano, contra o corporativismo e a cobiça do mundo das finanças nos Estados Unidos.

Um das possíveis causas desse desmembramento da identidade do sujeito da modernidade tardia é a globalização, uma tendência que implica o estabelecimento ou do apagamento de fronteiras ou o surgimento de novas relações entre o regional e o universal, entre o local e o regional. Segundo Hall, a globalização implica uma sociedade não coesa, uma sociedade que não é como um sistema bem delimitado. Essas noções da nova sociedade que nasce com a globalização, com a compressão do espaço e do tempo servem de categorias para Fairclough estabelecer que o discurso também sofre mudanças com a globalização e cabe à ADC identificar essas mudanças.

3.7 O texto e a representação – a multimodalidade: ampliando os sentidos

Segundo van Leeuwen, todo texto deve ser interpretado como uma representação das práticas sociais. E é importante salientar que os discursos são cognições sociais e são usados como recursos para representar práticas sociais no texto (VAN LEEUWEN, 2008, p. 5 e 6). Van Leeuwen estabelece que os elementos de uma prática social se inserem nos textos. Segundo esse autor, os elementos de toda prática social são basicamente os seguintes: participantes (principalmente agente, instigador, afetado ou beneficiário), ações, tempos, localizações (VAN LEEUWEN, 2008, p. 10-12).

Mas o que são recursos? A teoria semiótica social da multimodalidade, criada por Gunther Kress e Theo van Leeuwen, é uma teoria social da comunicação que pretende enfatizar o papel dos fatores sociais e econômicos na geração dos sentidos, considerando que existe potencial semiótico não apenas na dimensão verbal da linguagem – entendendo linguagem em seu sentido comunicativo amplo – mas também em aspectos gráficos, audiovisuais e até materiais de um texto — e mesmo na sua produção e na sua distribuição. Para a teoria semiótico-social da multimodalidade,

Os meios para gerar os significados (making meanings) e os meios para comunicar esses significados são moldados, primeiro e acima de tudo, por fatores sociais e econômicos. Em uma teoria social semiótica, a suposição (assunção) é a de que as tecnologias culturais de representação, produção e disseminação e os affordances¹ e facilidades que elas oferecem são usados em um emolduramento (framing) do que é socialmente possível em qualquer tempo. A comunicação sempre foi e ficará sujeita aos fatores social, cultural, econômico e político. Os ambientes, condições, escolhas são mediados pelos

¹ Affordances é um conceito de Gibson, psicólogo americano. São possibilidades de uso de um objeto oferecidas pelo ambiente a um agente particular. Uma tesoura pode servir a alguém para cortar papel, pode servir a outra como peso de papel, pode servir a outra como um martelo, dependendo da habilidade criativa do agente. Mas os usos de objetos que passam despercebidos pelo agente no ambiente continuam a existir, esperando para serem descobertos. Toda tecnologia utilizada para comunicação possui affordances, como é o caso do computador ou do smartphone

interesses de membros de grupos sociais e, dessa forma, práticas recursos e tecnologias de comunicação respondem, em proporções diferentes e em épocas diferentes ao desenvolvimento social, econômico e tecnológico. (KRESS, 2010, p.19)

O autor indica que o acesso aos meios para comunicar significados não está disponível para todos. Se considerarmos a mídia de massa, veremos que essa expressão “de massa” se refere apenas aos leitores ou *viewers* e não aos produtores. A mídia de massa tem relação com uma atividade na qual há pouquíssimos produtores comunicando significados para milhões e milhões de leitores. No Brasil, por exemplo, podemos ver o oligopólio na atividade jornalística, ou seja, dois ou três jornais, no máximo, têm o poder (acesso e meios) de comunicar significados para uma significativa quantidade de pessoas. Portanto, o acesso ao poder de comunicar significados, ao poder simbólico, é restrito a poucos – Bourdieu denomina de “oligopólio no mercado de bens simbólicos” (BOURDIEU, 1992, p.146). Segundo Bourdieu, “[...] relações linguísticas são sempre relações de poder simbólico, nas quais relações de força entre os falantes e seus respectivos grupos são realizadas (presentificados) em uma forma transfigurada” (BOURDIEU, 1992, p.142, tradução nossa). Por isso, Kress estabelece que uma das metas da sua teoria sobre a multimodalidade deve ser “que os membros das comunidades tenham acesso aos recursos semióticos e a outros recursos culturais essenciais para agir no mundo social em seu próprio interesse e para o seu benefício” (KRESS, 2010, p. 19). Essa é uma das dimensões da justiça social que a Análise de Discurso Crítica almeja.

Segundo o que estabelece a teoria sobre a multimodalidade, de Kress e van Leeuwen, todo texto tem o seu sentido gerado por vários recursos semióticos. Uma reportagem de um jornal, por exemplo, pode ser “lida” não somente pela análise do seu corpo lexical, semântico e sintático, mas também pelo que contém de grafismos, de imagens, de diagramação, de quadros e até de sons, se for um texto em formato de CD, por exemplo. E também pode ser analisado o potencial semântico por meio do estudo da forma como esse texto é reproduzido, distribuído e consumido — práticas sociais que são geradoras de sentido. Assim, os vários sentidos de determinado texto, dependendo do seu meio, do seu formato, do seu contexto social, histórico e cultural, podem ser desvelados por essa ampliação nas ferramentas de leitura que a teoria sobre a multimodalidade traz. Um texto pode ser um artigo de revista, mas um texto também pode ser um quarto de criança ou a estátua de Moisés e, como tal, pode ser “lido” por meio de seus vários nódulos potencialmente comunicativos, dependendo do leitor que o recebe. Assim, a teoria da semiótica social está preocupada com a potencialidade

geradora de significados que existe nas teias comunicativas das práticas sociais. Com o desenvolvimento tecnológico nas cadeias sociais, com as suas práticas e seus elementos, a complexidade dos sistemas de configuração semiótica foi-se ampliando. Ghunter Kress e Theo van Leeuwen sentiram a necessidade de fundar uma teoria que conseguisse explicar a complexidade dos modos que servem atualmente à geração de significado nos vários modos e pelos variados meios.

Os autores criadores dessa teoria semiótica social nos mostram que entendem como não arbitrária a relação entre o significado e o significante. Para eles, essa relação é motivada: as pessoas usam determinados significantes para construir os seus significados, de acordo com o contexto social e cultural em que estão inseridas. Isso se coaduna muito bem com as quatro camadas (*strata*), que são domínios de práticas, nas quais os significados são: discurso, *design*, produção e distribuição.

Um princípio importante dessa teoria sobre a multimodalidade é a noção de modo. “Modo é um recurso semiótico que permite a simultânea realização de discursos e de (inter)ação.” (Van Leeuwen, 2010, p. 21, tradução nossa). Essa definição é relevante, a meu ver, porque enfatiza a necessidade de se considerar as práticas sociais, ou seja, as interações entre as pessoas, na construção de uma teoria que pretende investigar de que modo, em que lugar, tempo e cultura os recursos semióticos permitem a geração de significado.

De acordo com a sobre a multimodalidade, de Kress e van Leeuwen (KRESS e VAN LEEUWEN, 2001), as diversas práticas sociais são capazes de gerar significados. Segundo os autores, há quatro domínios de práticas, camadas (*strata*) nas quais os significados são predominantemente produzidos: o discurso, o *design*, a produção e a distribuição, cada camada inter-relacionada com a outra. (VAN LEEUWEN, 2001, pág. 4). Os autores afirmam que elas não são camadas semióticas abstratas. Elas representam práticas sociais e portanto, estão abertas a modificações relacionadas a transformações na vida social e os elementos da prática social: no discurso, nas relações entre as pessoas, na produção material, nas crenças e valores etc.

O discurso, como momento de prática social, tem potencial semiótico, já que o discurso, nesse contexto específico da teoria, é um conhecimento socialmente construído de alguns aspectos da realidade. Também podemos entender mais facilmente que o *design* é gerador de significado. Segundo a multimodalidade, o design se encontra entre o conteúdo e a expressão: o design é o lado conceitual da expressão e o aspecto expressivo da conceitualização.

A produção e a distribuição são domínios de práticas sociais que também podem ser geradores de significado. As novas tecnologias (CD, DVD, Internet, e-book) fazem com que, quando se passa de um meio para outro “um mesmo conteúdo”, este passará por modificações para se adaptar ao novo meio, e isso vai gerar novos sentidos. Podemos observar, por exemplo, a diferença existente entre o formato de uma publicação *on-line* e essa mesma publicação nas bancas. A aparente mesma notícia se transforma em “outra coisa” porque as adaptações devem se adequar não somente ao novo formato, por exemplo, a Internet, mas também aos novos receptores/leitores digitais, que possivelmente vivem em uma configuração cultural diferente daquela dos “leitores do papel”.

A observação do desenvolvimento de novas tecnologias de reprodução, de gravação e de transmissão de conteúdos simbólicos permite constatar que alguns aspectos da vida social — composta por práticas sociais, que incluem as relações de poder — podem ser melhor vistos sob a lente da teoria sobre a multimodalidade. As redes sociais na Internet – Orkut, Facebook – constituem uma tecnologia que está revolucionando o papel do espaço público como forma de se manterem as discussões democráticas, e também está possibilitando uma transformação no papel da mídia. A “escolha das notícias”, por exemplo, pode não estar mais “ditatorialmente” nas mãos da grande mídia, das grandes agências de notícias, como a Reuters. Pelas redes sociais, é possível ter acesso a notícias mais locais, mais comunitárias, como um incêndio em um cinema do bairro ou um acidente na rua ao lado. Isso pode representar uma nova reconfiguração na relação entre o global e o regional. As redes sociais permitiram aos ativistas egípcios se organizarem para lutar contra um Governante que está no poder há mais de 30 anos, agora em 2011. Assim, será cada vez mais questionada “a verdade dos fatos”. Os fatos não podem mais ser tão “construídos” pela grande mídia porque agora as notícias provenientes de testemunhas comuns circulam com muita rapidez pelas redes sociais.

Creio poder afirmar que as redes sociais também têm potencial semiótico porque podem alterar de forma significativa determinadas notícias veiculadas pela imprensa. Essas mesmas notícias podem ser desmentidas ou negadas. Nesse sentido, acredito que a teoria sobre a multimodalidade tem condições de acompanhar toda essa rápida mudança tecnológica na produção, transmissão, recodificação e recepção das formas simbólicas, considerando as práticas sociais como pertencentes à história, à cultura e ao nível de produção econômica de cada comunidade ou país.

3.8 O contexto da mídia de massa e a comunicação mediada

A comunicação humana é feita de forma mediada. Mesmo em uma interação face a face, existe a mediação da fala. Mas a comunicação face a face não implica uma disjunção espaço-temporal, como ocorre em uma comunicação por telefone, por exemplo, na qual estamos distantes no espaço, mas não tão distantes no tempo. Giddens afirma que toda experiência humana é mediada – pela socialização e pela aquisição da linguagem (GIDDENS, 2002, p. 28).

A mídia de massa, especificamente jornais e revistas, é uma modalidade de comunicação cujos participantes estão extremamente separados no tempo e no espaço: o contexto de produção é bastante diferente do contexto de leitura e interpretação. Essa plasticidade na dimensão espaço temporal em uma comunicação pela mídia de massa foi ressaltada por Fairclough:

Eventos diferem nos seus parâmetros de espaço-tempo. Enquanto, por exemplo, uma consulta médica tem lugar com todos os participantes (basicamente o médico e o paciente) presentes, em um espaço e em um tempo particulares, um evento comunicativo da mídia, como um documentário da televisão, envolve grande disjunção espacial-temporal. O ponto fundamental é que o tempo e o espaço da produção de um texto de comunicação de massa é diferente do tempo e do espaço de consumo, quando uma audiência vê ou ouve ou lê o texto. (FAIRCLOUGH, 1995, p. 36, tradução nossa).

Essa disjunção espacial entre produtores e leitores das notícias se conecta ao conceito de Giddens *desencaixe das instituições sociais*, como uma das características da modernidade. (GIDDENS, 2002, p. 23) Segundo Giddens, o desencaixe significa um elemento essencial da natureza das instituições modernas:

O processo de esvaziamento do tempo e do espaço é crucial para a segunda principal influência sobre o dinamismo da modernidade: o desencaixe das instituições sociais. Escolho a metáfora do desencaixe em deliberada oposição ao conceito de diferenciação, algumas vezes adotados por sociólogos como meio de contrastar sistemas sociais pré-modernos e modernos. [...] Sem dúvida, a ideia tem certa validade, mas deixa de captar um elemento essencial da natureza e do impacto das instituições modernas – o descolamento das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo. Esse descolamento é exatamente o que quero dizer com desencaixe, que é a chave para a imensa aceleração no distanciamento entre tempo e espaço trazido pela modernidade (GIDDENS, 2002, p. 24).

A comunicação de massa introduz uma ruptura fundamental entre a produção e a recepção de formas simbólicas. Os leitores/ouvintes/viewers/agentes não estão fisicamente

presentes no local da produção ou transmissão. Afirma Thompson que, em uma comunicação de massa,

Mensagens são produzidas por um rol de indivíduos e transmitidas para outros que estão tipicamente situados em lugares (settings) que são espacialmente e temporalmente longe do contexto original de produção. Assim, os recebedores das mensagens da mídia não são tanto parceiros em um processo recíproco de troca comunicativa mas antes participantes em um processo estruturado de transmissão simbólica” (THOMPSON, 1995, p. 25, tradução nossa).

Como Thompson assevera, podemos considerar que uma notícia é difundida, divulgada e não comunicada (THOMPSON, 1995, p. 25) Mas, no momento da leitura dessa notícia, há um processo comunicativo e dialógico, porque todo leitor responde de alguma forma ao que lê, como nos ensinou Bakhtin. Não há leitor totalmente passivo, receptáculo de conteúdos. Todo leitor tem uma atitude responsiva, mesmo que esta não seja explicitada. Não concordo que a leitura de um jornal seja um processo em que há um fluxo de mensagens de mão única, no qual o receptor não intervém naquilo que está recebendo

Porém, é conveniente ressaltar que a relação entre o leitor e o texto de uma publicação de massa é uma relação assimétrica, uma vez que, ao contrário de uma conversa face a face, o leitor não pode interpelar o autor da reportagem, não pode dar opinião ou refutar. A chamada “imprensa livre” pressupõe um discurso segundo o qual a imprensa só diz a verdade sobre os fatos e o seu papel é o de fiscalizar, e, principalmente, sua posição é imparcial. Como afirmou Fairclough, uma narrativa é pesadamente construída e isso implica certas escolhas representativas que possivelmente não serão imparciais. Portanto, o que aparentemente é uma representação objetiva dos fatos é também uma construção dos fatos, cujo efeito dar-se-á de acordo com os recursos linguísticos utilizados.

Segundo Fairclough, “quando eventos são reportados em narrativas da imprensa, sua forma e significado são transformados de acordo com as convenções do gênero de narrativas das notícias (van Ginneken 1998)” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 99),

A mídia de massa constrói nossas opiniões, nossas visões de mundo e nosso conhecimento sobre o ambiente que nos cerca. Luhmann estabelece:

O que quer que saibamos sobre nossa sociedade, ou de fato sobre o mundo em que vivemos, sabemos por meio da mídia de massa. Isso é verdade não apenas para nosso conhecimento da sociedade e da história, mas também para o nosso conhecimento da natureza. O que nós sabemos sobre a

estratosfera é o mesmo que Platão sabe sobre Atlantis: nós ouvimos falar disso (LUHMANN, 1996, p.2, tradução nossa).

Nesse estabelecimento de Luhmann, podemos observar como tendemos a considerar verdade aquilo que lemos ou ouvimos. Quando lemos uma reportagem, tendemos a formar nossa opinião pelo que lemos em notícias, normalmente tomando o que está escrito como verdadeiro. Penso que isso ocorre porque acreditamos na linguagem, acreditamos no mundo que o discurso constrói em um texto, porque a nossa realidade é construída com a linguagem.

3.9 A mídia e o tempo de cada dia

O tempo e o espaço são discursiva, social e culturalmente construídos. A noção e a percepção do tempo e do espaço, no sentido da distância, passou por uma mudança radical quando da época das grandes inovações tecnológicas referentes à comunicação, a época do desenvolvimento das novas mídias. A invenção do telégrafo, do rádio, do telefone possibilitou uma “desespacialização”, nos termos de Thompson (THOMPSON, pág. 32), um encurtamento de distâncias, uma desacoplamento entre o tempo e o espaço. Agora, era possível que pessoas participassem de um mesmo evento, ocorrido em um determinado tempo pontual, sem que estivessem localizadas no mesmo lugar. Isso fez com que o mundo ficasse menor, o que exigiu uma homogeneização na forma de medição e estabelecimento do tempo, o que levou à divisão do globo terrestre em 24 fusos horários, cada um contendo um hora. Isso acelerou o processo de globalização.

Segundo Thompson (THOMPSON, p. 33), com o desenvolvimento tecnológico, a noção de passado da cultura ocidental foi modificada. Antes do desenvolvimento da indústria da mídia, sociedades situadas em locais distantes tinham como senso de passado as narrativas que lhe eram contadas numa interação face a face, ou seja, a tradição oral determinava o senso de passado das várias comunidades. As novas mídias transformaram isso e deslocaram a importância da tradição oral, que não desapareceu totalmente, mas o senso de passado das pessoas agora é constituído pelas narrativas veiculadas pelas novas mídias. Thompson chama isso de “historicidade mediada”.

3.10 A mídia de massa, a modernidade e o apagamento das fronteiras

A mídia de massa estabelece uma relação entre os agentes sociais e os eventos políticos e institucionais representados em seus textos. Mas, como se escolhe uma notícia? O fator econômico é o primeiro a ser levado em conta. Fairclough afirma que a imprensa e os canais comerciais televisivos vivem sobretudo da venda de suas audiências para propagandas

(FAIRCLOUGH, 1995, P. 42.) E, para ter audiência, é preciso ter um produto que atraia a audiência.

Foucault, em seu livro *Arqueologia do saber*, pergunta-se o que constitui a unidade de determinadas disciplinas, como a medicina e a economia política. Ele se pergunta o que faz de determinado discurso um discurso pertencente à medicina ou à história, por exemplo. (FOUCAULT, 2009, p. 36). Foucault lança uma hipótese segundo a qual “[...] os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2009, p. 36). Entendo que objeto é um eixo, um caminho que está sempre presente e que norteia os discursos. Penso que o objeto do discurso da mídia de massa é uma suposta narrativa objetiva dos fatos.

Penso que possivelmente a mídia de massa se autoidentifica como portadora de um discurso que pretende ser “descritivo da verdade dos fatos”. O leitor, ao ler uma reportagem, pressupõe que o que está escrito é, de fato, a descrição fiel do que aconteceu, porque há um senso comum difundido pela sociedade de que o que a mídia de massa escreve não tem características ficcionais. Nessa visão de mundo construída pela mídia sobre si mesma, não existe a consideração sobre a questão da escolha dos assuntos que valem a pena ser noticiados. Quando lemos um jornal não nos perguntamos sobre quem escolheu determinadas notícias e não outras, porque temos uma visão preestabelecida (uma pressuposição) de que são esses assuntos mesmos que devem constar no nosso jornal diário ou na nossa revista semanal. Esse é o objeto que a mídia de massa construiu: a narrativa objetiva referente à verdade dos fatos *que valem a pena ser narrados*. Quem escolhe o que vale a pena ser narrado? A mídia de massa.

Segundo Fairclough, “Em seu último estudo, Habermas mapeia o efeito da comunicação de massa de transformar políticas em espetáculo no qual as pessoas são cada vez mais espectadores (clientes) em vez de serem cidadãos envolvidos e participantes” (FAIRCLOUGH, 1999, p. 86, tradução nossa). O texto é um produto social, mas também é um produto econômico e é preciso ver se os agentes sociais buscam informação ou entretenimento nas reportagens. É preciso saber se os agentes sociais são representados na mídia como atores institucionais relevantes para a democracia ou como personagens caricatos de um enredo de escândalos. É preciso saber como os textos estão construindo gradualmente uma visão grotesca do Estado brasileiro.

3.11 O gênero narrativa como modo – a legitimação das reportagens

Na teoria sobre a multimodalidade proposta por Kress e van Leeuwen, “Modos são recursos semióticos, que permitem simultaneamente a realização de discursos e tipos de interação.” (KRESS, G., VAN LEEUWEN, T., 2001, p. 21.)

Os autores afirmam que a narrativa é um modo,

[...] porque permite que discursos sejam formulados de maneiras particulares (maneiras que personificam e dramatizam o discurso, dentre outras coisas), porque ela constitui um tipo particular de interação e porque pode ser realizada em um espectro de diferentes meios. (KRESS, G., VAN LEEUWEN, T., 2001, p. 21, tradução nossa.)

Uma reportagem é uma narrativa e é realizada por meio de diferentes meios: palavra impressa, diagramações, cores, etc. Segundo Bakhtin (2003, p.283): “Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas da construção do todo.” Qual a relação entre ideologias e gêneros? Os gêneros se relacionam ao significado acional do discurso e, portanto, servem de veículos para as ideologias. Não se podem delimitar as ideologias presentes em cada gênero, porque o dinamismo das relações entre os gêneros e as ideologias é muito grande. A plasticidade dos gêneros e sua extrema variedade tornam quase impossível identificar cada espécie de gênero, seu papel nas mudanças sociais e sua função de reguladora do discurso e, portanto, das transformações sociais.

Os gêneros servem ao trânsito das ideologias. As ideologias são perpetuadoras das relações assimétricas de poder, ajudam na reprodução das relações materiais de produção. E um dos objetivos da ideologia é legitimar essas relações de poder e, para isso, utilizam específicos modos de operação.

A legitimação é um dos modos de operação da ideologia, de acordo com Thompson, e uma das típicas estratégias de construção simbólica da legitimação é a narrativização (THOMPSON, 1990, p. 61). Contar fatos em forma de narrativas ajudam a qualificá-los como verdadeiros e dignos de crédito. As relações de dominação podem ser sustentadas quando são apresentadas como legítimas, como observou Max Weber. Conforme mostra Thompson (1990, p. 61), a representação de relações de dominação como legítimas podem ser consideradas como uma reivindicação de legitimidade, que é fundamentada na racionalização, na tradição e no carisma. Sobre a narrativização, Thompson sustenta que: “A reivindicação de legitimidade pode *também* ser expressa em termos da estratégia da narrativização:

reivindicações de legitimidade estão embutidas (encaixadas) em histórias que recontam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição intemporal e querida. (THOMPSON, 1990, p.61). A aparente ordem das coisas é reforçada pelas histórias.

Fairclough afirmou que

A legitimação é um reconhecimento (ratificação) muito difundido da legitimidade de explicações e justificativas para o modo como as coisas são e o modo como as coisas são feitas. Muito do trabalho da legitimação é textual, embora textos variem consideravelmente sobre como a legitimação é implícita ou explícita. A análise textual pode identificar e pesquisar diferentes estratégias de legitimação — pela referência à autoridade ou à utilidade, pela *narrativa* e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 2003, pág. 219, tradução nossa, grifo nosso)

A legitimação é feita principalmente por meio do poder da linguagem de criar significado. As autoridades legitimam o seu poder por meio da linguagem. A legitimação também pode ser considerada como um fenômeno social, historicamente construído pelos detentores do poder, ao longo dos eventos das relações de dominação.

Max Weber estabeleceu que

A experiência mostra que, em nenhuma instância, a dominação voluntariamente se limita a si mesma ao apelo aos motivos materiais, afetivos ou idealistas, como base para a sua continuidade. Em adição a isso, todo sistema de dominação tenta estabelecer e cultivar a crença na sua legitimidade (WEBER, 1978, p. 213, tradução nossa).

A linguagem é, sem dúvida, o mais importante veículo para essa tentativa de estabelecer, cultivar e manter a dominação, através do poder legitimador que a linguagem oferece, servindo de trânsito às ideologias. Thompson afirma que “(...) estudar a ideologia é estudar os modos pelos quais o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.” (THOMPSON, 1990, p. 57). De acordo com van Leeuwen (van Leeuwen, 2008, p. 105 e 106), há quatro grandes categorias de legitimação:

- 1) **Autorização**, que é a legitimação pela referência à autoridade da tradição, do costume, lei e/ou pessoas nas quais a autoridade institucional de algum tipo é investida;
- 2) **Avaliação moral**, que é legitimação pela (frequentemente muito oblíqua) referência a sistemas de valores;

- 3) **Racionalização**, que é legitimação pela referência aos objetivos e usos de ação social institucionalizada e pela referência aos conhecimentos que a sociedade construiu para dotá-los de validade cognitiva;
- 4) **Mythopoesis**, que é legitimação transmitida através de narrativas cujos resultados recompensam ações legítimas e punem ações não legítimas, como as narrativas dos grandes heróis míticos/históricos, como o rei Arthur.

Essas categorias de Van Leeuwen podem ser aproximadas aos fundamentos da racionalização, da tradição e do carisma, os três tipos puros de autoridade, pelos quais a legitimação é realizada, conforme Weber estabeleceu. (WEBER, 1978, p. 215). Quanto às estratégias de construção simbólica para o trânsito das ideologias, entendo que aquilo que Thompson chama de narrativização difere do que van Leeuwen denomina de mythopoesis, embora esses dois conceitos tenham pontos em comum.

Entendo que a narrativização é um conceito mais abrangente, que não se restringe a narrativas explicitamente morais, que recompensam ações legítimas e punem as ações ilegítimas. A narrativização é um processo de construção simbólica que pode estar presente em vários gêneros da modernidade, especialmente as reportagens. O gênero “reportagem” tem relações estreitas com o gênero mais abstrato “narrativa” (Fairclough chama de pré-gênero). O autor de uma reportagem pode recorrer ao gênero narrativa para materializar o seu texto, a fim de legitimar o que está escrito e dar ao texto o valor de verdade. Penso que, nas reportagens sobre os escândalos de corrupção, as narrativas tentam legitimar o discurso do escândalo, ao representarem os contratos ilícitos entre o Governo e empresários como algo que sempre aconteceu, que não tem responsáveis, nem história.

3.11.1 As reportagens das denúncias

Existe uma luta pelo poder econômico entre as revistas semanais e os jornais, nessas reportagens que constroem a representação dos chamados “escândalos”. As reportagens das revistas semanais sobre os escândalos de corrupção se proliferam por conta da concorrência dessas revistas entre si e das revistas com os jornais. Abreu chama esse novo tipo de jornalismo de jornalismo investigativo ou denunciante. Esse “gênero” foi modelado pelas renovações tecnológicas e mudanças nas condições econômicas.

São os órgãos da imprensa escrita, em especial as revistas semanais, que mais se destacam nesse tipo de jornalismo investigativo ou denunciante. Na disputa pelo leitor, as revistas precisam lançar a cada semana um novo escândalo envolvendo personalidades da vida pública, seja da política, seja do meio artístico, empresarial e/ou esportivo, com revelações sobre questões que, na maioria das vezes envolvem a Justiça e polícia.” (ABREU, 2008, pág. 55)

Desse modo, segundo a autora, o jornalismo investigativo/denunciante pode ser considerado uma fórmula de sobrevivência para determinadas publicações. Segundo Abreu, a concorrência da televisão e da Internet obrigou a imprensa escrita a buscar se diferenciar da TV e da Internet através de um tipo de jornalismo que oferece um produto que não cabe nos moldes da TV, que dispõe de pouco tempo, nem nos moldes da Internet, que não dispõe de tanto espaço. Assim, diz a autora:

A maior participação da imprensa escrita nessa nova especialidade jornalística é uma demonstração das transformações que ocorreram na mídia nas últimas décadas. De um lado, a concorrência da televisão e o surgimento de inúmeras revistas na competição pela publicidade obrigaram a imprensa escrita a buscar se diferenciar da TV através de um trabalho investigativo e de grandes revelações de corrupção – e a revista semanal dispõe de mais tempo para pesquisar do que os jornais e a televisão. De outro lado as revistas semanais de política se transformaram em grandes empresas, com altos custos de produção, provocados pela introdução de novas máquinas e da informática, o que as obrigou a buscar ampliar o público leitor e a publicidade, única forma de vencer a competição (ABREU, 2002, p. 54 e 55).

Penso que os textos dessas reportagens são modelados por seus autores levando-se em conta que o lucro é o objetivo central do empresário, dono da publicação. Sendo o lucro o fim principal, a reportagem/produto deve “atrair” leitores/consumidores e nada melhor para atrair leitores do que um gênero sensacionalista, que apresente os atos não éticos de servidores públicos como uma questão de escândalo existente no plano individual, pessoal, privado. Penso também que nenhuma das publicações que fazem parte do corpus do meu estudo se caracteriza como tendo um jornalismo independente. Elas seguem suas ideologias, suas tendências e interesses políticos e, principalmente, interesses econômicos. E todas fazem parte de um oligopólio de grandes grupos empresariais da comunicação no Brasil.

A revista *Veja* e o *site* da *Veja* têm uma posição ideológica claramente direitista e reacionária, no sentido de se colocar em oposição aos partidos de esquerda. A revista *Veja*, da Editora Abril, foi fundada em 1968, por Victor Civita e Mino Carta, em plena ditadura militar. Sua posição anticomunista e antiesquerdista é clara desde a primeira edição. A revista *Veja*

atualmente tem como leitor a classe média urbana que tem forte rejeição ao Partido dos Trabalhadores, identificado com a cor vermelha. É importantíssimo destacar o site da revista *Veja*, no qual as reportagens das revistas da banca são recontextualizadas, recebem um tratamento diferenciado, normalmente diminuindo as suas dimensões, e tornando-as uma espécie de “amostra grátis” da edição das bancas, ao mesmo tempo que tem um caráter promocional. Normalmente, o que é publicado na Internet são modelos menores das reportagens que saem nas bancas. Mas são importantes principalmente do ponto de vista da legitimação, porque atingem milhões de leitores, e do ponto de vista da autopromoção e da replicação. A *Veja* faz propaganda da revista *Veja*, por meio de textos publicados no site da Revista *Veja*.

O jornal *Folha de S. Paulo* foi fundado em 1º de janeiro de 1960. Possui uma postura mais independente e não é tão parcial como a revista *Veja*. É um dos jornais mais lidos pela população brasileira urbana, da classe média, normalmente intelectual com nível superior. Suas publicações sobre escândalos de corrupção frequentemente seguem os escândalos publicados nas revistas semanais.

Cumprir observar que essas publicações fazem parte de grandes grupos empresariais que são donos de outros tipos de mídia, como televisões de sinal aberto, TV a cabo, rádios, etc. Sendo assim, é possível supor que existe uma tendência de os grandes grupos editoriais se apoderarem de vários tipos de sistemas de mídia, perfazendo uma rede informativa muito grande, que produz, reproduz e distribui a sua visão de mundo inscrita e representada nos jornais, revistas e programas televisivos — ou seja um enorme poder simbólico. Isso tem relação com a governança, porque a mídia de massa é uma intermediária entre as instituições do Estado e a população. Fairclough definiu o conceito de governança da seguinte forma:

Atividade em uma instituição ou organização direcionada para gerenciar ou regular as práticas sociais. A crescente popularidade do discurso de “governança” (“governança corporativa”, “governança global” etc) representa a procura de uma alternativa ao caos dos mercados e à imposição hierárquica de cima para baixo feita pelos Estados. Grande ênfase é colocada sobre redes e sobre diálogo e deliberação. Mas a governança real das sociedades contemporâneas pode ser vista como misturando as três formas: mercado, hierarquia e redes. Há gêneros específicos de governança especializados em recontextualizar elementos de uma prática social em outra e em transformar estes elementos de modos particulares (e.g. relatórios oficiais). Mudanças na governança dependem de mudanças em gêneros e cadeias genéricas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 217, tradução nossa).

Dessa forma, podemos é relevante para o presente estudo considerar o poder de recontextualização do gênero, recurso semiótico que serve à governança. Uma reportagem sobre um fato como um escândalo de corrupção pode recontextualizar os papéis dos agentes públicos, o papel do Estado e das empresas na vida social, que são os elementos das práticas sociais como a administração pública e as práticas empresariais.

3.12 O gênero como recurso semiótico

Segundo a ADC, o gênero é uma das maneiras pelas quais o discurso figura como parte da prática social. Gêneros são modos de agir sobre os outros e está ligado ao sentido acional do texto. Fairclough esclarece que

Gêneros são o aspecto especificamente discursivo de agir e (inter)agir no curso de eventos sociais: nós podemos dizer que (inter)agir nunca é apenas discurso, mas é frequentemente principalmente discurso. Assim, quando nós analisamos um texto ou interação em termos de gênero, estamos perguntando como isso se configura na ação social e contribui para a ação social e para a interação em eventos sociais. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65)

Os gêneros são unidades enunciativas relativamente estáveis que caracterizam determinado campo social, com as suas práticas sociais e suas relações interpessoais; o gênero é um potencial que é realizado no texto. Os gêneros textuais foram moldados ao longo da história de uma sociedade e sinalizam certa configuração de ordem para estabilizar os atos comunicativos em diversas práticas sociais, como na universidade, na imprensa, na escola, em hospitais, etc. A ADC considera que os gêneros são o aspecto acional do texto e podem determinar alguns traços gramaticais, semânticos e lexicais do texto.

Os gêneros referentes às práticas sociais são potenciais que são realizados nos textos. Segundo Fairclough: os eventos, como textos e interações, não estão “em” um gênero particular; eles não instanciam um gênero particular – em vez disso, eles recorrem às fontes de gêneros socialmente disponíveis de maneiras potencialmente complexas e criativas (FAIRCLOUGH, 2003, p.69). Podemos ver isso nos textos que recorrem a determinados caminhos genéricos mas que os reconfiguram de maneira criativa, formando o que se conhece por hibridismo no gênero. Assim, penso que o gênero é um recurso semiótico e pode ser usado para criar o sentido de um determinado texto. Van Leeuwen esclarece que

Gêneros, então, são recursos semióticos, ‘modelos’ para realizar atos comunicativos. Como tais, eles são muito versáteis. [...] Gêneros, culturalmente e historicamente, são específicas formas de comunicação e eles realizam culturalmente e historicamente específicas relações de poder

entre os participantes da comunicação (VAN LEEUWEN, 2006, p. 128, tradução nossa.)

A teoria semiótica social da multimodalidade, desse modo, enfatiza a relação de poder que existe na utilização de determinado gênero em um processo comunicativo. Não existe neutralidade nos usos das formas genéricas. Isso enfatiza a posição dos teóricos da multimodalidade (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006) em relação ao signo como “feito” em um processo comunicativo e não como “usado”. O signo, para a teoria semiótica social da multimodalidade, de Kress e van Leeuwen, não é arbitrário, mas motivado de acordo com os interesses dos *‘meaning-makers’* na comunicação. O signo é feito socialmente.

O gênero reportagem pode ter como elemento composicional outros gêneros, os gêneros desencaixados, como entrevistas. Além disso, o gênero reportagem, embora conte uma história, pode ter a função de denúncia, ou de resposta, ou de defesa, ou de divulgação, ou de entretenimento. O autor da reportagem não necessariamente recorre apenas à narrativa, mas pode mesclá-la à argumentação. Os hibridismos genéricos mostram a capacidade criativa do agente de reconfigurar os gêneros já estabelecidos ao longo da história de um grupo social

Dessa forma, penso que podemos falar em subgêneros denúncia e dossiê. Uma reportagem pode contar uma história (narrativa), mostrar atos não éticos de agentes públicos (denúncia) e/ou apresentar um relatório da história cronológica dos atores sociais envolvidos em atos não éticos. Enquanto o subgênero denúncia realça os atos não éticos dos agentes públicos, mostrando em detalhes e com algumas documentações o que foi realizado em termos de crimes contra o Estado, o subgênero dossiê, que também é uma denúncia, mostra especificamente fatos específicos da vida do ator social ordenados cronologicamente. No caso da reportagem da Folha de S. Paulo, intitulada *Ministra se envolveu em escândalos*, a reportagem mostra a história ordenada cronologicamente dos atos de poder do agente público para favorecer determinados atores sociais. Esse hibridismo genérico pode ampliar o poder de legitimação da imprensa, porque facilita o trânsito das ideologias por meio principalmente da dissimulação. Penso que, embora Thompson não tenha mencionado o hibridismo genérico característico da mídia de massa como uma estratégia de construção simbólica que favorece o trânsito da ideologia por meio da dissimulação, acredito que podemos acrescentar ao quadro de Thompson o hibridismo genérico como uma das estratégias simbólicas para a dissimulação, um dos modos de operação da ideologia.

No corpus que forma o meu objeto de pesquisa, há quatro reportagens/denúncia. Dessas quatro reportagens/denúncia, duas são reportagem//denúncia/propaganda e uma é

reportagem/denúncia/dossiê. Todos esses textos são textos mediados de mão única, ou seja, a resposta a eles não é imediata, como em uma interação face a face. Mas, como aprendemos com Bakhtin, todo texto é dialógico, todo texto incorpora várias vozes e todo texto tem resposta, que pode ser realizada logo após a transmissão do texto ou depois, ou muito tempo depois, e a resposta pode ser outro texto, ou um ato não textual.

3.13 Os gêneros da mídia de massa são um “blended”

A palavra inglesa *blended* indica uma fusão (*mixture*) tão perfeita de aromas e sabores, que eles formam outra unidade aromática, a exemplo de tabacos como o Squires Mixture. Levando essa analogia para os gêneros, todos sabemos que a mídia pode produzir reportagens com encaixes de outros gêneros que têm a propriedade de se adaptarem a vários ambientes genéricos. A entrevista, por exemplo, pode fazer parte de uma reportagem, de um anúncio publicitário ou de uma propaganda política. Existem gêneros desencaixados que podem servir à cultura de autopromoção. No caso da mídia de massa, é muito comum encontrarmos uma reportagem fazendo propaganda de outra reportagem em outro veículo de comunicação. Também é corriqueiro encontrarmos na Internet reportagens que promovem a sua versão impressa. Aliás, o suporte web tem servido também como uma indústria promocional das revistas que são publicadas e postas à venda nas bancas.

Segundo Fairclough, a mídia é um campo social que tem recebido especial atenção devido à sua capacidade de hibridismo genérico. Fairclough assevera que:

Um número de pesquisadores sociais e de teóricos tem chamado especial atenção para os modos pelos quais as fronteiras sociais estão obscurecidas na vida social contemporânea, e às formas de hibridismo ou *mixing* de práticas sociais que disso resulta. [...] Uma área da vida social onde o hibridismo tem particularmente recebido atenção intensa é a mídia – os textos da mídia de massa podem ser vistos como instanciando o obscurecimento das fronteiras de vários tipos: fato e ficção, notícias e entretenimento, drama e documentário e assim por diante (McLuhan 1964, Silvestorine 1999) (FAIRCLOUGH, 2003, p. 35, tradução nossa).

Com a análise dos dados que compõem o *corpus* do objeto desta pesquisa, pode observar que as funções das reportagens da mídia impressa são muito variadas e informar é apenas uma delas. Se considerarmos que uma reportagem da mídia impressa é um produto de uma empresa, é razoável supormos que o objetivo é a venda desse produto. Portanto, haverá sempre um *mix* de funções em um gênero como a reportagem: entretenimento, promoção, informação, formação de opinião, direcionamento ideológico, etc. Assim, sob o pretexto de informar o leitor, uma reportagem pode distraí-lo, entretê-lo, convencê-lo, etc. Pode ver as

fronteiras obscurecidas nas reportagens analisadas, principalmente a fronteira entre informação e entretenimento.

A ADC possui uma base epistemológica diferente de outras abordagens discursivas, porque trabalha com a concepção de que o poder está sempre presente nas práticas sociais, nas relações sociais, e que isso pode ser representado, reproduzido e ratificado nos textos; trabalha com o fato de que a ideologia serve para manter as relações assimétricas de poder e, portanto, na análise textual, procura manter uma postura cética e de estranhamento a muitas concepções do chamado senso comum. A Análise de Discurso Crítica não pressupõe um sujeito assujeitado, mas um agente que pode mudar a sua realidade social, por meio de sua ação emancipatória. Além disso, a ADC rejeita a “neutralidade” do analista — a ADC, por ser uma ciência social crítica, assume que o analista deve se posicionar frente à sua pesquisa e que esse posicionamento deve estar explícito. Neuman acentua que

A pesquisa social é uma atividade político-moral que requer do pesquisador um comprometimento com uma posição de valor. [...] A ciência social crítica sustenta que negar que o pesquisador tenha um ponto de vista já é um ponto de vista. Conduzir pesquisa e ignorar as questões morais; satisfazer um patrocinador e seguir ordens — esse tipo de visão afirma que a ciência é uma ferramenta ou um instrumento que qualquer um pode usar (NEUMAN, W. L., p. 100 e p. 101, tradução nossa.).

A interpretação do analista em ADC não é um retrato da realidade, mas um dos retratos possíveis e plausíveis. Nossa noção empírica do que é a realidade social ou textual pode ser bastante ampliada pela transdisciplinariedade. Fairclough inclui no seu campo teórico-metodológico conceitos de outras disciplinas e trabalha os conceitos para ampliar o campo de visão. Esses conceitos, aos serem recontextualizados na esfera teórica da ADC ganham novos sentidos e a conexão entre a ADC e as ciências sociais fica mais clara e mais resistente.

Como entendo que a teoria da ADC não pode ser separada da metodologia, a seguir, farei um levantamento dos pilares da teoria/método que é a Análise de Discurso Crítica, mostrando o que pude encontrar de congruência da teoria com a construção do meu objeto de pesquisa. A ADC pode ser considerada como uma metodologia com uma perspectiva crítica e interpretativa, e também uma ciência social crítica que vê o ser humano não como esmagado pelo determinismo biológico, social ou econômico, mas como um agente que pode modificar a sua situação social, mesmo que essa agência tenha determinados limites. A ciência social crítica reconhece que as pessoas são tomadores racionais de decisão, são moldados pelas

estruturas sociais e também, de forma criativa, constroem significados e estruturas sociais. Neuman afirma o seguinte:

A ciência social crítica mistura determinismo e voluntarismo para enfatizar a **autonomia limitada**, ou como a agência e a estrutura cooperam entre si. A autonomia limitada sugere que os desejos, as escolhas e as decisões não são sem limite; em vez disso, devem ficar também em fronteiras restritas de opções ou confinadas nos limites, que podem ser limites materiais ou culturais, ou fronteiras (NEUMAN, W.L., 2006, p. 97, tradução nossa.).

A interpretação textualmente orientada não se limita à análise linguística dos aspectos textuais; a interpretação deve tentar alcançar um limite à frente da análise linguística. A interpretação é um estudo muito complexo porque supõe um vasto e ao mesmo tempo profundo conhecimentos de teorias semióticas e sociais, e de vários textos. Mas isso não é suficiente. Há também que ser considerada a experiência pessoal do pesquisador e a sua sensibilidade em relação ao que vê da realidade. O pesquisador não está fora do seu objeto de estudo. Ele é parte do seu objeto de estudo porque a interpretação não é objetiva, mas subjetiva, e isso é reconhecido pela ADC. Mas essa subjetividade não significa a ausência de teorizações e sensibilizações conceituais.

Neste capítulo, procurei seguir os passos das várias peças teóricas que formam a Análise de Discurso Crítica, realizando a composição de um tipo de bricolagem epistemológica ou de uma montagem cinematográfica de múltiplas imagens conceituais. Procurei acentuar o papel de Foucault para a ADC, com o seu *insight* a respeito do discurso como constitutivo. Também busquei acentuar a importância de Bourdieu, com o seu conceito de habitus, para a ideia de prática social e a relevância, para o meu estudo, do trabalho de Giddens e Stuart Hall, relativamente ao conceito de modernidade. Além disso, percorri a teoria semiótico-social da multimodalidade para acentuar a questão dos múltiplos sentidos do texto, provenientes de vários recursos semióticos, historicamente formados, e não só do sistema da linguagem. Também procurei esclarecer o leitor sobre alguns traços do discurso da mídia impressa e sobre o gênero como recurso semiótico, fundamentais para transmitir as ideologias.

4 DIREÇÕES TEÓRICAS DA PESQUISA

4.1 O realismo crítico para a Análise de Discurso Crítica: o texto como elemento de eventos sociais

A Análise de Discurso Crítica posiciona-se epistemologicamente pelos princípios do realismo crítico, criado pelo filósofo social Bhaskar, segundo o qual existe uma realidade de mecanismos independente da nossa percepção como agentes sociais e independente do que pensamos sobre essa realidade. Os mecanismos, do domínio do real, são independentes dos eventos que eles geram. Os eventos estão no domínio do real e do atual (que está em ato, em oposição a potencial) e ocorrem independentemente das experiências, que estão no domínio do real, do atual e do empírico. O empírico é o que vemos da realidade com a nossa percepção. (BHASKAR, 2008, p. 13.).

Fairclough adaptou esse sistema epistemológico realista à Análise de Discurso Crítica, afirmando que as estruturas sociais, que estão no nível mais abstrato, as práticas sociais, no nível menos abstrato, e os eventos sociais, que pertencem ao campo mais concreto, fazem parte da realidade social, composta do potencial e do atual (que está em ato, por oposição a potencial). Mas é preciso distinguir entre o potencial (o que pode acontecer), o atual (o que de fato acontece) e o empírico (o que sabemos sobre a realidade). Fairclough esclarece o seguinte:

A realidade (o potencial, o atual) não pode ser reduzida ao nosso conhecimento da realidade, que é contingente, mutável e parcial. Isso se aplica também aos textos: nós não devemos assumir que a realidade dos textos é exaurida por nosso conhecimento sobre textos. Uma consequência é que nós devemos assumir que nenhuma análise textual pode nos dizer tudo que está para ser dito sobre o texto — não existe algo como uma análise textual completa e definitiva (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14, tradução nossa)

Entendo que Fairclough, ao concluir que não existe uma análise textual completa e definitiva, leva-nos a pensar que a análise em ADC é seletiva e contém a marca subjetiva do analista — em ADC, não há objetividade pura. Portanto, o posicionamento não assertivo, para o analista, é fundamental e necessário. A análise pode indicar caminhos e interpretações, mas jamais vai assumir um papel de certezas absolutas, de verdades irrepreensíveis. Um texto pode ser sempre reinterpretado, dependendo de sua recepção. Um analista de discurso pode

sugerir leituras que permitam desvendar várias concepções de mundo que estão implícitas no texto. Daí a importância da transdisciplinariedade, princípio metodológico que permite que se analise e se interprete um texto tendo como pano de fundo a operacionalização de conceitos de teorias sociais e teorias semióticas. A adaptação, para a ADC, do realismo crítico de Bhaskar não significa entender que o discurso não constrói realidades; sabemos que o discurso, o aspecto semiótico da relação de representação com o social, representa e constrói aspectos da realidade. Podemos dizer que o discurso pode levar as pessoas a compreenderem o mundo de uma determinada maneira.

Um texto escrito é um elemento de um evento social, está no campo do atual (que está em ato, em oposição a potencial), que está em relação com as estruturas sociais e com as práticas sociais. Sobre esse texto, pode-se fazer uma análise, uma interpretação, mas o conhecimento daí gerado sempre será parcial. Uma reportagem sobre determinado escândalo de corrupção é parte de um evento social que tem relação com vários outros eventos sociais, como as eleições presidenciais, a escolha ou a exoneração de um ministro. E esse evento tem relações com práticas sociais como a prática política, o trabalho dos servidores públicos, o trabalho da imprensa, e com as relações sociais nas estruturas mais abstratas como as relações de poder nas instituições públicas, as relações entre o Estado e as instituições privadas, as relações entre a mídia e o Estado. A representação de um escândalo pela mídia de massa publicado na Internet e nas bancas tem um papel de peso nas regulações sociais e na formação das visões de mundo das pessoas. A interpretação sobre esses textos midiáticos mostrará parcialmente aspectos da realidade textual.

4.2 A semiose e a realidade social – a relação dialética

A semiose (ou discurso, em seu sentido amplo, aí incluídos todos os recursos semióticos) é um dos elementos da vida social, que está em relação dialética com os outros elementos da vida social. Segundo Fairclough, cada momento internaliza o outro, mas um momento não se reduz ao outro. Os elementos da vida social, de acordo com a classificação de Harvey, são discurso/linguagem; poder; crenças/valores/desejos; práticas materiais, instituições/rituais e relações sociais.

Todos esses momentos estão conectados às várias práticas sociais existentes em dada cultura. De acordo com Fairclough, a ADC parte da suposição de que a vida social é feita de práticas. Fairclough afirma que: “Por práticas, queremos dizer modos habituais, ligados a tempos e a espaços particulares, nos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou

simbólicos) para agirem conjuntamente no mundo” (FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Penso que posso dizer que esses recursos materiais ou simbólicos se ligam ao real, e esse ‘agir conjuntamente’ está intimamente ligado às práticas discursivas.

A Análise de Discurso Crítica se direciona para a leitura dos aspectos semióticos que estão em relação dialética com os outros momentos da realidade social. As estruturas e as práticas sociais não podem ser reduzidas ao seu aspecto semiótico. Por isso, o foco da ADC é a relação dialética entre a semiose e os outros elementos da vida social. De acordo com Fairclough: “A ADC tem o seu foco não apenas sobre a semiose como tal, mas na relação entre a semiótica e outros elementos sociais” (FAIRCLOUGH, 2009, p. 163, tradução nossa). Por isso a ADC necessita intercambiar conhecimento com as outras ciências, especialmente as ciências sociais. Os conceitos trazidos das ciências sociais são retrabalhados e inseridos na metodologia da ADC – essa é a transdisciplinariedade.

4.3 O tecer textual – como os sentidos se entrelaçam

Uma análise discursiva que segue a orientação metodológica da ADC se preocupa em desvendar os aspectos semióticos que estão compondo a tessitura de um texto e estão representando e influenciando as práticas e eventos sociais, assim como a ADC procura ver de que modo os textos são modelados pelas práticas sociais. Em um texto podemos ver como os recursos textuais estabelecem a representação de determinado evento social. Nos textos da imprensa sobre escândalos de corrupção, a metáfora realizada em uma nominalização pode servir à naturalização da corrupção. Por exemplo, temos na reportagem de Veja que faz parte do *corpus* da minha pesquisa, a seguinte frase: “A edição de VEJA desta semana traz à tona um caso surpreendente de aparelhamento do estado” Neste exemplo, o Estado e suas instituições são comparados a uma máquina (de guerra) que foi aparelhada. Trata-se de uma metáfora gramatical, conceito desenvolvido por Halliday. Este autor afirma que a metáfora gramatical é a fonte de energia das teorizações que o humano faz a respeito da realidade que o cerca. Segundo Halliday, a metáfora é a congruência de sentidos de dois itens lexicais (HALLIDAY, 2006, p.xvi) Por exemplo, quando a expressão “assessora de Dilma” é relexicalizada como “sombra de Dilma”, podemos ver que um novo sentido é formado com a junção dos dois sentidos.

Quadro 1 – Exemplo de junção de sentidos congruentes entre dois itens lexicais para a formação da metáfora *sombra de Dilma*

Sentido congruente 1	Sentido congruente 2	FUSÃO DE SENTIDOS (metáfora).
A assessora de Dilma	Aquela que não sai de perto de Dilma.	A sombra de Dilma.

Fonte: Produção da própria autora

Em uma metáfora gramatical, a fusão (cross-coupling) não se dá entre itens lexicais mas entre classes gramaticais, ou seja, um processo pode ser relexicalizado e transformado em um nome (HALLIDAY, 2006, p. xiv). Segundo a teoria de Halliday sobre a metáfora gramatical, um nome como “aparelhamento” expressa um significado complexo, formado pela junção do processo *aparelhar* com a categoria de significado *nome*. Veja que não se trata de uma mera derivação, um processo complexo. Após a fusão entre um léxico (processo ou qualidade) e uma categoria gramatical (nome), o resultado é um processo sendo realizado como um nome – daí provém o termo “nominalização”. De acordo com Halliday,

A metáfora gramatical cria fenômenos virtuais – entidades virtuais e processos virtuais – que existem somente no plano semiótico. Isso faz deles ferramentas extremamente poderosas para pensar. [...] Assim, o que uma metáfora gramatical faz é aumentar o poder que uma linguagem tem para **teorizar** (HALLIDAY, 2006, p.xvii, tradução nossa).

‘Teorizar’, para Halliday está intimamente conectado com a função ideacional da linguagem, que cria as realidades que contornam o ambiente humano. Nessa metáfora gramatical, aparelhamento, são elididos os atores sociais responsáveis pelo ato de aparelhar, o que pode contribuir para uma visão de mundo na qual o Estado é um sistema automatizado, aparelhado, que segue uma lógica de máquina, de aparelhos, portanto, sem a possibilidade da agência de pessoas, esquecendo-se do fato de que o Estado é formado por pessoas, é uma construção social. Isso é o que Fairclough chama de representação impessoal de atores sociais, de desumanização. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 150). Podemos perceber a força da metáfora na construção de visões de mundo, de valores e de pressuposições que aparentam ser *verdade*.

Essa concepção de um Estado autogerido, não constituído de pessoas, por meio da reprodução, da transmissão e da ratificação, fica internalizada na escala de valores de milhões de pessoas. É plausível supor que esse efeito é ruim e perpetua as relações de poder, porque estabelece a impossibilidade de haver a agência dos atores sociais nas decisões das

instituições públicas. De acordo com Fairclough, há três maneiras de a semiose se relacionar a eventos e às práticas sociais: agindo, representando/construindo aspectos da realidade e constituindo identidades. E os três modos de relacionar-se com o social pode ser visto como três categorias semióticas, respectivamente gênero, discurso e estilo. Uma metáfora como essa de “aparelhamento do Estado” age sobre as pessoas, introduzindo visões de mundo nas quais a agência do ator social é desconsiderada; representa o Estado com impessoalidade de forma a elidir sempre a existência dos responsáveis por atos administrativos na esfera pública; constrói a identidade de todos os agentes públicos com o recurso simbólico da sinédoque, pelo qual a parte é tomada como o todo.

4.4 A Gramática Sistêmico Funcional – a projeção e a “infiltração”

No meu estudo, recorri à Gramática Sistêmico-Funcional, de Mark Halliday quanto às relações lógico-semânticas entre as orações em períodos complexos, especificamente quanto à projeção. Segundo Halliday, a projeção ocorre quando uma oração representa não um fato em si mas representa um fato semiótico: “[...] a relação lógico-semântica na qual uma oração funciona não como uma representação direta de uma experiência (não linguística), mas como uma representação de uma representação (linguística)” (HALLIDAY, 2004, p. 441, tradução nossa). As citações diretas, citações indiretas e o discurso indireto livre são formas de projeção. Essa relação lógico-semântica chamada projeção é relevante para o meu estudo, porque ela tem uma interface com a categoria analítica da interdiscursividade. A citação direta é a forma mais simples de projeção e é realizada com um processo verbal (realizado em verbos *dicendi*) em uma estrutura paratática (HALLIDAY, 2004, p. 445). A citação indireta também contém o processo verbal, mas a estrutura é hipotática. Em uma projeção, há dois eventos: o evento do dizer e o evento do conteúdo do dizer. Vou mostrar isso com um trecho da reportagem do jornal Folha de S. Paulo: *Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista*. Vejam que se trata de uma citação indireta, embora em uma estrutura paratática, na qual há dois eventos: o conteúdo do dizer e a representação do ato de dizer. O ator do verbo *dicendi* está representado de forma impessoal, como “revista”. A oração secundária (Filho de braço direito de Dilma fez lobby) é projetada por meio da oração primária, que instancia a oração secundária como uma elocução ou ideia. (HALLIDAY, 2004, p. 377)

As reportagens, por recorrerem ao pré-gênero narrativa, são abundantes especialmente em citações indiretas. É muito relevante analisarmos isso sob a ótica da responsabilidade das afirmações contidas nas reportagens. Se o autor da reportagem atribui a outro a

responsabilidade do conteúdo do dizer, segue-se que é muito difícil refutar como não verdadeira as assertivas inseridas nas citações indiretas. Assim, mesmo que o autor da reportagem insira algum comentário na citação, normalmente uma informação negativa, essa “infiltração” passa despercebida na massa total do conteúdo do que foi dito pelo ator social. No mesmo exemplo dado acima, possivelmente as palavras usadas pela “revista” não foram as mesmas utilizadas pelo autor da matéria do jornal, embora aparentemente possam ter “o mesmo sentido”. É relevante para minha pesquisa mostrar as avaliações que se escondem nas orações encaixadas das citações e que passam despercebidas.

Em relação às citações indiretas construídas nas reportagens, afirma Fairclough:

Uma característica do discurso indireto é que, embora seja esperado que esteja acurado sobre o conteúdo proposicional daquilo que foi dito, é ambivalente sobre as palavras reais que foram usadas – pode simplesmente reproduzi-las ou pode transformá-las e traduzi-las em discursos que cabem mais facilmente na voz do repórter (FAIRCLOUGH, 1995, p. 81).

Essa ambivalência é a característica que pode realizar uma espécie de camuflagem do discurso. O repórter transforma a voz de outro, mas não se responsabiliza pelo que está citado.

4.5 A ordem do discurso, a prática social das instituições públicas – o conceito de corrupção

A prática social faz a intermediação entre as estruturas sociais e os eventos sociais. Os processos sociais possuem vários momentos. Como já vimos, segundo Harvey, há seis momentos dos processos sociais e ele usa a palavra *momento* para evitar qualquer referência a uma condição muito estável ou cristalizada das atividades sociais (HARVEY, 1996, p. 78). Os momentos são o discurso/linguagem, o poder, as relações sociais, crenças/valores/desejos; instituições/rituais e práticas materiais. Toda atividade social tem em si todos esses momentos simultaneamente, que se relacionam dialeticamente uns com os outros. As práticas sociais articulam discursos e a face semiótica de uma rede de práticas sociais é a ordem do discurso. Assim como as unidades de uma língua podem ser identificadas como fonemas, itens lexicais e sentenças, as unidades da ordem do discurso, na teoria de Fairclough, são o gênero, o discurso e o estilo.

As instituições públicas são estruturas sociais que funcionam por meio de práticas sociais. Uma instituição pública como a Casa Civil possui agentes sociais, os servidores públicos, imersos na prática social do serviço público. Os agentes sociais chamados de servidores públicos ou de funcionários públicos podem ser remunerados pelo Estado para

servir o público. Segundo o Código Penal brasileiro, em seu art. 327, “Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.” O funcionário público trabalha para o interesse público. O conceito de interesse público é variável e, segundo Juarez Guimarães, cientista político da UFMG, esse conceito é central para a análise do fenômeno da corrupção. (GUIMARÃES, 2008, p. 173). Para este cientista político, “a corrupção pode ser definida como um ato de transgressão ao interesse público, o que implica uma apropriação privatista ilegítima de recursos, bens, patrimônios ou serviços públicos” (GUIMARÃES, 2008, p.173) Outra definição pode ser mais abrangente, como a de Harvey, em seu livro *The Enigma of Capital*: “Infelizmente, há muitas outras maneiras de se acumular poder social que o dinheiro comanda, e a corrupção é uma delas — a fraude, o roubo, a bandidagem e o tráfico ilegal são outras.” (HARVEY, 2010, p. 43, tradução nossa.) Portanto, é interessante observar que o dinheiro leva à acumulação de poder social e essa acumulação pode ser alcançada por vias não legais.

Cabe-me observar que o conceito de corrupção, no discurso do brasileiro, está muito ligado à prática social das instituições públicas, sendo que corrupção pode ocorrer em outros ambientes sociais, com outros agentes sociais que não os servidores públicos. Além disso, o “outro lado” do ato da corrupção, o corruptor ativo, normalmente um ator social do setor privado, é negligenciado na representação, reiteradamente sendo representado de forma impessoal, com o nome da empresa, o que faz com que textualmente haja uma desconexão entre o ator social empresarial e a corrupção. Nesta minha dissertação, a corrupção ficará assim definida: “Desvio de recursos públicos por meio de licitações não éticas, realizado por intermédio da ação de servidores públicos e de empresários.” A corrupção não segue a prática social que é regida pela lei das licitações. A prática de corrupção é um desvio da ordem do discurso que pode se encontrar disseminada na sociedade brasileira.

4.6 A imprensa, um meio de massa ligado à governança

Como busquei indagar se as reportagens sobre escândalos de apropriação do bem público servem à naturalização da corrupção, precisei compreender qual é o papel da mídia de massa na sociedade, como é a sua prática social, como são as suas relações com o Estado brasileiro e como é a sua relação consigo mesma, na medida em que jornais e revistas são empresas capitalistas, que visam ao lucro. O objetivo da mídia é informar, conscientizar, denunciar ou vender? Se são todos simultaneamente, qual é o objetivo principal?

Nesta dissertação, abordo o tema do papel da mídia de massa na sociedade por meio especialmente de dois cientistas sociais: John Thompson e Niklas Luhmann, teóricos da comunicação. Para minha pesquisa, é interessante considerar e se apropriar transdisciplinariamente do conceito de comunicação de Thompson: “Comunicação envolve a produção, transmissão e recepção de formas simbólicas.” Esse conceito é importante para meu estudo, porque as formas simbólicas são utilizadas para construir realidades, visões de mundo, ou seja, as formas simbólicas são o veículo da ideologia. A ideologia de uma reportagem sobre escândalo de corrupção pode ser a de denegrir tudo que é público e enaltecer as empresas privadas, que com frequência são representadas nas reportagens como vítimas de extorsão e não como portadoras de um papel ativo em uma prática de venda de bens para o Estado, na qual não houve licitação, por exemplo.

Também utilizei, na minha pesquisa, o conceito de meios de massa de Niklas Luhmann: “Todas as instituições da sociedade que fazem uso de tecnologias de cópia para disseminar a comunicação.” (LUHMANN, 2000, p. 2) Esse conceito é abrangente e inclui jornais, livros, programas de televisão, Internet, fotografias, imagens etc. Ele é muito útil para o meu estudo, porque chama a atenção para o fato de que um mesmo texto é disseminado para várias pessoas, ou seja, uma mesma visão de mundo, as mesmas pressuposições, as mesmas “verdades” são disseminadas para muitas pessoas. Isso representa um considerável controle social. Segundo Fairclough, “Essa mediação é essencial no processo de governança” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 219). As práticas sociais podem ser estabelecidas e controladas através dessa mediação.

Além disso, nesse estudo foi relevante sensibilizar o conceito de “reportagem”. Segundo Flick (FLICK, 2009, p. 101), “sensibilizar conceitos que dão ao pesquisador acesso amplo a um espectro de processos relevantes em um campo pode ser o ponto de partida da sua pesquisa.” Nesta dissertação, assumirei que “reportagem” é uma das possíveis formas da “camaleônica¹” estrutura genérica dos textos da mídia de massa; é uma narrativa dita não ficcional, um produto social que se adquire em troca de determinado valor; mas não é um produto neutro, porque tem efeitos sobre aquele que o adquiriu. Segundo o que entendo, reportagem é uma construção narrativa, direcionada por grupos empresariais dominantes que se encarregam de escolher e definir o que é ou não é notícia; sua função não é somente

¹ Próprio ou referente a camaleão, animal que sofre mudanças em sua cor, de acordo com o ambiente. Assim, ele se camufla e se defende do inimigo.

informar, mas é formar as mentes e as crenças, ao mesmo tempo que é um produto social capitalista.

No Brasil, as grandes empresas proprietárias de jornais e revistas são também grandes empresas provedoras de programações para TV a cabo e proprietárias de grandes portais na Internet (Folha UOL, G1 Notícias, NET, Globo News, Terra, Veja, IstoÉ, etc.) Uma notícia veiculada pelo *site* da Folha de S. Paulo é imediatamente lida por milhões de pessoas porque a Internet funciona como uma máquina replicadora de notícias com uma enorme velocidade, uma vez que outros sites vão “encaixando” as notícias dos principais jornais em suas páginas, num movimento contínuo de “atualização de *sites*”. Isso é um poder muito grande, um poder de criação de modelos de realidades. Se procurarmos no Google (site de busca) a expressão *esquema de lobby*, vamos ver que, mais de 80% dos resultados mencionam o caso da Casa Civil, que foi *revelado* pela revista Veja. A revista Veja escolheu lexicalmente essa expressão *esquema de lobby* para associá-la aos escândalos de corrupção da Casa Civil. E essa escolha lexical se reproduziu a uma velocidade muito grande na Internet, permitindo que milhões de pessoas incorporassem à sua visão de mundo a conexão entre corrupção e *esquema de lobby*, que é uma expressão muito vaga, que serve para substituir qualquer direcionamento mais crítico de leitura. A mídia de massa, assim, vinculada a um oligopólio formado por grandes grupos empresariais, tem o poder de disseminar o discurso das classes empresariais, que pregam a pouca interferência estatal na economia. De acordo com Fairclough, a extrema “marketização da mídia de massa” vai enfraquecendo o jornalismo independente, o jornalismo provedor de informações acuradas e imparciais. (FAIRCLOUGH, 2006, p. 99).

4.7 A mídia, o espaço-tempo e a história

A noção de espaço-tempo da sociedade ocidental tem sua origem com a percepção do ritmo do mundo real: o ritmo do corpo humano, o ritmo do coração, o ritmo da Terra, o ritmo das estações, o ritmo dos astros. O ritmo possibilitou, por uma construção analógica, a configuração do tempo que temos hoje em nossa sociedade. O chamado *dia* foi construído por analogia a um fenômeno natural, que é a rotação da Terra em torno do seu próprio eixo. Essa rotação, capturando intermitentemente a luz do sol, cria um contraste entre claro e escuro, entre o dia e a noite.

Transformações na representação e na percepção do espaço e do tempo são parte da mudança social, cultural e tecnológica de uma sociedade. A noção e a percepção do tempo e do espaço no sentido da distância sofreram uma mudança radical quando ocorreram as

grandes inovações tecnológicas referentes à comunicação, com o desenvolvimento das novas mídias. A invenção do telégrafo, do rádio, do telefone possibilitou uma desespecialização, nos termos de Thompson (THOMPSON, 1995, pág. 32), um encurtamento de distâncias, um desacoplamento entre o tempo e o espaço. Agora, era possível que pessoas participassem de um mesmo evento, ocorrido num determinado tempo pontual, sem que estivessem localizadas no mesmo lugar. Isso fez com que o mundo ficasse menor e mais rápido e exigiu uma homogeneização na forma de medição e estabelecimento do tempo, o que levou à divisão do globo terrestre em 24 fusos horários, o que acelerou o processo chamado de globalização.

Segundo Thompson, com o desenvolvimento tecnológico, a noção de passado da cultura ocidental foi modificada (THOMPSON, 1995, p. 33). Antes do desenvolvimento da indústria da mídia, membros de sociedades situadas em locais distantes tinham como senso de passado as narrativas que lhe eram contadas em uma interação face a face, ou seja, a tradição oral determinava o senso de passado das várias comunidades. As novas mídias transformaram isso e deslocaram a importância da tradição oral, que não desapareceu totalmente, mas o senso de passado das pessoas agora é constituído pelas narrativas veiculadas pelas novas mídias. Thompson chama isso de historicidade mediada. A mídia de massa, especialmente a imprensa, se apropria da história e do sentido: o que está fora da mídia pode estar fora da história.

Nossa memória é construída não mais apenas por nossas experiências concretas, mas também pelas constituições das formas simbólicas transmitidas por meio da mídia de massa. Isso reafirma o poder desse tipo de comunicação para o controle social. Na modernidade tardia, o conceito de tempo como marco de memória histórica é estabelecido por narrativas veiculadas pela mídia. O dia 11 de setembro¹, por exemplo, virou um marco temporal muito importante para todo o mundo. É possível que esse marco temporal construído pela mídia seja tão importante atualmente na sociedade brasileira quanto o dia da independência do Brasil.

¹ Data em que dois aviões civis sequestrados se chocaram contra as Torres Gêmeas (World Trade Center), em Nova Iorque, destruindo-as. Tal ato foi considerado pelos norte-americanos como um ato terrorista.

5 A TEORIA/METODOLOGIA A SERVIÇO DOS DADOS

5.1 Introito

O propósito dessa dissertação é realizar uma análise crítico-interpretativa a respeito da representação da corrupção nas reportagens da mídia impressa. Este estudo constitui uma pesquisa qualitativa porque diz respeito a uma leitura interpretativa e crítica de práticas sociais e práticas discursivas, relacionadas dialeticamente. Com essa análise, procuro estranhar práticas textuais naturalizadas, mostrando as pressuposições que estão por trás das representações dos escândalos na imprensa, constatadas especialmente por suas metáforas, seu léxico e suas construções argumentativas. A mídia de massa (especialmente, em minha pesquisa, as publicações de mídia impressa e a Internet) é uma boa representante do estado das representações das práticas sociais. Ela é um dos principais provedores de legitimidade, porque é construída sobretudo de narrativas, que são estratégias de construção simbólica que servem à legitimação e à formação da opinião do público. Por isso, é importante desvelar os mitos dos discursos da mídia impressa.

O tópico da pesquisa é a naturalização da corrupção nas representações de escândalos pela mídia impressa que dizem respeito à apropriação do bem público. A questão de pesquisa básica é saber se as representações midiáticas dos escândalos favorecem a naturalização da corrupção. As outras questões de pesquisa que se seguem são:

Quadro 2 - Perguntas da pesquisa

1) De que modo são construídas/narradas, no discurso da mídia, as reportagens sobre escândalos de apropriação do bem público?

2) Como são representados os servidores públicos vis-à-vis os empresários em reportagens sobre corrupção?

3) É significativa a ausência sistemática, nas reportagens, da vinculação da corrupção à pobreza, à miséria, à falta de saneamento, de saúde e de educação?

4) Quais os agentes sociais e instituições excluídos nessas representações?

Fonte: Produção da própria autora

5.2 Seleção de dados

A seleção de dados do meu estudo resultou na constituição de uma quantidade significativa de dados, com diversas reportagens sobre o escândalo da Casa Civil, ocorrido e constituído como notícia entre setembro e outubro de 2010. Coletei artigos da imprensa

escrita — revistas e jornais — e as declarações da Sra. Erenice Guerra à Polícia Federal. Ao todo, foram duas reportagens de revistas semanais, um editorial, uma entrevista, cinco reportagens de jornal sobre o conhecido escândalo da Casa Civil. É relevante para a minha pesquisa atentar para a relação entre os textos dessas publicações e as práticas sociais. As práticas sociais relativas às eleições presidenciais engendram textos de reportagens com denúncias sobre candidatos ou pessoas ligadas a candidatos; esses textos/denúncias geram outros textos que reproduzem as denúncias ao fazer citações (intertextualidade), ou trazem outras denúncias. Além disso, os textos publicados podem gerar atos administrativos e institucionais, como a exoneração de Ministros ou depoimentos de agentes públicos na Polícia Federal. Toda essa dinâmica social tem um aspecto semiótico, realizado nesses textos. Desse modo, a compreensão mais abrangente dos textos passa pela consideração do momento histórico em que esses textos foram produzidos. Os artigos de imprensa escrita e os artigos publicados na Internet estão incorporados às práticas sociais, práticas político-institucionais, especificamente o processo eleitoral para o principal cargo na esfera política do Brasil. Os textos foram por mim selecionados segundo os critérios da homogeneidade (sobre o mesmo evento), contemporaneidade (mesma época) e relevância (evento social importante), além do critério da conveniência pela acessibilidade. Eles foram selecionados também porque representam parte importante da indústria midiática que governa as transmissões, reproduções e ratificações das ideias e valores para o brasileiro, portanto instituições-chave no processo de legitimação e de governança. A leitura dessas reportagens foi fundamental para que eu tivesse uma visão mais abrangente dos textos que pretendo analisar.

Para compor o corpus da minha dissertação, selecionei quatro reportagens, sendo que três estão em uma mesma página do jornal Folha de S. Paulo, e a quarta reportagem está publicada no *site* da revista Veja na Internet. Pretendo fazer a análise do que considero uma composição de três pequenas reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*, de 12 de setembro de 2010, intituladas *Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista*, *Contrato feito sem licitação tem privilégios* e *Ministra se envolveu em escândalos*. Também farei a análise da quarta reportagem, que é um texto selecionado do *site* da revista Veja na Internet, intitulado *Filho de Erenice Guerra comanda esquema de lobby no Planalto*. Focalizei minha atenção nessas reportagens, porque ambas se referem ao evento ocorrido na Casa Civil, ligado ao escândalo de corrupção. A comparação entre os textos é configurada mediante a análise de representações diferentes de um mesmo evento social ou de eventos sociais aproximadamente similares, como nos diz Fairclough:

Em vez de vermos um procedimento desse tipo como comparando a verdade sobre um evento com o que é representado em textos particulares (o que levanta problemas sobre como alguém estabelece a verdade, independentemente de representações particulares), podemos ver isso em termos de comparação entre diferentes representações dos mesmos eventos ou de eventos aproximadamente similares (FAIRCLOUGH, 2003, p. 136, tradução nossa.).

Nessa pesquisa, procurei analisar reportagens com diferentes representações do mesmo evento: as denúncias sobre o escândalo de corrupção na Casa Civil. A metodologia da pesquisa segue sobretudo a proposta da Análise de Discurso Crítica, desenvolvida por Norman Fairclough em seu livro de 2003. Também pretendo operacionalizar as várias estratégias de construção simbólica para o trânsito e para a operação da ideologia, de Thompson. Essas estratégias são muito produtivas no meu estudo, especialmente a nominalização/passivização, a metáfora e a naturalização. Além disso, baseada na concepção de que todo texto é multimodal, pretendo operacionalizar a teoria semiótica social da multimodalidade, de Kress (KRESS 2006), para ampliar os instrumentos de análise, principalmente em relação a recursos semióticos que são responsáveis pela geração do sentido. Também vou utilizar alguns estabelecimentos conceituais da Gramática Sistêmico Funcional, de Halliday, para ampliar as minhas categorias de análise, especialmente nas relações textuais internas.

A Análise de Discurso Crítica tem por objeto de estudo o texto como parte de eventos sociais. Os eventos sociais, gerados pelas práticas sociais, podem ser representados por textos e estes textos são multimodais. De acordo com a definição de texto de Halliday, “O termo texto refere-se a qualquer instância de linguagem, *em qualquer meio*, que faz sentido a alguém que conhece a linguagem.” (HALLIDAY, 2004, p. 3, tradução nossa, grifo nosso). A linguagem, nessa definição de Halliday, é entendida por mim no seu sentido amplo, como um dos momentos da vida social. O sentido de um texto é dado não só pelo que “está escrito em palavras”, mas também pelo momento histórico de sua produção, pela função do texto como parte de eventos sociais relevantes e por suas características materiais de composição, como as fotos que o compõem, a diagramação, o tipo de fonte utilizado etc.

5.3 O contexto do campo simbólico

Os dados que por mim colhidos formaram o contexto simbólico das reportagens que pretendo analisar – são quatro reportagens que compõem o corpus do meu estudo. Escolhi textos escritos porque estou trabalhando com um evento social específico — as reportagens

veiculadas em revistas e jornais sobre escândalos de corrupção — e estou interessada nos discursos que estão por trás desses textos.

Um entendimento mais apurado das reportagens que pretendo analisar pode ser alcançado por meio da consideração do contexto formado por outros textos. A relação entre o texto da mídia impressa e o seu leitor é uma relação dialógica, embora haja um espaço temporal-espacial entre a produção do texto e a sua leitura e sua interpretação. Ao escolher determinados atores para representar, ao representar atores de um modo, ao escolher determinados assuntos, a mídia vai legitimando e fortalecendo as assimetrias sociais, com o discurso de que está comprometida com a verdade. Mas até a verdade dos fatos é pesadamente construída. Tais textos têm um autor, e muitos leitores, que não são passivos, mas respondem de maneiras diferentes e interpretam de maneiras diferentes os mesmos textos. Porém, os textos escritos da imprensa possuem uma capacidade de legitimação muito grande e envolvem um ato discursivo que atinge milhões de pessoas, o que ressalta o seu alcance social como um dos principais elementos de legitimação. E um texto escrito se constitui em uma troca (que pode ser uma troca aparente de conhecimento, mas na verdade é uma troca de atividade, em nossa cultura promocional.). Como diz Fairclough, as funções de fala podem ser aplicadas a textos de qualquer tipo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 109). O leitor responde a esse texto mesmo que não escreva ou não enuncie em voz alta a resposta. Afirma Fairclough:

Todo texto é orientado ao diálogo em um sentido amplo, mesmo um diário que eu escrevo para mim mesmo inevitavelmente envolve escolhas a qual tipo de leitor imaginário (seja ele um imaginário eu) devo endereçar e essa generalização do conceito de troca é um modo de capturar isso. (FAIRCLOUGH, 2003, pág. 108, tradução nossa.)

Considero uma elegância ética do direcionamento metodológico da Análise de Discurso Crítica inserir os dados da pesquisa no estudo, colocando-os à disposição do leitor, para que este possa contestar as interpretações do analista, que, afinal de contas, podem ser questionadas, uma vez que a ADC não trabalha com “verdades”, mas elabora interpretações que podem ampliar a nossa visão da sociedade em que vivemos, com um fim sempre emancipatório. Os textos que fazem parte do corpus e que vão ser analisados por mim se encontram no corpo da minha dissertação.

Não considerei a necessidade de fazer uma triangulação de dados, porque as possíveis conclusões do meu estudo serão constituídas de minhas interpretações de dados provenientes de textos escritos da mídia impressa e, portanto, dados bastante homogêneos no sentido de que a mídia impressa no Brasil representa praticamente um oligopólio no qual poucos grupos muito poderosos comandam as notícias. Com a interpretação e análise das reportagens, minha intenção modesta é mostrar como a Análise de Discurso Crítica pode ajudar a estranhar vários sentidos comuns e várias verdades estabelecidas que estão disseminadas, reproduzidas e ratificadas pela imprensa escrita em reportagens sobre escândalos de corrupção. Flick ressalta o seguinte:

Embora a triangulação possa ser muito fecunda em vários casos, não há necessidade de se usar a triangulação em todo estudo qualitativo. Ela também não deve ser aplicada apenas por razões estratégicas, ou para tornar mais fácil a obtenção de recursos ou para ganhar aceitação para publicação em um periódico devido ao uso ou menção de triangulação (FLICK, U., 2009, p. 445 e p. 446).

Especificamente o corpus do meu estudo é constituído por: 1) três reportagens da Folha de S. Paulo, publicada em 12 de setembro de 2010, e que estão impressas no mesmo lugar, compondo um todo e 2) uma reportagem publicada na Internet no site da revista Veja, sobre o escândalo de corrupção da Casa Civil, e que faz referência à edição da revista Veja nº 2.182. Essas matérias foram escolhidas para compor o corpus da minha dissertação porque: 1 – Referem-se a escândalos de corrupção, que é o tema sobre que pretendo analisar, estudando a naturalização dessa prática social; 2 – Os escândalos de corrupção envolvem a Casa Civil, que é o coração do Poder Executivo da República Federativa do Brasil; 3 - São provenientes de publicações muito conhecidas pela população, com uma influência grande, portanto, na opinião e na consciência política dos seus leitores.

Essas reportagens foram publicadas pouco antes das eleições de 2010 para Presidente do Brasil, o que é relevante, uma vez que os jornais e as revistas podem direcionar as narrativas de acordo com o que desejam representar em dado momento histórico, visto que são produtos de grupos empresariais poderosos, com particulares interesses políticos.

Além dessas reportagens que serão analisadas efetivamente, fazem parte do meu estudo como recursos semióticos para a análise o texto verbal da reportagem da revista Veja, edição 2.182; o Correio Braziliense de 26 de outubro de 2010 e um documento oficial

intitulado “Termo de Declarações de Erenice Alves Guerra”, de 25 de outubro de 2010, porque ele faz um contraponto interdiscursivo com a reportagem do *Correio Braziliense*.

5.4 Categorias Analíticas

Para a análise dos textos, pretendo utilizar as seguintes categorias analíticas da Análise de Discurso Crítica:

1 - **Estrutura genérica.** É relevante para a minha pesquisa a análise do hibridismo genérico das reportagens e a análise das reportagens levando-se em conta o pré-gênero narrativa. O gênero tem relações com práticas sociais estabilizadas, historicamente fundadas. É plausível considerar e classificar os subgêneros que compõem as reportagens sobre corrupção, analisando de que forma isso favorece a naturalização da corrupção. Quando um jornal, como a Folha de S. Paulo, edição de 12 de setembro de 2010, publica uma reportagem sobre outra reportagem, podemos identificar, neste caso, o gênero reportagem amalgamado ao gênero anúncio; portanto, a reportagem da Folha serve como propaganda da reportagem da revista *Veja*, de 15 de novembro de 2010, que estava nas bancas, à disposição dos consumidores, desde 11 de setembro de 2010, um sábado. Portanto, é razoável supor que o autor da reportagem da Folha de S. Paulo teve acesso à reportagem da revista *Veja* e está ratificando e legitimando a reportagem;

2 – **Intertextualidade.** Essa categoria analítica permite identificar as vozes diferentes que povoam o ambiente dos textos da imprensa escrita, nas reportagens sobre os escândalos de corrupção. Aqui farei um estudo textual comparativo entre a reportagem no site da *Veja* e o *Jornal Folha de S. Paulo*. A intertextualidade na minha pesquisa constituiu uma das mais produtivas categorias de análise, porque a reportagem-anúncio-promoção da edição do jornal *Folha de S. Paulo* de 12.09.2010, *reporta a reportagem* da revista *Veja*, de forma indireta. Portanto, há vários níveis de vozes embutidas, ou encaixadas como aquela boneca russa, chamada *Babuska*, que tem dentro de si várias bonequinhas encaixadas. Fairclough fala que uma reportagem é uma representação do discurso de uma voz que vale a pena ser representada e que, em textos nos quais prevalecem a representação do discurso de várias vozes, ocorre o que Fairclough chama de ambivalência de voz. (FAIRCLOUGH, 1992, p. 108).

3 – **Metáfora lexical.** Essa figura de linguagem ou tropo está ligada ao significado representacional e também ao significado identificacional do discurso. Serão analisadas

algumas metáforas utilizadas pelos autores das reportagens para representar o escândalo de corrupção na Casa Civil. De acordo com Fairclough, “Metáforas estão difundidas no discurso, mesmo nos casos menos promissores, como um discurso técnico ou um discurso científico” (FAIRCLOUGH, 1992, p.194). Pretendo trabalhar com os estabelecimentos sobre metáfora, feitos por Lakoff, em minha análise do texto. Também é minha intenção operacionalizar o conceito de metáfora definido por Thompson:

A metáfora envolve a aplicação de um termo ou expressão a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado. Expressões metafóricas levantam uma tensão dentro de uma oração, através da combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes, tensão essa que, se bem-sucedida, gera um efeito novo e duradouro. (THOMPSON, 1990, pág. 85, tradução nossa)

Entendo que, nessa definição de Thompson, importa para minha pesquisa o efeito duradouro da metáfora.

4 – Metáfora gramatical. Essa categoria/conceito foi desenvolvida por Halliday e basicamente significa um fenômeno em que há uma fusão entre o traço gramatical que define a categoria gramatical *nome* com um léxico que pertence ao campo categorial de processo. A metáfora gramatical transforma um verbo ou adjetivo em um nome. Trata-se de uma metáfora gramatical porque o novo significado é realizado não pela aplicação de um termo em lugar de outro, mas pela aplicação de uma categoria gramatical em lugar de outra. Diz Halliday:

A metáfora gramatical cria fenômenos virtuais – entidades virtuais, processos virtuais – que existem somente no plano semiótico; isso faz das metáforas gramaticais ferramentas abstratas extremamente poderosas para o processo do pensamento” (HALLIDAY, 2006, p. xvii, tradução nossa).

Esse recurso semiótico é muito utilizado nos textos das reportagens sobre escândalos de corrupção para não mostrar os agentes responsáveis. Ele está ligado à nominalização e à passivização. Assim, podemos dizer “a exoneração da Ministra”, em vez de “o Presidente exonerou a Ministra”.

4 – Representação dos eventos sociais. Os eventos sociais são representados por construções de orações cuja diagramação é feita fundamentalmente com a presença de um agente, um processo e as circunstâncias em que se deu esse processo. O processo é realizado por um verbo e pode ser material, verbal e relacional/existencial. Essas classificações são conceitos da Gramática Sistêmico Funcional, de Halliday. Na reportagem do jornal Folha de S. Paulo, é relevante considerar a função dos processos verbais na construção dos textos. Os processos verbais muito comuns em reportagens, ou verbos dicendi, constroem o que Halliday

chama de “representação da representação”. Isso indica que, nessas reportagens, seus autores não estão representando um fato, mas narrando uma narrativa já representada em outro texto, que é razoável chamar de texto fonte. Na reportagem da Folha de S. Paulo, por exemplo, há uma miscelânea entre a voz da Folha e a voz da revista Veja, porque a construção textual se dá sob uma estrutura hipotática, o que caracterizaria, em princípio, uma citação em discurso direto. Ocorre que é um discurso indireto, porque a estrutura da reportagem, embora omita a conjunção “que” da oração que seria encaixada, insere em seguida a expressão *afirma a revista* ou *segundo a revista*, como uma função apositiva, que não necessita da conjunção.

5 – Autoridade dada pela tradição e autoridade dada pela conformidade. Segundo van Leeuwen, a autoridade da tradição e a autoridade da conformidade são categorias de legitimação, sem nenhum outro argumento (VAN LEEUWEN, 2008, p.. 105 e 106.). A legitimação é dada a uma autoridade, que pode ser uma pessoa com recursos coercitivos. Mas existe a autoridade legitimada por formas impessoais como leis, normas, e costumes. Penso que essas formas impessoais referentes a tradições e a costumes fazem parte de discursos repetidos e disseminados na sociedade como uma ladainha ao longo do tempo, sem que se questione a validade desses discursos. A mídia escrita é um dos principais provedores da legitimação. É plausível supor que há um grande conformismo e tolerância da sociedade com os atos de corrupção em nosso País, principalmente pela autoridade da tradição e da conformidade. Há algumas frases que são chavões que ecoam pelo Brasil afora, principalmente em época eleitoral. São elas: *Sempre foi assim*; ou *Todo mundo rouba*; ou *Rouba mas faz*, *Fazer o quê?*

6 – Representação de atores sociais - A naturalização da corrupção é realizada no texto especialmente por meio do apagamento dos agentes responsáveis, pela passivização e pela nominalização dos processos — metáfora gramatical. A nominalização permite a representação dos atores sociais pela exclusão via supressão ou pela exclusão via representação em segundo plano, de acordo com a classificação de van Leeuwen.

Afirma van Leeuwen que:

Os atores sociais podem ser representados tanto em termos de sua identidade única, sendo nominados tanto em termos de sua identidade única, sendo nominados, ou em termos de identidades e funções que eles dividem com outros (categorização) e, de novo, é sempre de interesse investigar, em um determinado discurso, que atores sociais são nominados e que atores sociais são categorizados (VAN LEEUWEN, 2008, p. 41).

Pela análise dos dados contidos no corpus, pude perceber que os atores sociais não são representados como atores institucionais (categorizados), como agentes públicos, de acordo com os lugares que ocupam nas instituições públicas, mas são nomeados pelo primeiro nome apenas (informalmente), como se fossem conhecidos dos leitores, o que faz da reportagem um misto de escrita sensacionalista de um reality show, feita para divertir e não para escandalizar ou conscientizar. A referência feita aos entrevistados é feita pelo primeiro nome e, às vezes, pelo primeiro nome e pelo sobrenome (semiformalmente).

. Segundo Fairclough, “A mídia tem um importante papel hegemônico, não só em reproduzir, mas também em reestruturar as relações entre o domínio público e privado, (...)” (FAIRCLHOUG, 2001, p. 147.) De acordo com Fairclough, há uma fragmentação da distinção entre o domínio público e o domínio privado.

É possível ver que a ex-Ministra é tratada pelo primeiro nome, Erenice; o Sr. Israel Guerra é tratado como o filho de Erenice, construindo uma mistura entre o mundo do leitor e o mundo da reportagem. Já os empresários são tratados em todas as reportagens frequentemente de forma não específica, às vezes usando um processo de sinédoque e representando-os pelo nome das empresas;

7 – Nominalização –. A metáfora gramatical é um conceito criado por Halliday para indicar a transformação de um processo ou de uma qualidade em nome. A nominalização é um tipo de metáfora gramatical. Fairclough afirma que:

A nominalização é um tipo de metáfora gramatical que representa processos como entidades, transformando orações (incluindo verbos) em um tipo de nome. Por exemplo, ‘empregados produzem aço’ é uma representação não metafórica de um processo, enquanto ‘produção de aço’ é uma representação metafórica, nominalizada. Como esse exemplo mostra, a nominalização frequentemente implica excluir os agentes sociais na representação dos eventos (neste caso, exclui-se aqueles que produzem). É um recurso de generalização e abstração indispensável, por exemplo, na ciência, mas também ofusca a agência e a responsabilidade (Fowler et al. 1979, Halliday 1994, Lemke 1995) (FAIRCLOUGH, 2003, P. 220, tradução nossa).

Na oração *A demissão da Ministra foi uma solução combinada com Lula*, há uma nominalização em que o processo material demitir foi transformado em um nome e, dessa forma, omitiu-se o agente da demissão, as circunstâncias da demissão. Fairclough esclarece o seguinte:

A nominalização caracteristicamente envolve a ‘perda’ de certos elementos semânticos das orações – o tempo verbal (‘destruição’ pode encobrir ‘foi

destruída’, ‘será destruída’) e modalidade (dessa forma, são perdidas distinções entre ‘é’ ou ‘pode ser’ ou ‘deveria ser’ e assim por diante) Também pode envolver a exclusão de Participantes na oração – neste caso, então, nenhuma nominalização tem um agente (o que seria mais comumente o sujeito gramatical da oração) (FAIRCLOUGH, 2003, p. 143, tradução nossa).

8 – Padrões de coocorrências de palavras - As co-ocorrências de itens lexicais são categorias muito produtivas para o meu estudo, porque podem mostrar as relações existentes entre construções lexicais.

Por exemplo, nas reportagens analisadas, é possível ver as palavras que estão circundando o léxico ‘empresário’; ou as palavras que giram em torno da palavra Casa Civil, formando a tessitura textual. Diferentes discursos podem ser identificados pela análise do ambiente de padrões de coocorrência. Assim, em um determinado texto, a palavra *lobby* pode estar acompanhada pela palavra *esquema*, o que faz com que *lobby* tenha um significado que porta uma avaliação negativa. Assim, palavras como *parceiro*, *amigo*, *filho*, *braço direito*, *governo*, *contrato* e *funcionário* podem receber uma avaliação negativa por conta do contexto vocabular, isto é, por conta de palavras que orbitam em torno desses itens lexicais.

Na pesquisa, algumas categorias se mostraram mais produtivas do que outras. A categoria da modalidade, por exemplo, não se mostrou muito produtiva porque o gênero reportagem é caracterizado pelo uso do verbo em tempos *realis* na maioria dos textos, com alto comprometimento com a verdade, justamente porque está contando uma história que se supõe verídica.

Nesse estudo, as categorias referentes ao aspecto identificacional do texto não se mostraram muito produtivas. Isso talvez se deva à natureza das reportagens e do contexto histórico no qual os textos foram produzidos. Em uma época politicamente tão importante, como as eleições para Presidente do Brasil, é razoável supormos que as reportagens são antes produtos de interesses mercantis e empresariais do que o produto de um autor individual, que trabalha de forma independente.

Desse modo, por meio da operacionalização das categorias e dos conceitos das ciências sociais, seguindo a metodologia da ADC proposta por Fairclough em 2003, pretendo fazer a análise dos textos.

Neste capítulo metodológico pude mostrar as categorias que serão essenciais à análise, embora nem todas sejam produtivas em todas as reportagens. Também busquei ressaltar que é

fundamental o contexto de outros textos, que não fazem parte do corpus da análise mas foram fundamentais para a condução da análise. Além disso, procurei salientar o fato de que serão feitas comparações entre reportagens diferentes sobre o mesmo evento ou eventos interligados e semelhantes.

6 A BUSCA DOS SENTIDOS TEXTUAIS: A ANÁLISE

A minha análise foi constituída sobre quatro textos. São três reportagens da Folha de S. Paulo publicadas em 12 de setembro de 2010, contidas em uma mesma página do jornal, e uma reportagem publicada na Internet, no *site* da revista Veja, em 12 de setembro de 2010.

Os títulos das reportagens do jornal Folha de S. Paulo são os seguintes:

- 1 – “Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista”;
- 2 – “Contrato feito sem licitação tem privilégios”;
- 3 – “Ministra se envolveu em escândalos”.

O título da reportagem do *site* da revista Veja é: “Filho de Erenice Guerra comanda esquema de lobby no Planalto”.

O contexto da análise também vai abranger outros textos, que não serão analisados, mas que serão usados como recursos semióticos.

6.1 O grande contexto e as relações externas dos textos

Os textos que compõem o corpus da minha dissertação fazem parte de uma cadeia de eventos, práticas sociais e produção de outros textos. Não podemos negligenciar a cadeia de eventos e textos que circundam o contexto da produção das reportagens do *corpus* da pesquisa, sob pena de a análise ficar superficial, limitada às questões da tessitura interna do texto. Assim, a minha análise necessariamente passa pela análise das relações externas dos textos

Os textos são parte de eventos sociais e podemos afirmar que são modelados pelos agentes ligados a práticas sociais incorporadas em vários campos da vida social. Além disso, os textos podem influenciar também e modificar as práticas sociais, em um movimento dialético. Por exemplo, uma reportagem que denuncia práticas ilegais relativas a desvios de recursos públicos pode servir de gatilho para o início de um processo de exoneração de um ou mais funcionários públicos, ou para a detenção de algum empresário. As causas de fenômenos e de eventos não são linearmente estabelecidas em ciência, principalmente nas ciências sociais, que estuda fenômenos que têm múltiplas causas, que são sobredeterminados. Não é razoável supormos que um texto sobre escândalo provoque a exoneração de um agente público, mas podemos dizer que existem conexões entre os fatos e os textos, revelando a

relação dialética entre eles, qual seja, o texto sendo modelado por práticas e eventos sociais, ao mesmo tempo que pode influenciar ou mesmo mudar essas práticas e esses eventos. Os dados do meu estudo fazem parte de uma cadeia de eventos sociais. Esses eventos e textos giram em torno de uma importante prática social, o processo de eleição para Presidente da República do Brasil, no ano de 2010. Essa prática social provoca alterações em vários campos, especialmente no campo da mídia de massa, especificamente jornais e revistas, da banca ou da Internet.

No ano das eleições para Presidente do Brasil, em 2010, especialmente no mês de setembro, mês anterior ao mês das eleições, houve uma série de publicações a respeito de atos de desvio de recursos públicos realizados por funcionários ligados a instituições públicas. A essas publicações, houve respostas de outras publicações, assim como respostas em forma de atos administrativos em instituições públicas, como exoneração e depoimentos à Polícia Federal. A minha análise foi construída sobre textos referentes a representações em forma de reportagens sobre atos não éticos ocorridos na Casa Civil em 2010. Nessa época, é plausível afirmar que existiu uma cadeia de eventos sociais em forma de textos e de atos que provocaram outros textos.

A ordem cronológica dos textos e fatos que estão conectados entre si se aproxima da narração que faço em forma cronológica, mas não necessariamente com uma relação de causalidade, ou seja, o que vem antes não necessariamente é causa do que vem depois. Mas os eventos e textos estão interconectados de alguma forma e seguem a seguinte ordem:

Quadro 3 - Cadeia de eventos conectados em termos de causalidade e de cronologia

- 1) no dia 11 de setembro de 2010, sábado, sai nas bancas a Revista Veja, nº 2.182, com uma série de denúncias sobre a então Ministra Chefe da Casa Civil, Sr^a Erenice Guerra, funcionária pública muito próxima da então candidata ao cargo de Presidente do Brasil, Dilma Rousseff;**
- 2) no dia 12 de setembro de 2010, domingo, sai nas bancas o jornal Folha de S. Paulo, noticiando a notícia da revista Veja;**
- 3) em 12 de setembro também é publicada na Internet uma pequena reportagem sobre o mesmo fato no site da revista Veja;**
- 4) no dia 16 de setembro de 2010, quinta-feira, a então Ministra Erenice Guerra é exonerada de seu cargo de Chefe da Casa Civil;**

- 5) no dia 18 de setembro de 2010, sai a edição nº 2.132 da Revista IstoÉ com uma entrevista (resposta/defesa) com a Sra. Erenice Guerra;
- 6) em 25 de outubro de 2010, a Ministra Erenice Guerra presta declarações à PF;
- 7) em 26 de outubro de 2010, sai nas bancas a edição do Correio Brasiliense sobre esse depoimento;
- 8) no dia 03 de outubro de 2010, houve o primeiro turno das eleições para Presidente da República do Brasil;
- 9) em 31 de outubro de 2010, houve o segundo turno das eleições presidenciais, com vitória de Dilma Rousseff.

Fonte: Produção da própria autora

É plausível supor uma configuração com a qual poderemos visualizar a interdependência dos eventos e o encadeamento dos textos. É razoável supor um diagrama aproximado para essa cadeia de eventos que orbitam em torno da prática social ‘eleições para Presidente da República’:

Quadro 4 - Relações entre textos, eventos e práticas sociais nas eleições Presidenciais do Brasil



Fonte: Produção da própria autora

As eleições para Presidente do Brasil são uma prática social que pode atrair e modelar vários eventos sociais e vários textos, analogicamente como um corpo de massa muito grande

pode atrair e determinar a forma de objetos que orbitam a seu redor. Em torno dessa prática, giram várias outras práticas, com os seus gêneros próprios. Dependendo do tipo de prática social, determinado tipo genérico será “atraído” pela “força gravitacional” desse evento social que são as eleições presidenciais. Os autores de textos, os meaning-makers, podem recorrer a determinados gêneros que já estão à disposição no “acervo genérico” da sociedade e modelá-los criativamente para produzir novos textos.

Não há uma causalidade mecanicista entre prática social e tipo genérico, mas existem certas relações entre determinados campos sociais e os gêneros que orbitam em torno desses campos, gêneros que foram construídos, modelados, organizados ao longo da história e do desenvolvimento cultural de determinada sociedade. Os gêneros, que são o produto histórico das práticas sociais ligadas a determinado campo social, ajudam a legitimar e a naturalizar essas práticas. Como diz William Hanks, em seu artigo “Os gêneros do discurso em uma teoria da prática”: “Os gêneros familiarizam e naturalizam a realidade, de modo que diferentes gêneros requerem diferentes visões” (HANKS, 2008, p. 83).

No meu estudo, é possível perceber que o momento político mais importante do País está indiscutivelmente conectado à produção/proliferação de reportagens/denúncia, que podem provocar mudanças na configuração das instituições sociais, que podem gerar respostas institucionais relevantes, que podem reconfigurar as produções textuais. Entendo que não posso fazer uma análise discursiva crítica dos textos contidos no *corpus* do meu estudo sem atentar para o momento histórico no qual esses textos foram produzidos. A análise dos sentidos ideológicos de um texto deve ser feita levando-se em conta as condições nas quais o texto foi produzido, porque o sentido não está somente no escrito, mas o circuito do sentido de um texto passa pelas condições sociais de sua produção e se realiza na condição concreta da comunicação social. Segundo Bakhtin, não se pode dissociar o signo das formas concretas de comunicação social. (BAKHTIN, 2010, p. 45.)

Dessa forma, tendo em vista esse grande contexto, a seguir apresento as reportagens que farão parte do corpus da minha pesquisa e que serão analisadas.

Quadro 5 - Jornal Folha de S. Paulo, com as três reportagens que serão analisadas.

Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista

Segundo 'Veja', atuação de Erenice Guerra, ministra da Casa Civil, rendeu R\$ 5 mi para a empresa de 'consultoria' do filho, Israel

DE SÃO PAULO

A ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Alves Guerra, teria atuado para viabilizar negócios nos Correios intermediados por uma empresa de consultoria de propriedade de seu filho Israel Guerra, segundo reportagem publicada na edição desta semana da revista "Veja".

Erenice é braço direito da candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff. Antes de suceder Dilma na Casa Civil, Erenice era sua secretária-executiva (leia mais nesta página).

Segundo a revista, Erenice se encontrou quatro vezes, fora da agenda oficial, com o empresário Fábio Barakat, ex-sócio da MTA Linhas Aéreas, que atua com transporte de correspondências. A revista, a ministra negou.

Todos os encontros, afirma a revista, aconteceram fora da Casa Civil, sempre com a participação do filho de Erenice. Esses encontros englobaram tanto o período em que Erenice era subordinada a Dilma, quanto o período em que sucedeu a candidata petista no comando da Casa Civil, em abril.

No último, a revista reproduz uma suposta frase de Erenice, relatada por Barakat, em que supostamente cobrava um pagamento atrasado à empresa do filho: "Entenda, Fábio, que nós temos compromissos políticos a cumprir".

O contrato, assinado em agosto de 2009, também previa um pagamento mensal de R\$ 24,7 mil mensais. O objetivo do contrato, segundo a revista, era aumentar a participação da MTA e da Via Net e garantir mais contratos com a estatal.

Segundo a revista, depois dos encontros com Erenice, intermediados por Israel Guerra, a MTA conseguiu contratos no valor total de R\$ 84 milhões com os Correios —destes, R\$ 5 milhões foram para a empresa.

A revista reproduz um contrato firmado entre a empresa Via Net Express Transportes Ltda, de Barakat, com a Capital Assessoria e Consultoria Empresarial, de Israel Guerra, em que é prevista o pagamento de uma taxa de 6% em caso de "êxito" na prestação dos serviços.

Segundo a revista, a Capital foi aberta oficialmente em julho de 2009 e encerrou suas atividades recentemente. Ela estava registrada em

O presidente Lula conversa com Erenice Guerra, ministra da Casa Civil, durante assinatura da concessão de Belo Monte

Sergio Lima/Folhapress-26 ago. 2010

> SAIBA MAIS

Ministra se envolveu em escândalos

DE SÃO PAULO

Sombra de Dilma Rousseff (PT) desde o início do governo Lula, a ministra Erenice Guerra (Casa Civil), 51, teve o nome envolvido em escândalos e polêmicas durante a passagem da ex-chefe pelo Planalto.

Em 2008, ela foi acusada de montar um dossiê com gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O material serviu para constranger a oposição na CPI dos Cartões Corporativos.

No ano passado, foi citada em denúncia de favorecimento à família do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Segundo Lina Vieira, ex-secretária da Receita Federal, Erenice marcou reunião em que Dilma tentaria interferir em investigação sobre negócios do clã.

Erenice negou participação nos dois casos. Blindada pelo governo, nunca teve que dar explicações no Congresso.

Formada em direito e filiada ao PT desde 1981, ela nunca disputou eleições, mas sempre atuou na burocracia estatal. Ocupou postos na Eletronorte, no governo de Cristovam Buarque em Brasília e na Câmara dos Deputados.

Aproximou-se de Dilma em 2002, na transição para a gestão petista. Logo virou sua assessora mais próxima, com cargo comissionado no Ministério de Minas e Energia.

Quando Dilma assumiu a Casa Civil, em 2005, Erenice virou secretária-executiva do órgão, substituindo a titular em férias e viagens. Em março, teve a lealdade premiada com a promoção a ministra. A nomeação foi bancada por Dilma, após uma indicação frustrada para o Tribunal de Contas da União.

Reservada, a ministra evita dar entrevistas e prefere atuar nos bastidores. Recebeu de colegas o apelido de "Dilma da Dilma", por reproduzir o mesmo estilo durão da ex-chefe.

Folha que a empresa dos filhos de Erenice atuou para agilizar na Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) a concessão para voar.

A empresa ganhou em 2010 quatro contratos nos Correios no valor de R\$ 59,6 milhões, para o transporte de carga aérea. Três foram por preço eletrônico e somam R\$ 40 milhões. O quarto é o de R\$ 19,6 milhões.

Além deste contrato, a Master briga na Justiça para assinar outro acordo junto à estatal, no valor de R\$ 44,9 milhões, cujo preço foi realizado no dia 8 de julho. A MTA ofereceu o menor preço, mas teria sido desclassificada por não apresentar documentos dentro do prazo. A linha, maior operação aérea dos Correios, é responsável por 14% da receita da estatal e liga Manaus, Brasília e São Paulo. (ANDREZA MATIAS, LEILA COIMBRA E FILIPE COUTINHO)

Contrato feito sem licitação tem privilégios

DE BRASÍLIA

A empresa MTA (Master Top Linhas Aéreas), fechou neste ano contrato com os Correios de R\$ 19,6 milhões, sem licitação e com privilégios: permite que a companhia aérea leve cargas de terceiros além do material dos Correios nas viagens, tornando mais lucrativo o negócio.

Segundo a **Folha** apurou, é o único contrato que permite a carga compartilhada nos aviões. As demais empresas que atendem aos Correios operam exclusivamente.

Conhecido no setor como lobista, o paulistano Fábio Barakat, ligado à MTA, teria negociado o acordo com Erenice Guerra, segundo "Veja".

A **Folha** apurou que Barakat tinha uma procuração para representar a MTA. Esse contrato com os Correios só foi possível porque, meses

antes, a MTA conseguiu renovar na Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) a concessão para voar.

A renovação saiu em uma semana, após a MTA contratar a Capital Assessoria e Consultoria, e teve a intermediação direta da presidente da Anac, Solange Vieira.

No dia 15 de dezembro de 2009, a Anac havia negado a renovação da concessão da MTA, em razão da "ausência da comprovação de regularidade previdenciária". Três dias depois, Solange decidiu renovar por dez anos a concessão. A diretoria referendou o ato em 12 de janeiro.

O procurador da MTA na Anac é Eduardo Artur Rodrigues Silva, atual diretor dos Correios, indicado pela ministra Erenice. Ele tomou posse no dia 2 de agosto.

A MTA pertence aos ex-sócios de Silva. Ele confirmou à

Fonte: Folha de S. Paulo, 12 de setembro de 2010, Caderno Especial Eleições 2010, p. 8.

Quadro 6 – Reportagem do site da revista Veja, que será analisada.

Filho de Erenice Guerra comanda esquema de lobby no Planalto
Reportagem de VEJA revela acordos milionários entre empresários e órgãos do governo. Ministra facilitou esquema, que envolveu o pagamento de propina



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, participam da cerimônia de assinatura do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em 26 de agosto de 2010 (Sérgio Lima/Folhapress)

A edição de VEJA desta semana traz à tona um caso surpreendente de aparelhamento do estado. Sua figura central é Erenice Guerra, ministra-chefe da Casa Civil, sucessora de Dilma Rousseff no cargo. A reportagem demonstra que, com a anuência e o apoio de Erenice, seu filho, Israel Guerra, transformou-se em lobista em Brasília, intermediando contratos milionários entre empresários e órgãos do governo mediante o pagamento de uma "taxa de sucesso". A empresa de Israel se chama Capital Assessoria e Consultoria. Não bastasse recorrer à influência da ministra para fazer negócios, a "consultoria" ainda tem como sócios dois servidores públicos lotados na Casa Civil.

"Fui informado de que, para conseguir os negócios que eu queria, era preciso conversar com Israel Guerra e seus sócios", relata a VEJA Fábio Barcat, empresário do setor de transportes que, no segundo semestre do ano passado, buscava ampliar a participação de suas empresas nos serviços dos Correios. Barcat seguiu o conselho e aproximou-se de Israel, que, depois de alguns encontros preliminares, levou-o para um primeiro encontro com sua mãe. Nessa época, Dilma Rousseff ainda era a titular da Casa Civil e Erenice, seu braço direito. "Depois que eles me apresentaram a Erenice, senti que não estavam blefando", conta Barcat, que teve de deixar para trás caneta, relógio, celular — enfim, qualquer aparelho que pudesse embutir um gravador — antes da reunião.

O empresário contratou os préstimos da Capital Assessoria e Consultoria, e passou a pagar 25 000 reais mensais, sempre em dinheiro vivo, para que Israel fizesse avançar seus interesses em órgãos do estado. Se os negócios das empresas de Barcat se ampliassem, uma "taxa de sucesso" de 6% seria paga.

Houve mais encontros com Erenice. No último deles, em abril deste ano, quando ela já havia assumido o ministério - o mais poderoso na estrutura governamental, sempre é bom lembrar - registrou-se um diálogo, no mínimo, curioso. Incomodada com o atraso de um dos pagamentos, disse Erenice: "Entenda, Fábio, que nós temos compromissos políticos a cumprir." A frase sugere que parte do dinheiro destinado a Israel Guerra era usada para alimentar o projeto de poder do grupo que hoje ocupa o governo.

O lobby de Israel Guerra, com patrocínio materno, trouxe dividendos para as empresas de Fábio Barcat. Nos dois meses que se seguiram ao último encontro com Erenice, ele obteve contratos no valor de 84 milhões de reais com os Correios. Estima-se, portanto, que a Capital Assessoria e Consultoria tenha embolsado algo em torno de 5 milhões de reais em todo o processo.

O polvo no poder - O esquema no alto escalão do governo também inclui Vinicius Castro, funcionário da Casa Civil, e Stevan Knezevic, servidor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) hoje lotado na Presidência. Eles são parceiros de Israel Guerra. Como a Capital Assessoria e Consultoria tem sede na casa do próprio Israel, o trio recorre a um escritório de advocacia em Brasília para despachar com os clientes. Ali trabalha gente importante. Um dos advogados é Marcio Silva, coordenador em Brasília da banca que cuida dos assuntos jurídicos da campanha presidencial de Dilma Rousseff. Outro é Antônio Alves Carvalho, irmão de Erenice Guerra.

Em resposta à reportagem, a Ministra-Chefe da Casa Civil mandou um assessor informar que "o seu sigilo bancário está disponível para verificação".

Fonte: Veja na Internet. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/filho-de-erenice-guerra-comanda-esquema-de-lobby-no-planalto>. Acesso em 09. 09. 2011. Reportagem postada na Internet no dia 11.09.2010.

6.2 A análise de acordo com as categorias analíticas

6.2.1 Estrutura genérica das reportagens

É plausível considerar que, na reportagem de *Veja* na Internet, há um hibridismo genérico. Essa reportagem é uma denúncia e uma autopropaganda ao mesmo tempo. Há alguns exemplos no texto que indicam como esse hibridismo é realizado, ou seja, também por meio de uma promoção da revista que foi publicada nas bancas: “Reportagem de VEJA revela acordos milionários”; “A edição de VEJA desta semana traz à tona”; “relata a VEJA Fábio Baracat”. É relevante observar que a palavra *Veja* é escrita em caixa alta e isso não é um detalhe, mas um recurso semiótico, que pode compor a identificação da revista como uma instituição social. Os processos utilizados em coocorrência com a palavra VEJA são os processos materiais realizados nos verbos revelar e traz à tona, verbos que sugerem a descoberta de algo que estava escondido. O verbo *revelar*, além do campo mítico no qual está inserido (revelação da verdade), também remete ao campo fotográfico, de revelação de filmes. O verbo “trazer à tona” é uma metáfora da função de grandes embarcações com rebocadores, máquinas que podem içar o que está no fundo do mar, seja um navio afundado, seja uma caixa preta. Essas operações de trazer à tona embarcações afundadas são arriscadas e levam muito tempo para serem finalizadas. A palavra *tona* significa superfície, normalmente superfície do mar. Isso tudo está sugerido na metáfora: Reportagem de VEJA traz à tona [...]

É importante destacar que o suporte *página da Internet* serve para fazer a promoção do suporte *revista*. De acordo com Marcuschi, “Numa definição sumária, podemos dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto” (MARCUSCHI, 2003, p. 11)

Nesse sentido é relevante fazer uma distinção entre suporte e meio. O suporte tem uma definição mais generalizada (no sentido de se aproximar do conceito de gêneros textuais), enquanto o meio (*médium*) se liga a um conceito mais específico e mais concreto. Por exemplo, o jornal é um suporte e o papel do jornal é um meio. Para van Leeuwen, os meios são os recursos materiais usados no processo de comunicação social. Van Leeuwen e Kress afirmam que:

Media (meios) são os recursos materiais usados na produção de produtos semióticos e eventos, incluindo tanto as ferramentas e materiais usados (por exemplo o instrumento musical e o ar; o cinzel e o bloco de madeira). Eles usualmente são especialmente produzidos para esse propósito, não apenas na

cultura (tinta, pintura, câmeras e computadores), mas também na natureza (nosso aparato vocal) (KRESS e VAN LEEUWEN, 2001, p. 22).

Van Leeuwen considera que os meios agregam sentido, ou seja, têm potencial semiótico. Podemos dizer que o suporte também agrega sentido e também possui potencial semiótico. Assim como os gêneros se ligam de maneira coerente aos suportes, eles também têm conexão com os meios (media) em termos de geração de sentidos. Assim, entendo que há uma tendência de Veja de usar o suporte *página da Internet* para veicular, em reportagens, autopromoções da reportagem no *suporte* revista. Dessa forma, o hibridismo genérico ligado a específico quadro funcional dos suportes coopera para a construção dos sentidos e, portanto, para o trânsito das ideologias. Nesse sentido, tanto o gênero, quanto o suporte e os meios estão conectados a uma atuação realizada semioticamente sobre os leitores (e *viewers*), no sentido de transmitir visões de mundo e concepções políticas de uma maneira sutil e calculadamente configurada. O hibridismo genérico é um tipo de interdiscursividade, segundo Fairclough (FAIRCLOUGH, 2003, p. 35). A seguir, apresento um quadro com exemplos retirados das reportagens que podem justificar as denominações dos subgêneros:

Quadro 7 - Extratos textuais que podem indicar a classificação dos subgêneros

Subgênero	Subgênero	Subgênero	Subgênero
Denúncia	Autopromoção	Propaganda	Dossiê
A Ministra Chefe da Casa Civil teria atuado para viabilizar negócios nos Correios intermediados por uma empresa de consultoria [...]	Segundo a Folha apurou, é o único contrato que permite a carga compartilhada nos aviões. A Folha apurou que Baracat tinha uma procuração para representar a MTA.	Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista. Todos os encontros, afirma a revista, aconteceram fora da Casa Civil [...]	Em 2008, ela foi acusada de montar um dossiê No ano passado, foi citada em denúncia de favorecimento
O empresário contratou os préstimos da Capital Assessoria e passou a pagar 25 mil mensais, sempre em dinheiro vivo [...]	Reportagem de VEJA revela acordos milionários entre empresários e órgãos do governo.	No entanto, afirma a revista, quem tocava a empresa, de fato, era Israel [...]	Formada em direito e filiada ao PT desde 2001, ela nunca disputou eleições, mas sempre atuou na burocracia estatal.

Fonte: Produção da própria autora

A reportagem do site da Veja é uma denúncia porque relata fatos não éticos realizados entre agentes sociais nas licitações governamentais. A reportagem da Folha de S. Paulo intitulada ‘Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista’ é uma notícia da notícia. A reportagem descreve fatos da denúncia e ao mesmo tempo promove a revista Veja. Entendo que, neste específico caso, o gênero reportagem/denúncia está confundido com o gênero propaganda. O leitor dessa reportagem pode ficar tentado a comprar a revista Veja, devido a essa reverberação da notícia do escândalo. Podemos perceber que muitas vezes, as fronteiras entre a denúncia e a propaganda ficam obscurecidas, como no caso do título “Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista”, na qual o jornal Folha de S. Paulo anuncia uma denúncia, ao mesmo tempo em que promove a revista Veja.

Também considero as duas outras reportagens do jornal Folha de S. Paulo como reportagens/denúncia. A reportagem da Folha de S. Paulo intitulada “Ministra se envolveu em escândalos”, além de ter como subgênero o dossiê, também possui a função de entretenimento, porque relata os “escândalos” da Ministra ao estilo tabloide, amalgamando o estilo do domínio privado, *reality show*, com o estilo do domínio institucional. Como exemplos do estilo mais ligado a um *reality show*, temos a metáfora *sombra de Dilma Rousseff*, as expressões *passagem da ex-chefe pelo Planalto*; *estilo durão da ex-chefe*. A denúncia é um subgênero comum às reportagens de escândalos. O jornalismo investigativo utiliza esse tipo de gênero denúncia em suas publicações sobre o crime de corrupção. O gênero denúncia está presente em um tipo de reportagem que faz um levantamento de acusações graças a informações obtidas de fontes não identificadas ou identificadas. Mas o subgênero dossiê normalmente conta com informações sobre um cidadão, sua vida, seu progresso funcional, enfim, sua história. Por isso, ele se diferencia um pouco do gênero denúncia, que mostra atos não éticos relacionados a vários agentes sociais, sem fazer um levantamento da história cronologicamente estabelecida da vida política de cada um dos envolvidos. Notem que o dossiê apresenta fatos que podem ser comprovados por documentação oficial.

A reportagem da Folha de S. Paulo, intitulada “Contrato feito sem licitação tem privilégios” é uma autopromoção também. Vejam os exemplos que podem configurar essa autopromoção: “Segundo a **Folha** apurou; A **Folha** apurou; Ele confirmou à **Folha**. O negrito é um recurso semiótico que realça e promove o nome do jornal. Nesse caso, não se trata da propaganda de outra publicação do mesmo grupo, mas da promoção do próprio jornal dentro do jornal. É necessário garantir a identidade do jornal como um instrumento de apuração dos

fatos, de jornalismo investigativo, na sua responsabilidade social. Além disso, também é construída a imagem de um jornal que transmite as notícias em primeira mão, antes de todos os outros.

Por isso, há um alargamento do nome Folha, que adquire valor de marca, a marca investigativa, que defende a transparência social, a marca que serve à sua sociedade. *Folha* não é apenas o nome do jornal, mas a marca para denominar um conjunto de princípios que rege a instituição nacional chamada *Folha*. Por isso, foi retirado, propositadamente, o genitivo regional “de São Paulo”, porque agora se trata de construir uma identidade nacional e até universal. Nesse sentido, também há um desencaixe do regional. O próprio jornal não está mais interessado em ter apenas um nome conhecido. O nome agora é o registro e a marca de uma instituição com um alcance internacional. Essa é uma das características das instituições modernas da mídia de massa: buscar a multifuncionalidade, tornar-se uma empresa que pode desde publicar livros, publicar jornais, mas também uma marca que pode ser proprietária de sites na Internet e de TV a cabo. É a ‘poliespecialidade’ das grandes empresas de comunicação, com o aumento crescente de seu poder de legitimação e de seu poder simbólico.

Toda reportagem recorre a uma narrativa, uma representação de um evento ou de eventos passados. Em relação ao pré-gênero *narrativa*, Fairclough afirma que

Uma proporção substancial do produto da mídia consiste em narrativas. De acordo com Swales (1990), a narrativa é um “pré-gênero”: de modo geral é como um gênero por ser uma maneira de usar a linguagem associada a uma categoria particular de atividade social orientada, mas é um modo muito pervasivo de usar a linguagem e há tantos tipos distintos de narrativas (cada um pode reivindicar ser visto como um gênero) que seria incorreto tratá-lo como um gênero comum (FAIRCLOUGH, 1995, p. 90, tradução nossa).

Devido à imensa multiplicidade de tipos de narrativa, Fairclough adota a denominação de pré-gênero para a narrativa. Nós podemos encontrar narrativas em várias manifestações comunicativas humanas, como romances, livros históricos, reportagens, contos, crônicas, que seria realmente não produtivo tomar a narrativa como um gênero, uma vez que engloba categorias tão diferentes de manifestações comunicativas.

A mídia de massa, em suas reportagens, recorre sempre à narrativa, mas a função social da mídia de massa não é só informar. Seria ingenuidade de nossa parte pensar assim. A função social de uma reportagem pode ser entreter, formar opinião, convencer, transmitir ideologias etc. Segundo Fairclough, as teorias de narrativa incluem duas facetas da narrativa,

a história real, uma série de eventos cronologicamente ordenados e a apresentação, ou seja o modo como essa série de eventos é representada em um texto (FAIRCLOUGH, 1995, p. 91).

A seguir, apresento um quadro sobre a estrutura genérica das reportagens, identificando-as pelo título.

Quadro 8 – Estrutura genérica das reportagens analisadas

	Filho de Erenice Guerra comanda esquema de lobby no Planalto. (a)	Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista. (b)	Contrato feito sem licitação tem privilégios (c)	Ministra se envolveu em escândalos (d)
Pré-gênero	Narrativa	Narrativa	Narrativa	Narrativa
Gênero	Reportagem	Reportagem	Reportagem	Reportagem
Subgênero 1	Denúncia	Denúncia	Denúncia	Denúncia
Subgênero 2	Autopromoção	Propaganda	Autopromoção	Dossiê

Fonte: Produção da própria autora

Como se pode ver por esse quadro comparativo, o gênero reportagem não é um gênero puro, mas carrega em si a marca do hibridismo. Entendo que, por isso, ele é um instrumento do desencaixe, além de refletir esse desencaixe, numa relação dialética. O desencaixe, segundo Giddens, é “O descolamento das relações sociais dos contextos locais e sua recombinação através de distâncias indeterminadas do espaço/tempo” (GIDDENS, 2002, p. 221).

Penso que isso ocorre devido ao multifuncionalismo genérico das reportagens (as reportagens têm a função de informar, entreter, denunciar, convencer etc). Por isso essas funções podem estar ligadas aos mecanismos de desencaixe de vida moderna de que nos fala Giddens. Os mecanismos de desencaixe são traços da vida moderna, ou seja, “esse desencaixe está presente nos textos, como pudemos ver, e nas práticas sociais, fazendo parte do crescimento cada vez mais acelerado das comunicações mediadas.

A seguir apresento uma análise associada à classificação genérica das reportagens.

a) A reportagem/denúncia/promoção de Veja na Internet intitulada “Filho de Erenice Guerra comanda esquema de lobby no Planalto”

Essa é uma reportagem que não está apenas narrando um fato, mas está denunciando atos praticados por agentes públicos, com processos argumentativos, que se resumem a dados de um dossiê investigativo, que podem ser comprovados por documentação oficial. Mas penso que esse texto também tem um caráter de entretenimento devido ao seu aspecto geral sensacionalista. Essa reportagem, como toda reportagem, recorre ao gênero narrativa para expor sua história, mas também modifica a natureza do gênero narrativo e transforma o texto em uma denúncia com argumentações. A sua função primordial não é apenas informar, mas denunciar (convencendo) uma série de atos praticados por agentes sociais, como se pode ver pelo subtítulo que consta do início da reportagem.

O subtítulo é: *Reportagem de VEJA revela acordos milionários entre empresários e órgãos do governo. Ministra facilitou esquema, que envolveu o pagamento de propina* Entendo que esse subtítulo não é muito informativo porque todos os atores são representados de forma impessoal (Veja, órgãos do Governo) ou por meio de classificação (empresários, Ministra), os processos materiais possuem um sentido vago: “revelou”, “facilitou”, “envolveu”. Penso que podemos encontrar traços desse sensacionalismo em específicas escolhas lexicais que não apenas representam um evento social, mas também constroem um sentido textual de espetáculo. A escolha do processo material realizado no verbo revelar, cujo ator é “reportagem de Veja”, é muito significativa, porque o processo material “revelar” está muito conectado ao campo místico da verdade, que jamais pode ser discutida. Assim, ninguém pode duvidar da ‘verdade’ da reportagem. A expressão “acordos milionários” induz o leitor a imaginar uma quantia de grandes proporções. Mas, na verdade, os acordos são “bilionários”.

b) A reportagem/propaganda – Jogo de vozes nas questões de poder – A representação da representação

A propaganda é um gênero desencaixado, no sentido de que pode estar presente em vários tipos genéricos, como novelas, relatórios bioquímicos, filmes. A reportagem da Folha de S. Paulo, de 12 de setembro de 2010, intitulada “Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista”, caracteriza-se por um alto grau de intertextualidade, citando vários trechos da reportagem da revista Veja. Considero que podemos avaliar esse gênero como um tipo de propaganda, uma notícia da notícia, embora esteja na forma de uma reportagem. Dos doze

parágrafos do trecho principal da reportagem, oito citam a revista Veja. O quadro a seguir ilustra o que estou afirmando:

Quadro 9 - O jogo de vozes na reportagem Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista

PARÁGRAFO	EXPRESSÃO DE CITAÇÃO
Primeiro parágrafo	Segundo reportagem publicada na edição desta semana da revista Veja
Terceiro parágrafo	Segundo a revista
Quinto parágrafo	No último, a revista reproduz
Sétimo parágrafo	Segundo a revista
Oitavo parágrafo	A revista reproduz um contrato
Nono parágrafo	Segundo a revista
Décimo parágrafo	No entanto, a firma a revista
Décimo primeiro parágrafo	Reuniões com clientes aconteceram, segundo Veja

Fonte: Produção da própria autora

Nessas citações indiretas, o dono da voz citada é representado por uma voz geral, impessoal, que é a revista, ou Veja ou reportagem. Segundo Halliday, “Projeção é uma relação lógico-semântica pela qual uma oração vem funcionar não como uma representação direta de uma experiência (não-linguística), mas como uma representação de uma representação (linguística)” (HALLIDAY, 2004, p. 441).

De acordo com a teoria de Halliday sobre a projeção, existe um gradiente da própria voz do repórter via vozes reportadas (citação indireta) até a citação direta. Esquemáticamente, temos:

Própria voz do repórter ----- citação indireta ----- citação direta.

Isso pode significar que a citação indireta ainda carrega muitos traços da voz do repórter. Em uma citação indireta, que é um modo de projeção, o material relatado já está, pelo menos potencialmente, a alguma distância do que realmente foi dito. (HALLIDAY, 2004, p. 462.) Portanto, há uma mistura de vozes e é difícil estabelecer o que pertence a cada voz, porque é quase impossível identificar a fonte original, devido a essa série numerosa de recontextualizações.

Esse modo de representar a voz do citado de uma forma geral e não específica, usando como ator do processo verbal a “revista” caracteriza também um processo de sinédoque, que “envolve uma fusão semântica da parte e do todo” (THOMPSON, 1995, p. 62, tradução nossa). A sinédoque é uma estratégia de construção simbólica que serve ao modo de operação da ideologia chamado de dissimulação. A dissimulação pode envolver um desvio de atenção do foco e uma manipulação ideológica. No caso da reportagem da Folha de S. Paulo, esse desvio é feito mediante uma transferência de responsabilidade. Isso quer dizer que tudo o que está sendo relatado é atribuído a uma instituição, a ‘revista’. Entretanto, no caso de uma citação indireta, já existe uma distância entre o relatado e o que foi realmente dito, principalmente pelas escolhas lexicais.

Penso que essa série de citações indiretas contidas na reportagem da Folha de S. Paulo é uma forma dissimulada de legitimar o que for dito “a mais” e que foi adicionado à voz da ‘revista’. É relevante observar que as citações indiretas dessa reportagem têm uma estrutura paratática, ou seja, não há a oração encaixada, encabeçada pela conjunção integrante. A intertextualidade é tão explícita e frequente, que é razoável supor também que a reportagem do jornal é uma divulgação, uma promoção da reportagem da revista. Parece que o gênero anúncio está fundido ao gênero ‘reportagem’. Mas também temos aí um texto argumentativo, pela arrumação cronológica dos fatos e pela caracterização dos agentes (funcionários públicos, parentes de funcionários públicos e empresários.)

Penso que há uma superposição de “autorias” na composição da reportagem. Quem é o autor das informações? Embora o autor da reportagem do jornal atribua todas as informações da sua reportagem à revista, ele mesmo constrói e recontextualiza as informações, transformando-as em outros textos, embora aparentemente com os mesmos dados. Podemos considerar que o jornal Folha de S. Paulo está jogando sobre a revista Veja a responsabilidade do que está escrito, mas é plausível considerar que não se trata somente da Voz da Veja, mas da Voz da Folha transformando a Voz de Veja.

Segundo Abreu (2008, p. 49), “O repórter que simplesmente transmite os resultados da pesquisa feita por outros, que não conseguiu ele mesmo chegar aos segredos bem guardados, não pode se considerar um repórter investigativo”. Entendo que há uma colonização da cultura promocional no gênero reportagem neste caso também porque é razoável supor que a função dessa reportagem é promover a revista Veja.

c) A reportagem denúncia autopromoção: *Contrato feito sem licitação tem privilégios*

Do ponto de vista da estrutura genérica, essa reportagem é uma denúncia misturada a uma autopromoção. Ao mesmo tempo em que são apresentados fatos relacionados a eventos, o ator social “Folha” é representado como aquele que apura os fatos: “A Folha apurou”. Também podemos perceber que o negrito é usado como recurso semiótico para destacar o nome do jornal. A Folha adquire, assim, uma identidade relacionada a uma investigadora. Esse tratamento de um ator como uma entidade não pessoal é um recurso semiótico para a promoção da revista dentro da reportagem.

d) A reportagem-dossiê intitulada “Ministra se envolveu em escândalos”

No que diz respeito à sua estrutura genérica, essa reportagem recorre ao gênero dossiê, pela riqueza de detalhes na representação dos eventos, inclusive com especificação das datas e das durações. Temos um pequeno histórico da vida político-institucional da Sra. Erenice Guerra. Essa reportagem também tem um caráter sensacionalista, que busca representar todos os eventos como espetáculos, o que identifica o leitor como um espectador.

6.2.2 Os textos narrativos e os discursos típicos da mídia de massa

Quais os discursos que estão por trás das narrações de escândalos feitas por jornais e revistas? Nas quatro reportagens estudadas (Veja, Folha de S. Paulo), pude observar que há um apagamento da fronteira entre a narrativa e o texto argumentativo. Pela análise da ordenação cronológica, das representações dos agentes sociais, da escolha do vocabulário, e especialmente das avaliações, creio ser razoável não considerar as reportagens apenas como puras narrativas. Histórias servem à legitimação de visões de mundo, porque essas visões de mundo são apresentadas no texto de forma quase subliminar. Isso me faz recorrer ao conceito do poder legitimador da mythopoesis. Segundo van Leeuwen, “a legitimação pode ser alcançada pelo contar uma história”. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 117) Qual seria a moral dessas histórias contidas nessas reportagens? É razoável afirmar que essa moral descortina a ideologia que está por trás das chamadas reportagens de escândalos de corrupção: o Estado deve ser ‘enxugado’, porque é uma máquina emperrada; servidor público é ineficiente; corrupção e agente público possuem uma relação de sinonímia; empresário é uma vítima de extorsão e não tem relação com os chamados “pagamentos de propinas”. A realidade do discurso da mídia não se resume aos relatos.

6.2.3 Representação dos atores sociais:

Em todas as reportagens, pude constatar que, na maioria das vezes, o ator social “Erenice Guerra” é representado pelo primeiro nome: Erenice. É razoável supor que essa maneira informal de referência apaga as fronteiras e a distância entre o público e o privado e transforma um ator social institucional em uma personagem de um *reality show*, ou de uma novela privada.

Os empresários na maioria das vezes não são nominados ou são representados de forma impessoal e metonímica, pela empresa a que pertencem. Cabe ressaltar que não encontrei coocorrências entre o léxico empresário e atividades não éticas. Os empresários são representados como atores sociais que buscam seus interesses, que participam de reuniões e de encontros, que pagam compulsoriamente taxas para servidores corruptos. Não há nenhuma menção ao papel dos empresários como agentes sociais que atuam de forma não ética também, como os agentes públicos.

O Sr. Israel Guerra frequentemente é representado de forma a identificá-lo como filho de Erenice ou filho da Ministra. É relevante observar que essa categorização relacional tem o propósito de enfatizar o grau de parentesco entre o agente social Israel Guerra e a Sra. Erenice Guerra, o que provavelmente será interpretado como nepotismo. Além disso, a relação entre mãe e filho é uma representação que leva a uma identificação entre os dois atores sociais: o filho é a mãe. Dessa forma, tudo aquilo que servir para qualificar o filho vai servir para qualificar a mãe. Van Leeuwen afirma o que segue.

A identificação relacional representa os atores sociais em termos de suas relações pessoais, de trabalho ou de parentesco e é realizada por um conjunto fechado de nomes que denotam essas relações: amigo, tio, colega, etc. Tipicamente, eles estarão na forma possessiva, seja em termos de um pronome possessivo (seu amigo) ou por meio de um genitivo (a mãe da criança) ou uma expressão “modificatória” posterior, com a preposição *de* (uma mãe de cinco). Na cultura ocidental contemporânea, o papel de identificação relacional tem gradualmente se tornado menos importante que a classificação e a funcionalização, especialmente onde as relações pessoais e de parentesco são preocupantes. A intrusão dessas relações pode ser considerada como nepotismo ou “corrupção”, a menos que você seja um monarca (VAN LEEUWEN, 2008, p. 43, tradução nossa).

É relevante ressaltar que há outras representações de atores por meio de suas relações de amizade e de coleguismo. Podemos constatar as seguintes coocorrências: Israel Guerra e seus sócios; “parceiros de Israel Guerra”. Essas representações do ator social por meios de

suas relações com colegas e parceiros indica que há um grupo de pessoas conhecidas e amigas que estão manipulando as formas de relacionamento entre o Estado e os empresários. Sócio e parceiro, nesse caso, porta uma avaliação negativa.

E há atores sociais ausentes ou em segundo plano, como os representantes do Poder Judiciário, os representantes do Poder Legislativo, dando-nos a impressão, em forma de representação negada, de que os atos ilícitos envolvendo agentes públicos estão restritos ao Poder Executivo. Nesse caso, é uma representação por uma exclusão em forma de supressão em três reportagens e uma exclusão em forma de representação em segundo plano, na reportagem intitulada *Ministra se envolveu em escândalos*.

Segundo van Leeuwen, os atores sociais referentes à representação de eventos podem ser representados de várias maneiras, sendo que a exclusão de determinados atores também é potencialmente significativa (VAN LEEUWEN, 2008, p. 40). No caso das reportagens em análise, podemos ver que a maioria dos atores sociais é representada por nomeação informal (ex.: Israel) e por categorização (filho de). Van Leeuwen afirma o seguinte:

Os atores sociais podem ser representados tanto em termos de sua identidade única, sendo nominado, como em termos de identidades e funções que eles dividem com outros (categorização), e é, de novo, sempre de interesse investigar que atores sociais, em um dado discurso, são categorizados e quais são nominados (VAN LEEUWEN, 2008, p. 42, tradução nossa).

A seguir, temos um quadro ilustrativo das representações dos atores, com uma escala de presença (FAIRCLOUH, 1995), indo do ‘ausente’, passando pelo ‘segundo plano’ e chegando ao primeiro plano. No geral, os servidores públicos de alto escalão estão em primeiro plano, os empresários em segundo plano e a população em geral e os Poderes Legislativo e Judiciário estão ausentes. Essa é a tendência mais geral.

Quadro 10 - Representação dos atores sociais nas reportagens				
Veículo	Veja: <i>Filho de Erenice Guerra comanda esquema de lobby no Planalto</i>	Folha de S. Paulo: <i>Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista.</i>	Folha de S. Paulo: <i>Contrato feito sem licitação tem privilégios</i>	Folha de S. Paulo: <i>Ministra se envolveu em escândalos</i>
Atores Sociais				
Erenice Guerra (servidor público) Em primeiro	Representada como Erenice (informal), Erenice Guerra (semiformal), Ministra e mãe.	Representada como Erenice (informal) e Erenice Guerra (semiformal)	Representada como Erenice (informal)	Representada como Erenice (informal), Erenice Guerra (semiformal),

plano				Ministra, ela, Sombra de Dilma Rousseff.
Israel Guerra (servidor público) Em primeiro plano	Representado como Israel (formal), Israel Guerra (semiformal) e filho (relacional).	Representado como Israel Guerra (semiformal), como Israel (informal) e como filho (relacional).	Representado como filho (relacional).	∅
Empresário (Em segundo plano)	Representado como empresário, Baracat e empresários.	Empresário e Baracat.	Representado como Fábio Baracat, empresário, empresa e MTA (maioria)	∅
População em geral (ausente)	∅ Exclusão por supressão	∅ Exclusão por supressão	∅ Exclusão por supressão	∅ Exclusão por supressão
Poder Executivo (Em primeiro plano)	Governo Órgãos do Governo Alto escalão do Governo Casa Civil Estado Órgãos do Estado	Casa Civil	Correios Anac	Governo Lula Casa Civil Receita Federal Burocracia estatal Governo de Cristovam Buarque Eletronorte Ministério das Minas e Energia
Poder Judiciário (ausente)	∅ Exclusão por supressão	∅ Exclusão por supressão	Justiça	∅ Exclusão por supressão
Poder Legislativo (ausente)	∅ Exclusão por supressão	∅ Exclusão por supressão	∅ Exclusão por supressão	Pres. do Senado Congresso TCU Câmara dos Deputados
Veja (em primeiro plano)	VEJA Reportagem de VEJA; Edição de VEJA	Veja revista Veja A revista	∅ Exclusão por supressão	∅ Exclusão por supressão

Fonte: Produção da própria autora

Em todas as quatro reportagens que compõem o corpus da dissertação, há uma diferenciação entre a nomeação de Erenice Guerra e a dos empresários ligados ao escândalo. Primeiramente, o agente social empresário tem uma frequência muito menor no texto. Na

reportagem *Contrato feito sem licitação tem privilégios*, os empresários são representados de forma impessoal, pela construção metonímica empresa ou MTA (nome da empresa), sendo que, nessa reportagem, seria de se esperar uma frequência mais alta da unidade lexical *empresário*, uma vez que se trata de uma reportagem sobre contratos sem licitação.

As construções metonímicas para representar os empresários favorecem a dissimulação, que é um modo de operação da ideologia, que favorece a legitimação das relações de dominação, porque deixa obscuras as avaliações sobre esses atores representados.

Thompson afirma o que se segue:

Através do uso da metonímia, o referente pode ser implicado sem ser explicitamente nomeado, ou pode ser positivamente ou negativamente avaliado por associação com algo mais: esta é a prática comum, por exemplo, em comerciais, onde o significado é frequentemente mobilizado de modos sutis e sub-reptícios, sem estabelecer conexões explícitas entre os objetos referidos ou implicados no anúncio (THOMPSON, 1990, p. 62, tradução nossa).

Os empresários ficam em segundo plano devido a esse tipo de construção simbólica, que representa o ator pela instituição a que pertence. Eles às vezes são representados pelo nome completo, ou pelo sobrenome, mas na maioria das reportagens são representados através do nome da empresa, o que caracteriza uma forma impessoal de representação do agente social. Podemos pensar que, nessas reportagens, a empresa, ou a MTA, ou a EDRB são entidades que, de maneira impessoal, representam o agente social empresário. É razoável supor que isso é eficiente na avaliação positiva dos empresários feita pelas reportagens, que há nesse caso um maior respeito representacional aos empresários, no sentido de se evitar a intimidade da referência ao primeiro nome e de se evitar conexão desse ator social a práticas não éticas. Esse tipo de escolha representacional pode indicar um discurso a favor da diminuição do Estado na economia.

6.2.4 A exclusão dos atores sociais

É muito relevante para essa pesquisa registrar a ausência significativa dos atores sociais pertencentes à população brasileira, principalmente à mais carente. Em nenhuma das reportagens há referência à falta de investimentos em escolas, hospitais e moradias, em conexão com o valor desviado dos cofres do Estado. Em todas há uma ausência sistemática da ligação entre corrupção e falta de desenvolvimento e de bem-estar humano. Em nenhuma das reportagens é mencionado o prejuízo social que esse tipo de prática ilegal causa à população em geral. A população mais carente, que realmente precisa de um bom serviço de saúde, de

saneamento básico, de educação e de infraestrutura, não tem a sua voz representada. Tudo se passa como se ela não tivesse nenhuma relação com o que a reportagem relatada. Essa ausência da voz da população carente e da conexão entre a corrupção e a precariedade do saneamento básico, saúde e educação pode indicar que as reportagens sobre escândalos de corrupção servem antes ao entretenimento do que à conscientização moral e ética dos leitores.

Também é relevante para a pesquisa o registro da ausência de atores sociais participantes do Poder Judiciário em todas as reportagens que compõem o corpus. Nas reportagens, os autores não conectam a repetição quase monótona dos desvios de verba pública com os efeitos no social do tipo de estruturação da Justiça brasileira.

Van Leeuwen assevera que

Algumas exclusões não deixam traços na representação, excluindo tanto os atores sociais quanto suas atividades. Essa exclusão radical pode ter um papel em uma comparação crítica de diferentes representações da mesma prática social, mas não na análise de um único texto, pela simples razão de isso não deixa traços atrás de si (VAN LEEUWEN, 2008, p. 28, tradução nossa).

6.2.5 A autorrepresentação como autopromoção

É relevante para a minha pesquisa mostrar como a revista Veja representa a si mesma como um agente social e em caixa alta, Gostaria de mostrar as ocorrências do léxico VEJA (é significativo o recurso semiótico da caixa alta)

Quadro 11 - Representação da revista Veja pela revista Veja

A edição de VEJA desta semana traz à tona um caso surpreendente de aparelhamento do estado.

Reportagem de VEJA revela acordos milionários entre empresários e órgãos do Governo.

Fonte: Produção da própria autora

Segundo a teoria semiótica social da multimodalidade, a utilização da caixa alta é um modo, isto é, um recurso semiótico e é usado para fazer o significado. Afirma VIEIRA o seguinte:

Da mesma forma que Kress e van Leeuwen investigam as cores nas composições multimodais, a escolha tipográfica também pode ser estudada nesse tipo de composição segundo as funções da linguagem de Halliday (1994). A seleção do desenho, do tamanho e da cor das letras pode ser analisada com base nas funções ideacional, interpessoal e textual. Desse modo, o tamanho, o tipo e a cor das letras selecionadas para a composição do texto multimodal desempenham relevante papel na construção do significado potencial do texto. (VIEIRA, 2010, p. 89.)

Se pensarmos no tamanho da fonte, podemos dizer que o autor da reportagem quer mostrar as dimensões da revista, maiores do que as dimensões das concorrentes, o que já se aproxima da função “interpessoal”, ou seja, a relação da marca Veja com as outras marcas. Também podemos supor que essa personificação engrandecida da revista, ao ser representada como um agente de processos materiais típicos do humano, constrói uma identificação da revista com um investigador incansável em busca da verdade — penso que esse recurso multimodal constrói a identidade da revista Veja. É essa a identidade que a revista Veja vende nas bancas.

6.2.6 O foco no desvio do foco

O foco das reportagens se volta realmente sobre o escândalo, sobre o espetáculo, sobre as questões pessoais. De fato, parece que esse foco é determinado por fatores econômicos, afinal as reportagens são produtos e sua função não é somente informar, mas também divertir para vender, e esse divertir inclui também o desvio da consciência. O “divertir” desvia o foco da consciência das questões de valor ético. Ao ler como espetáculo repetidas vezes os escândalos de corrupção, os leitores vão se acostumando – às vezes rindo – com algumas expressões cristalizadas que ecoam na sociedade e que têm alto poder de formação de opinião. Temos no quadro a seguir algumas dessas expressões empregadas frequentemente pelas reportagens dos escândalos:

Quadro 12 - Expressões cristalizadas de tom cômico que naturalizam a corrupção

Propina, taxa de sucesso, azeitar a máquina pública, esquema de lobby, aparelhamento do Estado

Fonte: Produção da própria autora

As narrativas de escândalos de corrupção se apresentam como verdadeiras novelas, que, ao mesmo tempo em que aproximam o leitor comum das autoridades públicas, distanciam o leitor/agente social das instituições e, portanto, de um processo emancipatório. Essas reportagens podem induzir o leitor/agente social a pensar que não tem nenhuma relação com o que está sendo apresentado e representado. Segundo Thompson, a naturalização é uma

estratégia de construção simbólica que permite o modo de reprodução da ideologia chamado de reificação. De acordo com Thompson, a naturalização ocorre quando uma criação social e histórica é tratada como um evento natural ou como um acontecimento inevitável de características naturais. Apresento, a seguir um quadro com asserções contidas nas reportagens, que contém estratégias simbólicas que favorecem a reificação e a dissimulação.

Quadro 13 - Estratégias de construção simbólica que servem à reificação e à dissimulação			
Veja (a)	Folha de S. Paulo (b)	Folha de S. Paulo (c)	Folha de S. Paulo (d)
Filho de Erenice Guerra comanda esquema de lobby no Planalto	Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista.	Contrato feito sem licitação tem privilégios	Ministra se envolveu em escândalos
Ministra facilitou esquema, que envolveu pagamento de propina.	Todos os encontros, afirma a revista, aconteceram fora da Casa Civil, sempre com a participação do filho de Erenice.	Ele confirmou à Folha que a empresa dos filhos de Erenice atuou para agilizar na Anac a renovação da concessão da MTA.	Blindada pelo Governo, nunca teve que dar explicações ao Congresso.

Fonte: Produção da própria autora

No trecho da reportagem da revista *Veja*, a metáfora da corrupção feita com os itens lexicais “facilitou esquema” e “pagamento de propina” banalizam a questão do desvio de verbas públicas, com uma estratégia realizada com uma deflexão para o lado humorístico, o que acaba enfraquecendo a gravidade do que está sendo representado; também podemos ver que, por meio da sinédoque, as reportagens identificam o servidor público com um agente que “facilita esquema”, que “agiliza renovação de concessão”, que é “blindada”, porque os atores sociais que estão ligados a esses processos verbais (facilitar, agilizar, blindar) são atores públicos e é razoável supor que eles representam os funcionários públicos de modo geral. Esse tropo, sinédoque, serve ao modo de operação da ideologia, chamado de dissimulação. De acordo com Thompson, “Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da ocultação, negação ou obscurecimento, ou sendo representadas de uma maneira que escamoteia ou se desvia a atenção de relações ou processos existentes” (THOMPSON, 1990, p. 62, tradução nossa.)

No trecho da Folha de S.Paulo (b), a circunstância “sempre com a participação do filho de Erenice” traz um advérbio totalizante (sempre), que indica uma ação continuada, repetida e sem origem; traz uma nominalização (participação), que atenua a responsabilidade do agente social e traz um agente social classificado e não nomeado (filho de Erenice). Essa classificação via grau de parentesco pode levar a uma “espetacularização” da reportagem.

No trecho da Folha de S.Paulo (c), o processo material “agilizar”, embora evado semanticamente de aspectos negativos, deixa encoberto e vago o ato do agente social. No trecho da Folha de S.Paulo (d), a expressão “blindada pelo Governo” é uma passivização com uma metáfora de guerra, que é vaga e serve para camuflar (já que a metáfora é de guerra) os atos dos agentes públicos. O processo material blindar carrega uma carga semântica bélica. Lakoff diz que metáforas de guerra são muito comuns em nosso sistema de pensamento. Segundo Lakoff, “A essência da metáfora é entender e *experienciar* um tipo de coisa em termos de outra” (Lakoff e Johnson, 2003, p.5, tradução nossa). Penso que o sentido do processo “experienciar” é muito importante. O verbo experienciar é a realização de um processo mental e Lakoff mostra, com isso, que uma construção simbólica realizada com a metáfora provoca uma experiência mental no leitor, o que significa que nenhum leitor ou ouvinte é inatingível por uma metáfora. E algumas metáforas estão muito arraigadas em nossa cultura a ponto de não ser mais possível reconhecê-las como metáforas.

Podemos agora compor um quadro ilustrativo dessas estratégias de construção simbólica:

Quadro 14 - Escolhas de recursos semióticos com o favorecimento do trânsito das ideologias		
PROCESSOS VERBAIS	CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS	EFEITO DE SENTIDO IDEOLÓGICO
Comanda esquema	Metáfora de corrupção	Banalização pela deflexão humorística. Construção negativa, por sinédoque, da imagem do servidor público
Facilitou esquema	Metáfora da corrupção	Reificação pelo sentido vago do processo verbal. Construção negativa da imagem do servidor público, por sinédoque. (tomar a parte pelo todo)
Envolveu pagamento de	Metáfora da corrupção com	Reificação pelo significado vago do processo material,

propina	nominalização.	no qual os agentes responsáveis pelo pagamento são apagados.
Fez lobby	Metáfora da corrupção	Construção ideológica com avaliação negativa da palavra <i>lobby</i> .
Atuou para agilizar	Metáfora da corrupção	Pelo sentido vago dos processos (atuou, agilizar), existe apenas uma insinuação do que foi feito, legitimando a conduta não ética de agentes públicos.
Se envolveu em escândalos	Metáfora da corrupção	Envolver é um processo cujo papel do agente está no limite do papel ativo e passivo, entre ser ator ou 'aquele que se comporta' no processo. O processo está entre um processo material e um comportamental.
Blindada	Metáfora bélica para referenciar conduta não ética	Com essa passivização tem-se o apagamento parcial dos atores que blindaram, devido à presença do agente "pelo Governo". Governo é uma forma metonímica que apaga o agente institucional responsável.

Fonte: Produção da própria autora

Podemos também pensar no fato de que, em uma prática de apropriação indevida da coisa pública, por meio de licitações não éticas, existem dois lados, que são os agentes públicos e os agentes privados (empresários). Nesse caso, observa-se em todas as reportagens uma tendência a associar sempre o crime de corrupção a um lado só, o lado público, de certa forma "poupando" os empresários. Israel Guerra é representado por uma classificação (filho de Erenice); com nomeações como Israel e Israel Guerra nas quatro reportagens. As referências aos laços de parentesco é um recurso semiótico, porque podemos ver que o agente ou é representado pelo nome e sobrenome, o que o liga ao nome da mãe, ou é classificado como filho, na maioria das reportagens.

O tipo de representação pode indicar os vários tipos de discursos que estão por trás do conjunto de afirmações no texto. Podemos perceber nessas estratégias de construções simbólicas das reportagens o discurso que quer representar o brasileiro como aquele que

“gosta de levar vantagem em tudo”; ou o discurso do “todo servidor público é corrupto e ineficiente”; ou o discurso que faz uma identificação do Estado brasileiro com “uma máquina pública emperrada”, que não serve para nada a não ser para ser palco de licitações fraudulentas.

6.2.7 Representação dos eventos sociais

6.2.7.1 Representação do processo narrativo – A foto e o fato

As reportagens analisadas têm em sua composição gráfica fotos idênticas que geram um sentido, que pode ser visto pela análise dessa foto.

Fotografia 1 – Lula e Erenice



Fonte: jornal Folha de S. Paulo

A foto que compõe as reportagens obviamente possui potencial semiótico e representa uma narrativa visual, com um participante (Presidente Lula) conectado a outro participante (Ministra Erenice Guerra) por meio de um vetor, que é uma linha imaginária que liga os olhos de um participante aos olhos do outro. Segundo Kress e van Leeuwen, “O que, na linguagem, é realizado por palavras da categoria “verbos de ação”, é realizado visualmente por aquilo que pode ser formalmente definido como vetores.” (KRESS, VAN LEEUWEN, 2006, p. 46). Segundo Kress e van Leeuwen, “Quando participantes estão conectados por um vetor, eles são representados como fazendo alguma coisa para o outro ou com o outro. Daqui por diante nós chamaremos esse padrão vetorial de narrativa [...]” (KRESS e van LEEUWEN, 2006, p. 59).

A narrativa visual pode conter uma estrutura transacional, ou seja, uma estrutura em que há um ator e uma meta (goal). Essa foto contém uma estrutura transacional, porque há uma relação entre os dois participantes. Além de ser transacional é uma estrutura bidirecional,

porque os participantes ocupam simultaneamente os lugares de ator e de meta (goal). Nesse caso, segundo Kress e van Leeuwen, os participantes são chamados de Interatores, para indicar os dois papéis. (KRESS, VAN LEEUWEN, 2006, p. 66.)

Entendo que, nessa foto, o vetor é constituído de uma linha que liga o olhar de um participante representado com o olhar de outro participante representado. Entendo como uma leitura plausível dizer que esse vetor mostra a flexibilidade nas relações de poder entre os dois interatores. Os interatores possuem uma relação simétrica de poder (nenhum é mais proeminente do que o outro) e estão muito próximos, indicando uma ligação quase de sinonímia. Essa leitura está de acordo com os textos da reportagem que representam o agente social Erenice Guerra como um ator social detentor de um grande poder, por sua proximidade com o poder maior, que é a Presidência da República.

Esquemáticamente poderíamos ter um esquema aproximadamente igual ao que vem a seguir, no qual a seta com duas pontas representa a simultaneidade do papel de ator e de meta (goal), com a presença da bidirecionalidade na relação entre os interatores.

Figura 2 – Representação esquemática no modo vetor



Fonte: Produção da própria autora

O vetor parte de A (Lula) e vai até B (Erenice) ao mesmo tempo em que parte de B e vai até A. Também podemos pensar em um processo metonímico (sinédoque) que essa foto engendra, porque toma a parte pelo todo, especificamente o rosto pela pessoa. As duas faces tão próximas mostram que os dois atores da foto também estão muito próximos de uma maneira geral. Assevera Lakoff que

Essa metonímia (face pela pessoa) funciona ativamente em nossa cultura. A tradição de retratos (portraits), tanto pela pintura quanto pela fotografia, é baseada nisso. Se você me pede para mostrar para você uma foto do meu filho e eu mostro-lhe uma foto do rosto dele, você ficará satisfeito. Mas se eu mostro a você a foto do corpo dele sem o rosto, você vai considerar isso estranho e não ficará satisfeito. Você poderá perguntar, “Mas, como ele é?”. Assim a metonímia A FACE PELA PESSOA não é meramente uma questão de linguagem. Em nossa cultura nós olhamos para o rosto de uma pessoa – em vez de olharmos para sua postura e para seus movimentos – para obter informações básicas sobre como a pessoa é. Nós funcionamos em termos de

uma metonímia quando nós percebemos a pessoa em termos de seu rosto e agimos por essas percepções. (LAKOFF, 1980, p. 37, tradução nossa.

Com isso, entendo que essa acepção de Lakoff pode ser conectada à interpretação de Kress e van Leeuwen sobre as tomadas de perto do corpo, em que o enquadramento é feito dos ombros para cima.. Kress e van Leeuwen indicam que há aí uma proximidade entre o *viewer* e a foto. Segundo Kress e van Leeuwen, imagens (e outros tipos de textos visuais) envolvem dois tipos de participantes: os participantes representados e os participantes interativos, os produtores e os viewers (KRESS, VAN LEEUWEN, 2006, pg. 114). E existem relações entre os participantes representados e os participantes interativos.

Segundo Kress e van Leeuwen, o tamanho do enquadramento é muito importante semioticamente e podem indicar as relações entre os participantes representados e os viewers. De acordo com aqueles autores, “A distância pessoal em close é a distância em que um participante pode segurar ou apertar a outra pessoa e, assim, também se trata de uma distância entre pessoas que têm uma relação íntima uma com a outra” (KRESS e van LEEUWEN, 2006, pág. 124).

Os vetores são importantes para determinar o tipo de relações que os interactantes mantêm entre si. Magalhães e Pinheiro afirmam que

O que caracteriza uma proposição narrativa visual é a presença de um vetor, de um traço que indique direcionalidade. De acordo com o tipo de vetor e com o número de participantes envolvidos no evento, é possível distinguir seis tipos de processos narrativos: os processos de ação, os processos reacionais, os processos de fala e mentais, os processos de conversão e o simbolismo geométrico. (MAGALHÃES, C. M. e PINHEIRO, V. S., p. 41)

Nessa foto, podemos observar que os atores representados não interagem com o *viewer*, mas o leitor da foto fica muito próximo dos interactantes porque se trata de uma tomada curta, em *close-up* (foto que mostra a cabeça e os ombros dos participantes). Esse encurtamento da distância social entre os atores representados e os viewers, apagando as fronteiras sociais entre os atores institucionais representados e o público, pode ressaltar a representação de agentes públicos importantes hierarquicamente como personagens de uma novela de escândalos.

Se considerarmos a estrutura composicional da foto, poderemos perceber que o então Presidente Lula está como o dado e a então Ministra Erenice Guerra como informação nova.

O texto verbal da reportagem não cita o então Presidente Lula e dá como fato já sabido a sua presença nas relações pessoais da Sra. Erenice Guerra. O fato de o então Presidente Lula não estar representado no texto verbal está em consonância com o posicionamento desse ator social na foto da reportagem. É relevante lembrar que o jornal Folha de S. Paulo, com essa reportagem, faz uma propaganda antigoverno Lula, mas de uma maneira mais dissimulada que a revista Veja.

6.2.7.2 Títulos e subtítulos – Os eventos representados e apresentados

Nas reportagens que compõem o corpus do meu estudo, há um arranjo que não muda: o título da matéria de capa é apresentado seguido de um subtítulo, que se constitui em um resumo do enredo da reportagem. Essa chamada serve para atrair o consumidor para o produto. Nesta análise, fiz uma comparação entre duas reportagens no que se refere aos títulos e subtítulos das reportagens. O subtítulo é importante porque ele tem o papel de atrair o leitor para o texto, dando algumas informações gerais sobre a reportagem de um modo sucinto e “bombástico”.

Vamos observar mais detalhadamente como os eventos são representados nos títulos e subtítulos das reportagens. A representação de eventos é parte importante de toda análise textualmente orientada. A análise dos processos contidos nas orações é relevante para a compreensão da representação dos eventos.

O título e os subtítulos representam os eventos sociais de uma forma especial, muito condensada. Os processos são realizados por verbos no tempo realis, presente do indicativo, o que pode indicar um forte comprometimento com o que está escrito, sem modalizadores. A seguir, temos um quadro representativo dos eventos sociais, inspirados em Fairclough, 2003.

Quadro 15 - Representação dos Eventos sociais do título e do subtítulo – Veja

1. Filho de Erenice Guerra comanda esquema de lobby no Planalto.

(MATERIAL – ATOR+PROCESSO+AFETADO+CIRCUNSTÂNCIA DE LUGAR

2. Reportagem de Veja revela acordos milionários entre empresários e órgãos do Governo.

(VERBAL-ATOR(reportagem de Veja)+PROCESSO+AFETADO

3. Ministra facilitou o esquema

(MATERIAL- ATOR+PROCESSO+AFETADO)

Fonte: Produção da própria autora, adaptado de Fairclough, 2003, p. 142.

Os agentes sociais participantes dos eventos são classificados (filho de Erenice Guerra, empresários e Ministra) e não nominados. Os eventos são representados de forma mais concreta. A escolha lexical “órgãos do Governo” é uma forma de elidir os atores responsáveis pelas assinaturas do contrato citado, referindo-se a um conjunto de instituições (órgãos do Governo) e não a pessoas, em uma forma de referência genérica. O empresário não tem o seu nome explicitado.

O processo material, realizado no verbo “comanda”, tem o seu sentido complementado pelo afetado (objeto), realizado no substantivo “esquema”. Ao juntar esses dois corpos lexicais significantes, o autor da reportagem construiu um novo sentido, suportado por uma metáfora que expõe uma avaliação negativa na representação da atividade do agente social. A expressão “comandar um esquema” porta a representação de uma atividade eticamente reprovável. Essa escolha lexical, por meio da classificação na representação dos agentes que participam desse evento constrói um sentido específico: nos eventos representados, o que está em jogo é a “participação familiar” em instituições públicas, uma prática que está semanticamente e praticamente localizada perto do nepotismo.

Agora, vamos observar a representação dos títulos e subtítulos da reportagem primeira do jornal Folha de S. Paulo.

Quadro 16 - Representação dos eventos no título e subtítulo – Folha de S. Paulo

FILHO DE BRAÇO DIREITO DE DILMA FEZ LOBBY, DIZ REVISTA (título)

Material - ATOR(filho de braço direito de Dilma)+PROCESSO(fez)+AFETADO(lobby)

Verbal - ATOR(REVISTA) +PROCESSO (DIZ)

Segundo “Veja”, atuação de Erenice Guerra, ministra da Casa Civil, rendeu R\$ 5 mi para a empresa de “consultoria” do filho, Israel. (subtítulo)

MATERIAL – ATOR+PROCESSO+AFETADO

Fonte: Produção da própria autora, adaptado de Fairclough, 2003, p. 142.

Nessa representação de eventos sociais no texto do título da reportagem, os agentes sociais principais dos eventos narrados (ATORES) aparecem classificados e não nomeados. Israel Guerra aparece classificado (filho) e não nomeado; Erenice Guerra é representada com uma classificação (braço direito) e não nomeação. Isso pode indicar, nessa representação, que

o foco pretendido pelo autor da reportagem está na ligação da então candidata Dilma com os agentes públicos Erenice Guerra e Israel Guerra.

No texto do subtítulo, aparece uma nominalização personificada (atuação), que, embora tenha presente o agente (Erenice Guerra), constrói um sentido vago, indeterminado, não especificando quais os atos praticados; além disso, com a personificação pela nominalização — é a atuação que rende 5 milhões — a responsabilidade dos atores sociais fica apagada. Vamos analisar agora a representação dos eventos nos títulos da reportagem segunda do jornal Folha de S. Paulo.

Quadro 17 - Representação dos eventos no título Folha de S. Paulo - 2

CONTRATO FEITO SEM LICITAÇÃO TEM PRIVILÉGIOS (título)

Material-

ATOR(contrato)+QUALIFICAÇÃO(feito sem licitação) + PROCESSO(tem) + AFETADO(privilégios)

Fonte: Produção da própria autora, adaptado de Fairclough, 2003, p. 142.

Gostaria de fazer um esclarecimento sobre a escolha lexical *sem licitação*. Trata-se de uma escolha que pode induzir o leitor a um erro de interpretação. Segundo a Lei 8.666, alguns contratos podem ser feitos sem licitação e, nem por isso, são ilegais, contratos nos quais a licitação é inexigível. Mas o circunstancial “sem licitação” normalmente é interpretado como *ilegal*. A nominalização *licitação* significa um dos possíveis processos de compra realizada pelo Governo, o mais comum, mas não o único legal. Como a escolha lexical *licitação* possui forte ligação semântica e gramatical com a qualidade *lícito*, daí segue-se a pressuposição de que o processo de compra governamental que não passou por uma *licitação* é ilícito. O *meaning-making* constrói o texto com a pressuposição de que o leitor faz essa identidade entre sem licitação e ilícito.

A presença de uma passivização (feito) elide os agentes responsáveis pela feitura do contrato. O ator do processo material (tem) é *contrato*, o que ajuda a elidir as pessoas responsáveis pelo fornecimento de privilégios ao contrato. Se o contrato tem privilégios, alguém fez com que tivesse privilégios. Contratos são redigidos e assinados por pessoas, o que está elidido nessa representação.

Assim, penso que esse tipo de construção simbólica do título favorece a reificação, um dos modos de operação da ideologia. Thompson afirma que

A ideologia pela reificação pode também ser expressa por meio de vários dispositivos gramaticais e sintáticos, como nominalização e passivização. A nominalização ocorre quando sentenças ou partes de sentenças, descrições de ação e os participantes nelas envolvidos, são transformados em nomes, como quando dissemos ‘o banimento de importações’ no lugar de ‘o Primeiro Ministro banuiu as importações’. A passivização ocorre quando verbos são transformados em sua forma passiva, como quando dizemos ‘o suspeito está sendo investigado’, no lugar de ‘os oficiais da polícia estão investigando o suspeito’. A nominalização e a passivização focam a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas à custa de outros. Elas apagam atores e agência e tendem a representar processos como coisas ou eventos que acontecem na ausência de um sujeito que os produziram. Elas também tendem a elidir referências a contextos espaciais e temporais específicos eliminando construções verbais e convertendo-as em um tempo contínuo (THOMPSON, 1990, 66, tradução nossa).

É relevante observar a capacidade de a nominalização elidir contextos espaciais e temporais específicos. Essa perenidade espaço-temporal, que é caracterizada por um tipo de *ahistoricidade*, pode levar também ao apagamento da possibilidade de transformação do *status quo*, uma vez que acrescenta um traço de inevitabilidade ao fato que é representado. A denúncia feita por essa reportagem vira do avesso, porque apresenta atos não éticos como inevitáveis, porque sem história, sem tempo, sem atores, sem circunstâncias.

Passemos à análise do título da reportagem terceira do jornal Folha de S. Paulo.

Quadro 18 - Representação dos eventos no título – Folha de S. Paulo – 3

MINISTRA SE ENVOLVEU EM ESCÂNDALOS (título)

Material - ATOR(Ministra)+PROCESSO(se envolveu)+ CIRCUNSTÂNCIAS (em escândalos)

Fonte: Produção da própria autora, adaptado de Fairclough, 2003, p. 142.

Em relação à transitividade, temos um processo comportamental, segundo as categorias processuais de Halliday (HALLIDAY, 2004, p. 173). O processo comportamental realizado no verbo “se envolveu” está entre o processo material e o mental. Semanticamente, esse verbo tem um sentido que não deixa claro até que ponto vai a volição ou agência do ator (MINISTRA). O verbo indica uma analogia com um objeto sendo envolvido (embrulhado) por outro objeto, perfazendo um processo metafórico que elide a responsabilidade dos envolvidos.

6.2.7.3 A representação dos eventos – os processos

Segundo Halliday, uma oração constrói a configuração de um processo. E o processo, na experiência humana, consiste em um fluxo de eventos (HALLIDAY, 2004, p. 170). E há vários tipos de eventos, de acordo com a experiência humana em sua relação com o ambiente. Tomando como referencial o esquema corporal, há processos que são realizados dentro da consciência (mentais), outros que são relacionados fora da consciência (materiais). Também há processos que indicam relações entre dois elementos (relacionais). Segundo Halliday, há outros tipos de processos que se encontram nos limites desses três tipos principais de processos.

A seguir, temos um quadro explicativo, adaptado do quadro explicativo de Halliday, com exemplos retirados do corpus da pesquisa.

Quadro 19 - Processos

Tipo de processo	Exemplos (Processo em negrito)
Material	A ministra da Casa Civil teria atuado [...] <p>Erenice se encontrou quatro vezes</p> <p>A MTA conseguiu contratos no valor de R\$ 84 milhões [...]</p> <p>A reportagem de Veja traz à tona um caso [...]</p>
Mental	Reservada, a Ministra evita dar entrevistas e prefere atuar nos bastidores.
Verbal	Relata a Veja Fábio Baracat. <p>A revista reproduz uma suposta frase de Erenice</p> <p>Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista.</p>
Relacional	Sua figura central é Erenice Guerra. <p>Eles são parceiros de Israel Guerra.</p> <p>Logo virou sua assessora mais próxima.</p>

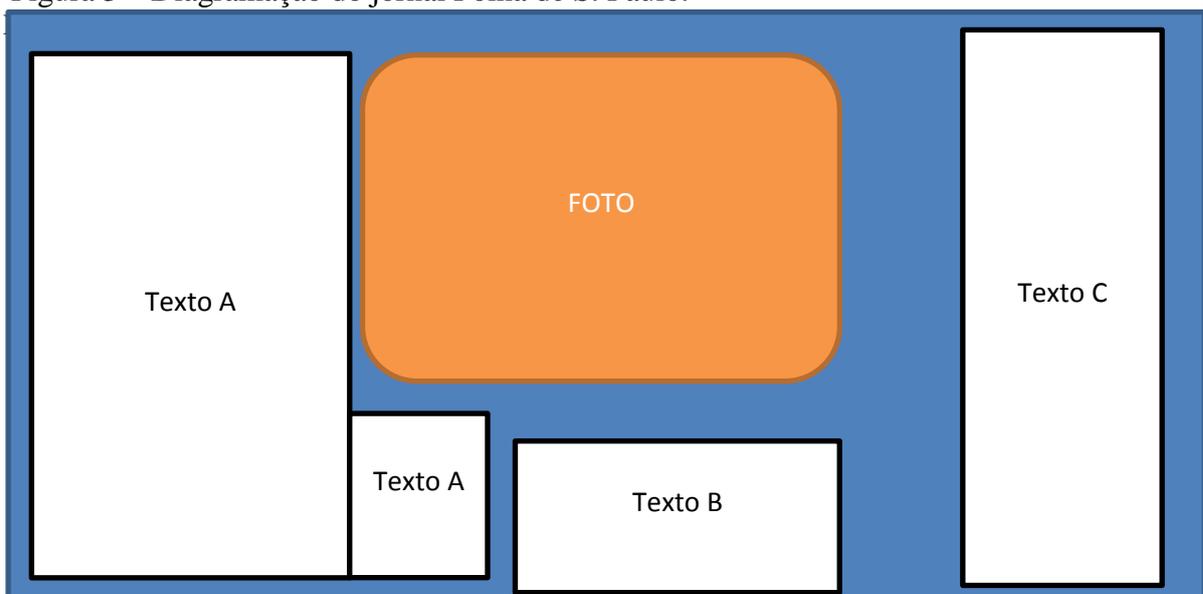
Fonte: Halliday, 2004, p. 171, adaptado pela autora.

É relevante observar que o gênero reportagem pode determinar os tipos de processos, materiais em sua maioria, seguidos de verbais e relacionais. O processo do tipo mental é praticamente ausente nas reportagens. Normalmente, em uma reportagem, que busca a objetividade e o valor de imparcialidade e de verdade, afirmar o que os outros sentem ou pensam é arriscar demais a objetividade pretendida.

6.3 A diagramação como recurso semiótico

Nas três reportagens que compõem a Folha de S. Paulo, o posicionamento composicional é um recurso semiótico, porque pode enfatizar ou tirar de foco a reportagem. Se observarmos pelos títulos das reportagens, podemos ver que o título ‘principal’ está com um tamanho de fonte bem maior do que os títulos secundários. A reportagem intitulada “Contrato feito sem licitação tem privilégios” está situada em uma posição inferior e o seu título é composto de fontes bem menores, o que pode ocultar a reportagem dos olhos do leitor – é uma reportagem para não ser lida. E o teor do texto em questão é justamente o ativo papel de empresários nos desvios indevidos de dinheiro público. Esquemáticamente teríamos uma diagramação como esta:

Figura 3 – Diagramação do jornal Folha de S. Paulo.



Fonte: Produção da própria autora

Segundo o quadro teórico de van Leeuwen e Kress, a foto está numa posição superior da página, indicando aquilo faz parte do ideal. Essa posição no topo da página tem um sentido ideológico. O posicionamento dessa foto indica para onde o produtor do texto quer levar os olhos do *viewer* ou do leitor. Kress e van Leeuwen afirmam:

Em nosso quadro teórico, quando um layout polariza topo e base, colocando elementos diferentes, talvez contrastantes, no topo e na base da página, os elementos apresentados no topo são apresentados como Ideal e aqueles colocados na base como Real. Para algo ser Ideal, significa ser apresentado como a essência da informação, idealizada ou generalizada e, dessa forma, também tendo ideologicamente um tipo de saliência (KRESS e VAN LEEUWEN, 1998, p. 1993).

É importante ressaltar que o termo Ideal não contém em si um aspecto positivo, mas a essência do que está sendo comunicado. No caso da foto do Presidente Lula com a então Ministra Erenice Guerra, está claro que o posicionamento da foto indica que há a intenção de o produtor do texto ressaltar a relação entre esses dois agentes sociais, no sentido de igualá-los: aquilo que está escrito sobre um autor poderia intuitivamente ser ligado ao outro autor. E essa ligação quem faz é a foto e não o texto em si. A foto está posicionada no topo e no centro, o que garante e ressalta o seu peso e a sua importância ideológica.

Podemos ver que o Texto B está numa posição que não se destaca dos demais, quase escondido, na parte inferior da página, representando o real, segundo a teoria de Kress e van Leeuwen. O jornal faz uma diagramação que dá pouca relevância ao conteúdo no Texto B, o que pode significar uma tendência a considerar que o assunto é menos relevante, embora mostre o “outro lado” da história, apontando a “responsabilidade” dos empresários em contratos sem licitação.

A diagramação tem a função de atribuir mais ou menos proeminência ou relevância às várias partes que a compõem. Podemos ver que o Texto B é o menos saliente, o que se encontra mais apagado e já vamos lê-lo com essa “pré-leitura” de que ele é um texto sem importância. Podemos ver que os recursos semióticos são usados para gerar significados específicos que se quer “presentificar”. Os recursos semióticos são usados também para legitimar e proliferar as visões de mundo de grupo dominantes.

Já o texto C encontra-se em maior proeminência que o texto B, por sua localização à direita (informação nova) e formato retangular com a base pequena em relação à altura. Esse texto C tem por título “Ministra se envolveu em escândalos”. A escolha do item lexical “escândalo” oferece a unidade direcional para o entendimento do texto, que mostrará notícias

escandalosas da ministra. A representação do principal ator social da reportagem (Erenice Guerra) é feita de várias maneiras:

Quadro 20 - Diferentes maneiras de representação do ator social erenice guerra nas reportagens da Folha de S. Paulo

1 - Classificação por uma atribuição: “Sombra de Dilma Rousseff”;

2 - Classificação por qualificação profissional: “Formada em direito”

3 - Nomeação pelo primeiro nome: Erenice;

4 - Nomeação pelo nome completo: Erenice Guerra;

Fonte: Produção da própria autora

Esse tipo de representação do ator social serve para reforçar a função da reportagem, que é mostrar os eventos de desvio de dinheiro público como fatos interpessoais e situados no nível da espetacularização do escândalo.

Os eventos do texto C (desvio ético na prática do agente público) são todos representados por asserções *realis*, no tempo perfeito, que denotam a certeza de sua ocorrência. O elemento mais saliente é o ator social e agente público Erenice Guerra. Um elemento desse evento que não está representado é o responsável pelos atos do agente público, que seria o agente público em posição hierarquicamente superior. Os eventos são representados como se o agente social Erenice Guerra tivesse agido autonomamente, por conta própria.

Os processos predominantes no texto C são os processos materiais. Cabe ressaltar a alta frequência de passivizações:

Quadro 21 - Passivizações do texto C da Folha de S. Paulo

1 – teve o seu nome envolvido em escândalos

2 – foi acusada

3 – foi citada em denúncia de favorecimento

4 – blindada pelo Governo

Fonte: Produção da própria autora

Os agentes excluídos nessas passivizações são os denunciadores e os beneficiadores. Não sabemos quem acusou, quem citou em denúncia; quem blindou (o agente Governo está impersonalizado); quem premiou. Os acontecimentos ficam naturalizados e representados como um fato sem história. A passivização é uma construção simbólica típica do modo de

operação da ideologia chamado de reificação (THOMPSON, 1990, p. 60). Thompson assevera:

A nominalização e a passivização focam a atenção do ouvinte ou do leitor em certos temas às custas de outros. Elas apagam os atores e a agência e tendem a representar o processo como coisas ou a representar eventos que aconteceram na ausência do sujeito que os produziram. Elas tendem também a elidir referências a contextos temporais e espaciais específicos eliminando construções verbais ou convertendo-as em um tempo contínuo (THOMPSON, 1990, p. 66).

Também é importante ressaltar as nominalizações ou metáforas gramaticais que ajudam a compor a tessitura do texto: investigação; participação; promoção. Essas nominalizações transformam o evento em entidades, tornando-o vago, sem a marcação dos atores responsáveis. Novamente, não sabemos quem investigou, quem participou, quem promoveu.

Como vimos, existe uma relação indissolúvel entre os recursos verbais utilizados em um texto, o seu *layout* e a sua posição na diagramação do jornal. Podemos ver como todos os recursos semióticos servem para a construção dos sentidos. Segundo Kress e van Leeuwen,

Quando escrevemos, nossa mensagem é expressa não apenas linguisticamente, mas também por meio de um arranjo visual de marcos em uma página. Qualquer forma de análise textual que ignore isso não será capaz de alcançar todos os sentidos expressos no texto (KRESS e VAN LEEUWEN, 1998, p. 186).

Penso que é extremamente difícil alcançar *todos* os sentidos de um texto, mas entendo que a consideração a respeito da multimodalidade textual auxilia no alcance maior dos sentidos de um texto. Sem a análise do *layout* do texto, a análise textual ficará incompleta. Também penso que o advérbio “linguisticamente” separa de forma indevida as ‘palavras’ das imagens e dos recursos de diagramação em um texto. Considero essa dissociação problemática porque entendo a linguagem em seu sentido amplo, no sentido de semiose, o que resolve esse dilema de se considerar que linguisticamente significa apenas o aspecto das ‘palavras’, dissociado da diagramação e do *layout* da página.

6.4 As nominalizações nos textos do corpus

A nominalização é um tipo de representação (de um processo) que permite elidir os agentes responsáveis. A seguir, faço um rol das principais nominalizações (em itálico) por mim encontradas. Essas nominalizações têm um papel muito forte na construção do sentido.

Quadro 22 - Rol das principais nominalizações na reportagem do site de Veja

- 1) **Aparelhamento do estado.**
- 2) **Pagamento de propina**
- 3) **Ampliar a participação de suas empresas nos serviços dos Correios**
- 4) **Contrato feito sem licitação tem privilégios.**
- 5) **O objetivo do contrato, segundo a revista, era aumentar a participação da MTA e da VIA NET.**
- 6) **(...) em que é previsto o pagamento de uma taxa de 6% em caso de “êxito” na prestação de serviços.**

Fonte: Produção da própria autora

Essas são as principais metáforas gramaticais que localizei na reportagem publicada no site de Veja e no jornal Folha de S. Paulo. Elas transformam um processo em uma entidade, realizada por um substantivo, e elidem os agentes responsáveis. Podemos afirmar que todas essas metáforas estão ligadas a ações que ocorrem dentro do Governo, realizadas ou permitidas por agentes públicos. O Governo é representado assim como uma instituição na qual não existem pessoas que realizam ações éticas.

Na reportagem da Folha de S. Paulo, as metáforas gramaticais e as passivizações servem à elisão dos autores do contrato, dos responsáveis pelo objetivo do contrato; também são elididos os responsáveis pelos pagamentos da taxa e os responsáveis pela prestação de serviços. É razoável supor que se elide a responsabilidade dos empresários nesse ato.

Nos exemplos acima, podemos perceber que, através das nominalizações, há uma tendência em se retirar a responsabilidade dos atos do Governo. Assim, parece que o Governo não tem nenhuma relação com esses atos. Por isso a imprensa é reconhecidamente um gênero de governança, principalmente no Brasil, onde as relações entre os grandes grupos da imprensa e o Governo não são muito transparentes.

6.5 As avaliações “encaixadas” do jornal Folha de S. Paulo

Na reportagem da Folha de S. Paulo, que classifiquei genericamente como uma reportagem/anúncio, podemos observar que as relações gramaticais em orações encaixadas podem mostrar um modo muito especial de avaliação, que caracteriza a autoria, a despeito de todo o texto praticamente se encontrar na forma de discurso indireto.

Vejamos os trechos no quadro a seguir.

Quadro 23 - Orações Encaixadas no discurso indireto (jogo de vozes)

escritório de advocacia em Brasília que tem como um de seus sócios Marcio Silva, que integra a coordenação jurídica da campanha ex-sócio da MTA Linhas Aéreas, que atua com transporte de correspondências. uma suposta frase de Erenice, relatada por Baracat, em que supostamente cobrava um pagamento atrasado.

Fonte: Produção da própria autora

Embora a Folha de S. Paulo atribua todas essas afirmações à revista Veja, em um tipo de discurso direto sem aspas, com o verbo dicendi no final, ou com a expressão “segundo a revista”, podemos observar nas orações encaixadas que há uma avaliação, do autor da reportagem em relação a determinados agentes sociais citados, fazendo ligações entre os agentes sociais e a candidata à Presidente Dilma Rousseff. Isso ratifica a noção de que os três significados textuais (representacional, acional e identificacional) aparecem simultaneamente nos textos.

6.6 As metáforas

De acordo com Fairclough, os discursos podem ser diferenciados pelas metáforas utilizadas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 131). Em um discurso neoliberal, é razoável esperar que as metáforas do Estado serão aquelas que comparam o Estado a uma máquina, um aparelho, o que traz a ideia de pesado, lento e insuficiente.

De acordo com Fairclough, a metáfora é difundida em todo tipo de linguagem e em todo tipo de discurso, mesmo os científicos e técnicos. E a metáfora estrutura nosso modo de pensar e de agir, e nossos sistemas de conhecimento e crença. (FAIRCLOUGH, 1994, p. 194).

Thompson sustenta que

A metáfora pode dissimular relações sociais representando-as, ou indivíduos ou grupos incorporados a essas relações sociais, e imputando-lhes características que não possuem literalmente, dessa forma acentuando certos traços às expensas dos outros e carregando-os de um sentido positivo ou de um sentido negativo (THOMPSON, 1990, p. 63, tradução nossa).

Em relação às metáforas como estratégia de construção simbólica, de um modo geral, temos a metáfora do aparelhamento do estado utilizada pela reportagem no site de Veja. A Veja utiliza-se de máquina sempre para se referir ao Estado de forma bastante vaga, como se o Governo fosse um mecanismo automatizado e fora do controle.

Quadro 24 – Metáforas do corpus

METÁFORAS	LEITURA PLAUSÍVEL DA METÁFORA
O polvo no poder	É um trocadilho com a expressão “o povo no Poder”. Não chega a ser um chiste, mas tem um caráter irônico. Indica que o partido do povo (o PT) está identificado com um animal que possui muitos tentáculos para pegar o alimento. Também possui uma intertextualidade com o parágrafo único, art. 1º da Constituição, que diz: “Todo poder emana do povo (...)”
Comanda um esquema	Alusão a uma quadrilha de marginais. A palavra esquema remete a algo que não é legal.
Aparelhamento do Estado	O Estado é uma máquina que foi aparelhada, impessoal.
Filho de braço direito de Dilma	O léxico “braço direito” realiza uma metáfora corporal e pode indicar uma sinonímia entre a agente social Dilma Rousseff e a agente social Erenice Guerra.
Sombra de Dilma Rousseff	Esta metáfora também envolve o corpo e sua relação com a luz. Sombra indica um “outro eu”, do qual não se pode livrar.
Senti que não estavam blefando	Referência ao jogo pôquer, em que o adversário tenta levar os outros jogadores a acreditarem que ele está com muitos pontos na mão.
Alimentar o projeto de poder do grupo	Metáfora de nutrição, o que sugere uma metáfora de um “animal faminto” por recursos. Podemos fazer a intertextualidade com a

	famosa frase latina: “Oh aura sacra famis”. (Oh, terrível fome do ouro.)
Patrocínio materno	Metáfora carregada de ironia, que indica: com a ajuda não ética da mãe.

Fonte: Produção da própria autora

Penso que a metáfora do “aparelhamento do Estado” que a reportagem do site da Veja utiliza como recurso semiótico faz parte de um discurso maior que preconiza o Estado mínimo e que defende as chamadas leis de mercado, contra a “máquina pública”.

As metáforas existentes nas reportagens do jornal Folha de S. Paulo, embora numericamente reduzidas, têm um potencial semiótico muito significativo, porque indicam exatamente a visão que o jornal quer transmitir com a representação social do agente Erenice Guerra, conectando-a de forma profunda e indissolúvel à agente social Dilma Rousseff. Essa assertiva é retransmitida, reproduzida e adquire valor de verdade, não importa se é ou não verdade. Com essas duas metáforas, o efeito da geração de sentido é muito intenso: se A é braço direito de B, então A é igual a B e o que B fizer de errado, na verdade, é A que está fazendo. Esse é o silogismo que está por trás dessa metáfora. A metáfora é um dos mais poderosos recursos semióticos. Seu poder *semogênico* é muito grande. O que fica em relevo não são os atos não éticos da agente social Erenice Guerra, mas sua ligação com Dilma Rousseff. Isso pode favorecer a dissimulação da ideologia e ocultar a gravidade dos atos de corrupção.

6.7 As relações textuais internas

De acordo com a Análise de Discurso Crítica, as relações lexicais fazem parte da análise das relações textuais internas, embora pertençam ao significado representacional do texto. A categoria mais produtiva no corpus do meu estudo é a categoria das relações de colocação, no dizer de Fairclough, ou seja, nas coocorrências de palavras.

6.7.1 – Padrões de coocorrência entre itens de vocabulário

Os padrões de coocorrência de palavras ajudam muito a entender a configuração do escrito, porque mostram de forma razoavelmente clara a proximidade significativa entre as palavras. Isso me remete à teoria semiótica social da multimodalidade, que afirma que há recursos semióticos outros que não a palavra. Nesse caso, a proximidade de determinadas palavras tem potencial semiótico e ajuda na feitura do sentido do texto. Segundo Fairclough,

Discursos diferentes podem usar as mesmas palavras (por exemplo, tanto o discurso neoliberal quanto o discurso antiglobalização utilizam a palavra “globalização”), mas eles podem usá-las diferentemente, e de novo é somente por meio da focalização nas relações semânticas que podemos identificar essas diferenças. Um modo de identificar essas diferenças relacionais é observar as colocações, padrões de coocorrência de palavras nos textos, simplesmente verificando quais as outras palavras que mais frequentemente precedem ou seguem qualquer palavra que está em foco, seja imediatamente, ou duas, ou três palavras antes ou depois. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 131, tradução nossa.)

Na reportagem do *site* de Veja, podemos observar que as coocorrências podem apontar para relações semânticas que compõem a tessitura de uma ideologia que associa Casa Civil, uma instituição do Estado brasileiro, a um lugar onde ocorrem esquemas, onde se fazem negócios com servidores públicos (sócios). Essas relações semânticas podem ser observadas nas seguintes co-ocorrências, verdadeiras proxêmicas textuais:

Quadro 25 - Padrões de coocorrência com o vocábulo *Casa Civil*

O esquema no alto escalão do Governo também inclui Vinicius Castro, *funcionário da Casa Civil*, e Stevan Knezevic

Não bastasse recorrer à influência da ministra para *fazer negócios*, a “consultoria” ainda tem como *sócios* dois *servidores públicos* lotados na *Casa Civil*.

Fonte: Produção da própria autora

Assim, a reportagem permite a associação semântica entre uma instituição pública importante e um lugar no qual ocorrem fatos nem éticos nem legais. Há, no discurso, uma equivalência não declarada explicitamente entre Casa Civil e “esquemas não transparentes e não éticos”. Existe toda uma ideologia contra o aumento do papel do Estado por trás dessas associações.

Gostaria de examinar agora a coocorrência com o léxico “empresário”, o verbo (processo material) da área semântica de pagar e de se encontrar (nunca se reuniu.).

Quadro 26 - Coocorrências com a palavra *empresário*

O empresário *contratou os préstimos da Capital Assessoria.*

Fonte: Produção da própria autora

Na representação do agente social capitalista (empresário), podemos ver uma associação entre léxicos do campo semântico do pagamento legalmente autorizado (*contratou os préstimos*). A reportagem não realiza lexicalmente, em sua representação, a questão da corrupção ativa, ligada ao empresário. É plausível supor que há, por trás dessa construção textual, uma ideologia em defesa do Estado mínimo¹ e do liberalismo econômico.

Coocorrências do jornal Folha de S. Paulo – reportagem Contrato feito sem licitação tem privilégios

Quadro 27 - Coocorrências com a palavra *contrato*

1 – Contrato feito sem licitação tem privilégios.

2 – A empresa MTA (Master Top Linhas Aéreas) fechou neste ano contrato com os Correios de R\$ 19,6 milhões, sem licitação e com privilégios;

3– Segundo a Folha apurou, é o único contrato que permite a carga compartilhada nos aviões.

4 - Esse contrato com os Correios só foi possível porque, meses antes, a MTA conseguiu renovar na Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) a concessão para voar.

5 - A empresa ganhou em 2010 quatro *contratos* nos Correios no valor de R\$59,6 milhões para o transporte de carga aérea.

6 - Além desse contrato, a Master briga na Justiça para assinar outro acordo junto à Estatal, no valor de R\$ 44,9 milhões (...)

Fonte: Produção da própria autora

Podemos observar que a palavra *contrato* está em coocorrência com os valores do contrato e com a caracterização de sua natureza desvirtuada (sem licitação, com privilégios, único que permite, ganhou quatro contratos). A reportagem, em princípio, pode chocar o leitor

¹ Estado mínimo: Um Estado que tem pouca intervenção na economia, que não tem empresas estatais e que se preocupa em manter apenas os serviços essenciais, como as Forças Armadas, os Poderes. Essa é uma ideologia derivada do chamado liberalismo econômico, que preconiza a liberdade dos mercados, sem intervenção estatal.

ao mostrar o valor dos contratos e a natureza não ética das contratações. Entretanto, a análise mais detalhada da tessitura textual nos permite ver que a palavra contrato serve para escamotear os agentes que celebraram o contrato e serve para tornar os atos da empresa (ora nominada, ora classificada por seu nome) como atos legais e neutros, pelo aspecto vago com que são representados os processos e os agentes.

Os agentes são classificados de forma totalmente impessoal – empresa, MTA, Correios, Anac – e os processos são realizados por verbos cujo sentido é vago, sem a indicação das circunstâncias nem dos agentes: fechou, permite, conseguiu, ganhou, assinar. Os atos são praticados entre empresas e empresas estatais, com verbos comuns a qualquer procedimento contratual, o que pode facilitar a naturalização desse tipo de evento ocorrido entre instituições do Estado e empresas.

Co-ocorrências dos circunstanciais temporais na reportagem Ministra se envolveu em escândalos da Folha de S. Paulo

Quadro 28 - Circunstâncias temporais na reportagem Ministra se envolveu em escândalos. Folha de S. Paulo

Desde o início do Governo Lula teve o seu nome envolvido em escândalos

Em 2008, foi acusada de montar um dossiê

No ano passado, foi citada em denúncia de favorecimento

Nunca teve que dar explicações ao Congresso

Nunca disputou eleições

Mas sempre atuou na burocracia estatal

Logo virou sua assessora

Em março, teve a lealdade premiada

Fonte: Produção da própria autora

Nesse quadro de co-ocorrências, é relevante a presença dos circunstanciais de tempo, tanto o tempo como um marco bem definido (*kayros*), como o tempo no sentido de duração, *cronos*. Segundo van Leeuwen, o tempo pode ser representado de forma a indicar um hábito social recorrente e essa representação pode ser reforçada pelos adjuntos (van Leeuwen, 2008, p.81). Nos exemplos acima, penso que os advérbios “sempre” e “nunca” sinalizam essa habitualidade. Esses advérbios estão em coocorrência com afirmações que podem ser consideradas assertivas ligadas à representação de um agente social poderoso, sem limites e

onipresente, que *nunca* teve que dar explicações, que *sempre* esteve presente na política, embora nunca tenha disputado cargos eletivos.

Podemos observar que os adjuntos que indicam marcos temporais pontuais (no ano passado, em março, em 2008) estão em coocorrências com eventos referentes a acusações e denúncias. Essa representação pode indicar um reforço às outras afirmações que indicam ação duradoura. Assim, o ambiente textual dos marcos históricos legitima as assertivas que indicam processos duradouros realizados por meio de advérbios totalizantes como “sempre” e “nunca”. Os marcos temporais exatos favorecem o valor de verdade das asserções com os tempos menos exatos.

7 REFLEXÕES GERAIS DA PESQUISA – UMA RETOMADA GERAL

Pela análise das quatro reportagens, é razoável afirmarmos que a representação da corrupção na mídia impressa possui características que estruturam, ratificam e reproduzem determinadas visões de mundo relacionadas às realidades econômicas e mercadológicas principalmente. Na representação dos escândalos de desvio de dinheiro público, há um apagamento das fronteiras entre o público e o privado. Os atores sociais são representados por meio de uma nomenclatura do primeiro nome, aproximando o leitor de um agente hierarquicamente superior de uma instituição pública, representado como um personagem de uma novela. A mídia de massa também transforma um fato grave em um espetáculo, porque o seu objetivo principal é vender e, sendo assim, seu produto não deve só informar, mas também entreter.

Em relação às estratégias de construção simbólica, para compor a tessitura do escrito, podemos dizer que as condições de produção de um texto escrito permitem que o processo de escolha lexical seja menos sujeito ao momento de produção textual. Assim, as construções textuais estão mais conectadas à função daquele gênero, ou seja, quase não há improviso, o que permite supormos que a maioria das escolhas léxico-gramaticais é direcionada pelas funções do texto. Há estratégias mais frequentes que outras, como as nominalizações e as nomeações via classificação. As nominalizações, as passivizações e as classificações de forma genérica são escolhas léxico-gramaticais que podem apagar o significado da gravidade dos atos não éticos cometidos por agentes públicos e empresários, convergindo para o modo de operação da ideologia chamado de dissimulação. Podemos ver que a não especificidade é um fator preponderante na representação dos fatos sociais nessas reportagens, graças à constante estratégia de personificação das instituições, das entidades e das coisas.

Van Leeuwen enfatiza a ‘procedimentalização’ da sociedade moderna, que significa um tipo de organização social em que os procedimentos contidos nas práticas sociais são mais importantes do que os significados. Segundo este autor: “O significado perdeu sua relevância e se tornou fragmentado e heterogêneo. A ação social se tornou crescentemente regimentada, homogeneizada e ‘procedimentalizada’” (van Leeuwen, 2008, p. 3, tradução nossa). Isso é muito relevante para o meu estudo porque penso que é procedente supor que as reportagens que tratam da corrupção se encontram tão ‘procedimentalizadas’ no sentido de terem sempre o mesmo formato narrativo-bombástico, que o sentido da negatividade do ato de corrupção está-se perdendo nesse tipo de reportagem de escândalo. (A função destronou o significado.)

Nas reportagens que compõem o corpus do meu estudo, é muito comum a metáfora da máquina aplicada ao Governo. Também é comum a metáfora de uma ação que envolve um aparelhamento. A metáfora/nominalização contida na expressão “aparelhamento do Estado”, muito usada nas reportagens, reforça a ideia de que o Estado é totalmente impessoal, autônomo e automático, o que não é verdade. O Estado é formado de pessoas, que são agentes e que podem influenciar no “comportamento” do Estado. Penso que esse específico tipo de metáfora que identifica o Governo como uma máquina pode ser considerado uma estratégia de construção simbólica que favorece a reificação, um dos modos de operação da ideologia, segundo Thompson (THOMPSON, 1990, p. 65). Neuman argumenta que

A reificação ocorre quando nós ficamos separados e perdemos a visão da nossa conexão a algo que nós criamos por nós mesmos. Rompendo as conexões com nossas próprias criações, nós não mais reconhecemos nós mesmos nas nossas criações e as tratamos como sendo forças externas, estrangeiras, que estão nos controlando (NEUMAN, W. L., 2006, p. 97.).

Penso que chamar o Governo de máquina pode provocar um tipo de amnésia histórica, no sentido de nos esquecermos de que todo Governo é formado de pessoas e foi construído historicamente por pessoas. Esse tipo de apagamento da origem histórica de qualquer instituição social é fundamental para a manutenção das relações assimétricas de poder. Podemos atribuir ao “sistema” a responsabilidade pela situação social. Essas relações de causalidade são as formadoras das ideologias e muitas delas são transmitidas e ratificadas pela mídia de massa.

Para Lakoff, o nosso sistema conceitual é fundamentalmente metafórico em sua natureza. E os conceitos que governam nossos pensamentos não são apenas questões de intelecto, mas governam nossas ações e o modo como percebemos o mundo em nosso dia a dia. (LAKOFF, 2003, p. 3) Porém, não estamos totalmente conscientes de nosso sistema conceitual e, por isso, é importante a verificação e o estudo das metáforas, por sua presença constante em nossas vidas e em nossos atos. Segundo Fairclough, a metáfora não é apenas um adorno estilístico, mas elas estruturam o modo como pensamos e como agirmos. (FAIRCLOUGH, 1992, p. 194)

7.1 Considerações sob a ótica da teoria semiótica social da multimodalidade

Todo texto é multimodal; os textos da imprensa escrita são multimodais porque os recursos semióticos são os mais variados: fotos, diagramações, fontes, linguagem verbal propriamente dita. E, mesmo se consideramos o texto verbal somente, sem as fotos,

poderemos ver que o texto se apropria de recursos que não o léxico para significar, como o tamanho da fonte, a diagramação, o tamanho dos subtítulos, a relação entre as orações, a ordenação temporal das narrativas etc — tudo isso é recurso semiótico, utilizado para fazer o significado. A teoria semiótica social da multimodalidade afirma que todo signo é motivado, isto é, o signo só é signo a partir do momento em que se transforma em um recurso semiótico e é utilizado para gerar significados para o outro, o *viewer* ou o leitor. Como os significados são feitos nos textos da imprensa? Como os significados são alcançados? Qual o interesse dos autores das reportagens em gerar este ou aquele significado? Qual o discurso que está por trás das escolhas dos recursos semióticos? Como são as estratégias de construção simbólica para a ação de poder que se imiscui nos textos?

Afirma Kress que

A semiótica social multimodal lida com entidades nas quais o significado e a forma parecem como um todo integrado, o signo. Como os signos sempre são feitos de modo novo de acordo com o interesse dos fazedores-de-signo em ambientes sociais específicos, não há necessidade nem lugar para uma teoria do uso, que é a pragmática. Uso é, simplesmente, uma parte normal da feitura de todo signo. Uma teoria do uso é redundante em qualquer estudo que tem o fazer signo e o fazedor de signo como seu centro: o signo, afinal, é feito em e para as condições de seu uso (KRESS, G., 2010, p. 61).

Foi relevante para a minha pesquisa a concepção segundo a qual os signos são feitos, não usados. A análise dos textos mostra como os recursos semióticos (no caso os recursos semióticos da linguagem verbal) são utilizados para formar o significado de acordo com o interesse do autor do texto.

7.2 Um adendo à mão – Mão é ação e prática

Nas representações pictóricas sobre a corrupção, chamou-nos a atenção a repetição de representações nas quais a mão ou as mãos, em determinada posição, podem ajudar a compor a construção simbólica da corrupção, como a aceitação de dinheiro em troca de um desvio ético para favorecer alguém. Existem representações imagéticas nas quais as mãos encontram-se posicionadas para dar ou para receber o valor. Também temos representações em que há duas mãos, uma dando e a outra recebendo dinheiro. É relevante observar que a mão pode representar metonimicamente a figura humana — dessa forma, o que a mão faz, o dono da mão faz. Existem várias expressões metafóricas cristalizadas no campo semântico das mãos como uma parte essencial do corpo humano, essencial para trabalhar, para ajudar e para agir corretamente ou não: mãos limpas; lavar as mãos, sujar as mãos, mãos atadas, mão na roda, meter a mão, além daquele gesto em que o polegar da mão direita encosta na palma da mão

esquerda e faz-se um movimento de vai e vem com a mão direita, indicando rapinagem, furto. E principalmente, para indicar a corrupção ativa de fato, temos metáfora: molhar a mão. Molhar a mão é entregar dinheiro a alguém para que este pratique algum ato ilícito em benefício do ‘doador’. Há um livro que consta das referências desta dissertação cuja capa é bastante sugestiva: uma mão aberta em posição de recebimento.

Penso que as mãos simbolizam a prática social, que pode ser eticamente correta ou não. O homem usa as mãos para trabalhar e para agir sobre o outro. Entendo que as mãos, além da palavra, agem sobre o outro. Penso ser razoável supor que as sociedades abrigam a correlação simbólica entre as mãos e a prática social. As mãos podem indicar simbolicamente os atos considerados eticamente corretos ou eticamente condenáveis — mãos limpas *versus* mãos sujas. Se pudéssemos “traduzir” a dimensão acional da linguagem em termos de corpo, penso ser plausível supor que as mãos são a simbolização da prática social, dos atos que são realizados com o discurso e no discurso.

7.3 Mais algumas considerações

O discurso da mídia no Brasil ganhou um valor canônico de verdade imparcial, agindo em nome da conhecida liberdade de expressão. Esse valor foi alcançado pela tradição e pela consolidação da imprensa como uma defensora das liberdades individuais, principalmente em um país no qual a ditadura calou tanto tempo as vozes que não concordavam com o regime. Mas a “liberdade de expressão” da mídia não é para todos. Quem tem acesso ao discurso da mídia? Quem controla o discurso da liberdade de expressão? Quem escolhe as notícias? Quem determina as vozes que vão constar nas reportagens? Há uma dialética na prática da imprensa no Brasil – aparentemente é uma prática que procura protestar contra injustiças sociais, mas é uma prática dentro de uma realidade econômica de grandes grupos empresariais, capitaneados muitas vezes por políticos.

Há uma *cumulação muito grande de poder na mídia*: o poder político, o poder econômico e, o mais efetivo, o *poder discursivo*. A mídia de massa tem acesso aos recursos semióticos; têm acesso à produção, reprodução e disseminação de discursos por meio da posse desses recursos semióticos e tem o poder de escolher quem vai ter acesso à representação discursiva e de que modo.

O poder discursivo da imprensa é um poder oculto e que, por isso mesmo, tem uma eficácia muito grande. A imprensa escrita tem ao seu lado o valor da palavra escrita.

Tendemos a acreditar mais em textos escritos, porque a escrita na sociedade ocidental porta uma respeitabilidade maior do que qualquer outro tipo de registro textual. Assim é que um texto da mídia imprensa possui um *quantum* de valor documental e sua influência na visão de mundo dos leitores é muito eficaz. É mais fácil tomar como minha a “opinião” da mídia e sair por aí replicando-a, do que estudar a situação descrita, pensar e decidir sobre meu posicionamento. Por isso, grande parte do conhecimento social, histórico e político de grande parte dos brasileiros é originada nas leituras de jornais e de revistas e na audiência televisiva. Isso pode ter um lado negativo, porque desvirtua o conhecimento da realidade social, uma vez que *a mídia determina as relações de causalidade entre eventos por meio de suas assertivas em reportagens aparentemente neutras.*

Por isso é importante que haja pesquisadores que estudem os discursos que estão por trás de textos ditos neutros ou imparciais. É importante que o espírito crítico esteja sempre presente na mente de todos nós, no sentido de impedir que sejamos leitores passivos, replicadores e repetidores, como uma antena, de “verdades” construídas por reportagens que podem estar servindo a interesses que não a denúncia de injustiças sociais. Os recursos discursivos e textuais utilizados na mídia devem ser estudados e analisados, para que a sociedade torne-se mais consciente e com um poder emancipatório maior. Embora os chamados fatos relatados pela mídia não sejam uma ficção, também é verdade que a forma como são representados pode conter determinadas visões de mundo que não necessariamente são as mais justas socialmente.

Um dos traços do discurso da mídia sobre corrupção é o uso da palavra *escândalo*, que honestamente não escandaliza mais ninguém. “Escândalo” virou um jargão repetido em várias representações da corrupção. Essa palavra tem um efeito de tornar naturalizadas as narrativas da mídia sobre acontecimentos envolvendo relações não éticas entre agentes públicos e privados, com facilitações em licitações governamentais. Os escândalos tomam um viés pessoal, de *reality show*, envolvendo pessoas e seus problemas particulares. E sabemos que atos de corrupção são atos que envolvem toda a sociedade, porque significam prejuízo ao erário, que é público. Ao chamar de *escândalo* essa cadeia de eventos, penso que a mídia de massa contribui para uma condescendência com esse tipo de irregularidade. Portanto, penso que o discurso midiático que representa atos de corrupção e os chamados escândalos de corrupção podem contribuir para a permanência dessa prática não ética nas instituições brasileiras.

Normalmente, em reportagens sobre escândalos de corrupção no Brasil, a representação dos agentes públicos é mais detalhada e mais rica do que a representação dos empresários (normalmente representados impessoalmente, por sua empresa), ligados à corrupção ativa. Os agentes públicos são representados, normalmente, como os únicos responsáveis pelo processo de fraude em licitações e os empresários são os que sofrem a extorsão. Avritzer afirma o que se segue:

Prestar atenção à dimensão pública da corrupção pode levar a obscurecer o fato de que ela afeta igualmente os domínios privados. O funcionário corrupto é apenas uma parte de uma engrenagem que envolve atores privados, que representam interesses econômicos ou políticos que não são explicitados na esfera pública.(AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N; GUIMARÃES, j; STARLING, H. M. M. (orgs.), 2008, p. 13-14)

A construção que personifica a inflação ou a corrupção é o que Lakoff denomina de metáfora ontológica ou personificação (LAKOFF, 2003, p. 33). A metáfora ontológica é um processo da cognição humana pelo qual são atribuídos traços humanos a seres inanimados. Assemelha-se ao animismo, processo mental por meio do qual o ser humano pressupõe vida animada em seres inanimados, como o trovão, o sol ou a lua.

Temos vários exemplos, no Brasil, em que os principais problemas sociais são personificados como se fossem os responsáveis pelo que ocorre. Vejam os exemplos que já ouvimos ou lemos em algumas representações do discurso da mídia:

1 – A chuva destruiu tudo. (A chuva é a culpada e não aqueles que permitiram que pessoas construíssem casas nos sopés dos barrancos. Possivelmente o leitor perceberá a impropriedade de se culpar a chuva: “Por favor, chuva ruim!”)

2 – A inflação corrói os salários. (O que destrói os salários são as pessoas responsáveis pelas políticas econômicas e pelo “jogo do mercado”).

3 – A inflação é um dragão de muitas cabeças que provoca a carestia. (Nessa célebre frase de Sarney, além de se ocultarem as causas da alta nos preços, há uma outra “entidade perversa”, a carestia. A essas duas ‘pessoas’, foram atribuídos todos os malefícios da economia brasileira de então.)

4 – A corrupção acaba com as relações institucionais. (Não é a corrupção que acaba, mas os corruptos.)

Essas personificações têm relação com a governança. Ao representarmos certos eventos sociais como pessoas capazes de agir, estamos definindo nosso adversário. Assim, a sociedade fica sob o poder hegemônico que esse tipo de representação garante. Como diz Lakoff,

Quando estamos sofrendo perdas econômicas substanciais, devido a fatores políticos e econômicos complexos, que ninguém consegue realmente entender, a metáfora A INFLAÇÃO É UM ADVERSÁRIO [caixa alta no original] ao menos nos dá uma explicação coerente sobre por que estamos sofrendo essas perdas (LAKOFF, 2003, p. 34, tradução nossa).

Essas personificações podem ajudar na construção do controle hegemônico. A hegemonia não é alcançada pela força, mas pelo poder que a linguagem tem de construir realidades e formar visões de mundo. Sem nos darmos conta, vamos perdendo a capacidade de reagir porque atribuímos nossos problemas sociais a nominalizações corporificadas em atitudes humanas.

Penso que podemos ter esperanças em relação a duas ações sociais recentes. Uma é a criação de um projeto de lei que transforma atos de corrupção em crimes hediondos. O projeto é de autoria do Senador Pedro Taques, do Estado de Mato Grosso. Outra iniciativa digna de dar esperança é a criação do Observatório da Corrupção, da Ordem dos Advogados do Brasil, cujo endereço eletrônico é <http://observatorio.oab.org.br/>. Muito mais digno de esperança é o papel das redes sociais da Internet, que estão reconquistando o chamado espaço público, um local de debate, sem a interferência de instituições ou de partidos. Cito, entre essas redes sociais, o Facebook, que tem grupos formados como o “Revoltados on line” e o “Basta de Corrupção”. Vejo que a força dessas redes sociais é muito grande, como pudemos testemunhar na queda do ditador do Egito.

Penso também que a Análise de Discurso Crítica deveria ser uma disciplina obrigatória desde o ensino fundamental até o ensino médio. Precisamos alertar a consciência crítica de nossas crianças, para que elas não tomem como verdade tudo o que veem escrito, uma vez que a única defesa contra um texto escrito é o espírito crítico. Creio que o desenvolvimento da consciência crítica deve fazer parte do letramento de todo estudante. Se leio em uma reportagem a seguinte frase: “O empresário sabe que, sem o empurrão de alguém importante, sua proposta não será aceita”, devo pensar bem antes de sair rotulando o serviço público como um lugar de desonra, de falta de ética e de moral. As afirmações dos textos da imprensa se imiscuem nas reportagens narrativas e ficam ocultas, e normalmente acabam sendo assimiladas como fazendo parte de verdades.

Apresento, no Anexo desta dissertação, alguns sítios da Internet que são suportes de organizações da sociedade civil que estão realizando resistência social aos atos de corrupção. Essa resistência é feita por agentes não assujeitados. São realizados estudos, são apresentados dados estatísticos e relatos que mostram que todos saem perdendo com a corrupção, mesmo aqueles que aparentemente levam vantagem.

Os sítios são de organizações não governamentais e um é de uma associação, a Ordem dos Advogados do Brasil. As instituições não governamentais são a Transparência Internacional, a Transparência Brasil, o Movimento contra a Corrupção. Considero que o Movimento contra a Corrupção é o mais autêntico porque ainda não está ligado a nenhuma instituição, tampouco a partidos políticos. Penso que a Internet pode representar uma opção muito relevante de espaço público, que atualmente está monopolizado pela mídia de massa. A Internet pode representar a mobilização de setores da sociedade civil para discutirem problemas sociais que não recebem a devida atenção da mídia de massa ou do Governo.

8 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo procurar localizar e caracterizar, em reportagens sobre escândalos de desvio de verba pública, as marcas discursivas e as ideologias que podem permitir a naturalização desse desvio legal, ético e moral realizado por agentes públicos e por empresários, chamado de corrupção. A pesquisa procurava responder a três questões básicas:

1 – De que modo são construídas/narradas, no discurso da mídia, as reportagens sobre escândalos de apropriação do bem público?

2 - Como são representados os servidores públicos vis-à-vis os empresários em reportagens sobre corrupção?

3 - A ausência sistemática, nas reportagens, da vinculação da corrupção à pobreza, à miséria, à falta de saneamento, de saúde e de educação, é uma ausência significativa?

Como resposta à pergunta um, as reportagens são narradas normalmente tentando se espetacularizar o evento, representando os atores públicos pelo primeiro nome, nominalizando os processos referentes a atos não éticos, e representando os empresários pelo nome da empresa.

Em relação à pergunta dois, a análise permitiu-me verificar que os empresários são representados de forma mais respeitosa e impessoal do que os agentes públicos, o que pode significar uma ideologia do Estado mínimo.

Com respeito à pergunta três, a análise permitiu-me constatar que é significativa a ausência sistemática, nas reportagens, da vinculação da corrupção às condições precárias do saneamento, saúde e educação

Em termos de metodologia, a pesquisa baseou-se principalmente na linha da Análise de Discurso Crítica proposta por Fairclough, em 2003; na teoria semiótica social da multimodalidade, de Kress e van Leeuwen; e nos modos de operação da ideologia de Thompson, especialmente, a dissimulação e a reificação, por meio da naturalização. Também foram utilizadas categorias da Gramática Sistêmico Funcional, como a projeção e metáfora gramatical. A metáfora gramatical é um processo por meio do qual um verbo é transformado em um nome em uma representação, o que apaga os agentes e as circunstâncias do fato e entifica o processo. É relevante observar que utilizar um nome para a representação de um evento é uma escolha de um recurso semiótico e, portanto, é um ato do *meaning-maker*, que constrói o seu texto de acordo com os seus objetivos. Nas reportagens foi possível ver que

esse recurso é utilizado com frequência, o que obscurece os agentes responsáveis pelo ato. Foram relevantes conceitos provenientes de estudiosos da sociologia como Habermas, Giddens e Harvey, com o conceito de espaço público. O espaço público, como praça de discussão democrática e de formação da opinião pública, está sendo monopolizado pela mídia de massa e isso é extremamente danoso à democracia. Penso que a Internet está retomando esse espaço, permitindo a mobilização da sociedade civil, sem vinculação a partidos ou a instituições. Segundo Habermas, a imprensa é a instituição proeminente da esfera pública. (HABERMAS, 1991, p. 181.)

A análise possibilitou-me entender um pouco sobre o modo como funciona a comunicação mediada, ou comunicação à distância, típica comunicação proporcionada pela mídia. Penso que é a mais daninha comunicação que existe, porque é muito assimétrica, não permitindo resposta imediata e possibilitando a criação de uma situação de sujeição, para quem é pouco afeto a criticar o que ouve ou o que lê. A mídia de massa acumula o poder político, o poder econômico e – o mais forte – o poder discursivo. Graças ao poder discursivo, a mídia de massa pode influenciar a opinião pública, fazendo circular ideias, valores e crenças, legitimando ideologias e visões de mundo, sem que as pessoas o percebam, porque as pessoas leem jornais e revistas achando que estão “adquirindo informação”, o que também é verdade, mas uma verdade muito parcial. A informação é o disfarce por meio do qual a mídia de massa — impressa, mídia televisiva ou Internet — influencia as opiniões de milhares de pessoas e legitima ideologias.

Por meio da análise realizada, pude constatar, nas reportagens que li, que as narrativas sobre casos de corrupção são espetacularizadas, normalmente com o objetivo de vender um produto atraente para o público e de influenciar o público política e ideologicamente. Podemos observar traços no discurso que caracterizam essa espetacularização dos fatos. Ordinariamente, os servidores públicos são retratados como os responsáveis pelos crimes de corrupção, quando sabemos que, em todo ato de corrupção, há o corruptor e o corrompido. Normalmente, os atores públicos são representados pelo primeiro nome, o que serve para caracterizar o acontecimento narrado como uma série de eventos do campo da vida privada. Os empresários são representados metonimicamente pelo nome da empresa, na maior parte das vezes, o que serve para dissimular a responsabilidade pessoal dos atores. Segundo Thompson(1990), a dissimulação é um modo de operação da ideologia e uma das estratégias de construção simbólica para a dissimulação é a metonímia.

Também foi possível verificar que nenhuma reportagem fez qualquer tipo de menção à relação entre a corrupção e a falta de saneamento básico, à precariedade do sistema de saúde e do sistema educacional. Isso é muito relevante e pode indicar que as reportagens não estão preocupadas em conscientizar as pessoas sobre crimes hediondos contra a *res publica*. As reportagens estudadas se revelaram como um produto histórico da época em que foram produzidas, as eleições presidenciais do Brasil. Além disso, essas reportagens também se mostraram fruto das leis de mercado: se a demanda é por espetáculo, então, a oferta será um espetáculo, mas um espetáculo ideologicamente preparado, legitimador de crenças e visões de mundo neoliberais

Pudemos observar, por meio da análise, vários aspectos discursivos e ideológicos nas representações dos casos de corrupção envolvendo agentes públicos e agentes privados, nas reportagens que compuseram o *corpus* da pesquisa. Foi muito relevante para o estudo a consideração sobre o que posso chamar de macrocontexto. Tornou-se primordial considerar o contexto histórico-político das produções das reportagens. Eu não poderia deixar passar em branco um dado que precisava ser levado em consideração à época da produção das reportagens: as eleições para o cargo de Presidente da República do Brasil.

O momento político das eleições determinou a produção das reportagens em análise. E houve uma cadeia de eventos, como creio ter mostrado. Houve desde a produção de textos até atos circunscritos a determinadas práticas sociais, em campos distintos. Nessa cadeia de eventos, tivemos as eleições presidenciais, a reportagem denunciata, a reportagem-propaganda sobre as reportagens denunciatas, as reportagens autopromocionais sobre a reportagem denunciata, a exoneração de agentes públicos, a declaração da exonerada à Polícia Federal, a entrevista da ex-Ministra se defendendo. Enfim, os elos dessa cadeia de eventos estão conectados, é evidente. A ligação causal entre os elementos dessa cadeia não é necessariamente direta, mas podemos ver que há certas conexões causais envolvidas. Por exemplo, não podemos afirmar que a época eleitoral é a causa desse tipo de reportagem espetáculo, mas é possível observarmos que esse momento favorece as condições de produção das denúncias. Foi nesse macrocontexto que foi possível analisar as reportagens da pesquisa.

Nesse estudo, foi relevante analisar o hibridismo genérico das produções da mídia impressa. O gênero reportagem é originalmente uma narrativa. Mas ele pode recorrer a subgêneros significativos, que têm um papel importante na legitimação do que está sendo narrado. Há várias formas de se legitimar uma história. Pode-se legitimar uma narrativa por meio da apresentação de detalhes de fontes documentais, o que caracteriza o gênero dossiê.

Essa pesquisa também mostrou como um jornal pode fazer propaganda de uma revista através da citação indireta. Além disso pôde ser observado como a própria revista, em um suporte diferente — a Internet — pode fazer propaganda de si mesma, a autopromoção. Penso que, além do poder de produção, reprodução e disseminação de conteúdos discursivos e ideológicos, os jornais e revistas ainda dispõem da redundância possibilitada pela Internet. A maioria dos jornais e revistas de grande circulação possuem páginas na Internet que reproduzem o conteúdo do jornal, embora o conteúdo da Internet tenha um dinamismo muito maior, podendo até conter reportagens que ainda não foram publicadas “nas bancas”. Mas a Internet serve principalmente como veículo promocional do jornal, inclusive porque o conteúdo completo de determinada reportagens só é possível a quem é assinante, ou seja, o não assinante fica apenas com a amostra grátis. Assim, foi muito relevante para a análise considerar essas características do suporte Internet como modeladoras das funções e tipos genéricos.

A análise da representação dos atores sociais desvelou aspectos muito importantes sobre o poder e a ideologia da mídia de massa. Pude perceber que as reportagens levam em consideração apenas a corrupção passiva na representação dos atores sociais envolvidos nos escândalos apresentados e representados. As reportagens nominam, normalmente pelo primeiro nome, os agentes públicos, raramente utilizando pronomes. O foco das reportagens recai nos agentes públicos. Creio que o problema não está em focalizar-se o agente público, mas em desfocar o agente privado, o empresário. Na maioria das vezes, os empresários são representados pelo nome da empresa e são apresentados como agentes que sofreram extorsão. Habitualmente, quando representados por meio de sua função, são respeitosamente tratados, ou seja, apresentados como representante, assessor ou empresário. Já os agentes públicos envolvidos são representados como lobistas, principalmente. Há uma clara ideologia de Estado mínimo nesse caso. Acredito que, para o leitor, esse detalhe passa despercebido, e a indignação e revolta de nós, leitores, cai toda em cima dos servidores públicos, normalmente considerados pela grande mídia como ineficientes e corruptos, o que pode ser verdade, mas não toda a verdade.

A ausência de representação de atores sociais ligados a determinados campos da vida social foi muito significativa. Atores referentes ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário não apareceram de forma alguma em três das quatro reportagens. Isso é relevante para a pesquisa, porque omite, por exemplo, os efeitos das ações desses atores sociais na

perpetuação dos crimes de corrupção. Sabemos, por exemplo, que a im(p)unidade é um grande empecilho para o combate a atos como a corrupção.

Por meio da análise, pudemos observar que as reportagens omitem sistematicamente a relação entre a corrupção e a miséria, entre a corrupção e as condições precárias do saneamento básico no Brasil, entre a corrupção e as condições ruins da saúde e da educação no nosso País. Isso se deve ao caráter mercantil das produções da mídia de massa, que se preocupam também em lançar um produto que venda, a fim de que possam sobreviver como empresas. A espetacularização das narrativas sobre os casos de corrupção é necessária para que a revista venda, mas é danosa à formação da visão de mundo dos leitores. Esse tipo de espetacularização favorece a naturalização da corrupção, porque trata os fatos como escândalos particulares, no âmbito privado.

Nas reportagens, tanto a revista Veja como o jornal Folha de S. Paulo são representados como grandes reveladores da verdade e grandes investigadores. A reportagem da revista Veja representa a si mesma com o nome em caixa alta – VEJA. A Folha de S. Paulo representa a si mesma em sua reportagem como nome em negrito – **Folha**. Esses recursos semióticos podem indicar uma tendência à transformação desses dois nomes em uma marca, abandonando a conexão desses nomes apenas com uma revista ou um jornal. Creio que o capitalismo tardio é caracterizado por esse tipo de transformação, porque os grandes conglomerados jornalísticos estão cada vez mais se tornando “multisuportes”. Assim a Folha pode estar presente na Internet, na televisão a cabo, no jornal etc.

Assim, com a análise foi possível compreender alguns traços comuns à representação da corrupção em um jornal e em uma revista de grande circulação, por meio de uma contextualização maior, integrando práticas sociais e outros textos. Penso que esses traços podem indicar que essas representações não favorecem a compreensão mais aprofundada do fenômeno da corrupção no *locus* político-institucional. As nominalizações e as passivizações, também muito frequentes, apagam os responsáveis e colocam em foco o ato em si, o que ajuda a compor o enquadre do espetáculo.

Portanto, posso concluir que as reportagens sobre os casos de corrupção em instituições públicas brasileiras ajudam a naturalizar esse tipo de prática ilegal de desvio de verba pública, porque são reportagens que têm como objetivo vender o seu produto e agir política e ideologicamente sobre os outros. E, para ser vendida e legitimada, a notícia deve causar impacto emocional no leitor. Assim, os recursos semióticos utilizados servem a esse objetivo. Além disso, podemos observar que existem motivações políticas e ideológicas que

modelam os textos das reportagens, levando-nos a crer que é difícil no Brasil encontramos um ‘jornalismo independente’.

Dessa forma, é possível concluir que há dois problemas graves no Brasil: a corrupção e a representação da corrupção. Ambos são difíceis de resolver, mas nada é impossível de mudar. Como poderíamos melhorar isso? Eu acredito muito no trabalho de formiguinha, de todo dia. Penso que uma maneira de resistirmos à corrupção é fiscalizando os Poderes da União, enviando *e-mails*, mostrando que estamos atentos. Também deveríamos enviar e-mails para jornais e revistas, reclamando da forma como a notícia foi escrita. Outra maneira de reagir contra a corrupção seria entrarmos nos *sites* que estão opondo resistência à corrupção. Nesses *sites*, há várias informações sobre Deputados e outros atores públicos. Também penso que deveríamos votar somente em candidatos ficha limpa. Embora isso não seja a solução, é um começo. Mas penso que, acima de tudo, devemos começar por nos fiscalizar. Devemos começar a levar mais a sério nossas leis e regras, para deixar aos nossos filhos um Brasil melhor, mais humano e mais justo.

Mesmo sabendo que a emancipação dos atores sociais é um processo lento, penso que os brasileiros cada vez mais dão mostras de que desejam o papel de cidadãos e não apenas o papel de clientes do Estado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **A Modernização da Imprensa (1970 a 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

AVRITZER, L. et al. (orgs.). **Corrupção: Ensaio e Críticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAUER, W. e GASKELL G., **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Um manual prático**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BARTHES, R. **Mitologias**. Tradução: Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. São Paulo: Difel, 2003.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2009

BRASIL. Palácio do Planalto. Lei nº 429, art. 4º. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../429.htm> Acesso em 05.01.2011.

COSTA, O. E PARDELLAS, S. O Governo limpa a área. **Revista IstoÉ**, São Paulo, 26 de setembro de 2010, edição nº 2.132, p. 40 a p. 43.

_____. Meus filhos vão ter que viver todos à minha custa? **Revista IstoÉ**, São Paulo, 26 de setembro de 2010, edição nº 2.132, p.44 a 46.

DENZIN, N. e LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ESCOSTEGUY, D. O polvo no poder. **Revista Veja**, São Paulo, 15 de setembro de 2010, edição nº 2.182, seção Brasil, p.76 a 84.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

_____. **Media Discourse**. London: Hodder Education, 1995.

_____. **Discourse in late modernity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

_____. **Language and Power**. London: Longman, 2001. [1ª edição:1989]

_____. **Analysing Discourse**. Textual analyses for social research. New York: Routledge, 2003.

_____. **Language and Globalization**. London: Routledge, 2006.

_____. A Dialectical-Relational Approach to Critical Discourse Analysis in Social Research. In WODAK, R. e MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2009. p. 162-186.

_____. The discourse dialectics. Disponível em <www.ling.lancs.ac.uk/profiles/263>. Acesso em 08.01. 2011.

_____. Discourse analysis in organizational studies: the case for critical realism. Disponível em <www.ling.lancs.ac.uk/profiles/263>. Acesso em 08.01.2011.

FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**. London: Sage, 2006.

FOLHA DE S. PAULO. **Filho de braço direito de Dilma fez lobby, diz revista; Contrato feito sem licitação tem privilégios; Ministra se envolveu em escândalos**. São Paulo, 12 de setembro de 2010, Caderno Especial Eleições 2010, p.8.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

_____. **Vigiar e punir**. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HANKS, William F. **Língua como prática social**. Das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. Tradução: Anna Christina Bentes et al. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. São Paulo: Zahar, 2002.

_____. **A Constituição da Sociedade**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HABERMAS, J. **The structural transformation of the public sphere**. An Inquiry into a Category of Bourgeois Society. Massachusetts: MIT Press, 1991.

_____. **A crise da legitimação no capitalismo tardio**. Tradução: Vamireh Chacon. São Paulo: Biblioteca Tempo Universitário, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HALLIDAY, M. A. K. **The language of science**. Londres: Continuum, 2004.

_____. **An introduction to functional grammar**. Londres: Hodder Education, 2004.

HARVEY, D. **Justice, nature & the geography of difference**. London: Blackwell Publishing, Oxford, 1996.

_____. **The enigma of capital**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

IEDEMA, R. Multimodality, ressemiotization, extending the analysis of discourse as multi-semiotic practice. In **Visual communication**. Stanford. vol. 2, n. 1, p. 29-57, 2003.

KRESS, G. **Multimodality** – A social semiotic approach to contemporary communication. London: Routledge, 2010.

KRESS, G. e VAN LEEUWEN, T. **Reading images**. The grammar of visual design. Second edition. London: Routledge, 2006.

KRESS, G. e VAN LEEUWEN, T. **Multimodal discourse**. The modes and media of Contemporary Communication. London: Hodder Education, 2001.

KUWAE, Luiza. H. Y. **O papel da mídia na construção social do escândalo político**. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília (UnB). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Inédito.

LAKOFF, G. e JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago press, 2003.

LUIZ, E. **Erenice Guerra depõe à PF**. Correio Braziliense. Brasília, 26 de outubro de 2010, Caderno Eleições 2010, p. 6.

LYOTARD, J.F. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MAGALHÃES, C. M. e SEABRA, V. P. **Representações de identidades raciais em capas da revista Raça Brasil: um estudo à luz da gramática do design visual** Cad. Est. Ling., Campinas, 53(1), Jan./Jun. 2011, p. 39-57

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte nos gêneros textuais. In **Revista DLCV – V.1, N.1**. João Pessoa, out./2003, p. 9-40. Disponível em <<http://periódicos.ufpb.br>> Acesso em 08.10.2011

NEUMAN, Laurence W. **Social Research Methods**. Qualitative and Quantitative Approaches. Boston: Pearson, 2006.

O ESTADO DE MINAS. Corrupção pode gerar mais pobreza do que crise econômica, diz pesquisador. Disponível em <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/09/23/interna_politica,252285/corruptao-pode-gerar-mais-pobreza-do-que-crise-economica-diz-pesquisador.shtml>. Acesso em 09/10/2011

REIS, W. F. Corrupção, Cultura e Ideologia. In AVRITZER, L., BIGNOTTO, N., GUIMARÃES, J., STARLING, M. M. H. (orgs.). **Corrupção – Ensaios e Críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 391-397.

RELATÓRIO. **Corrupção: custos econômicos e propostas de combate**. FIESP. São Paulo, março, 2010. DECOMTEC – Área de Competitividade.

RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**. Implicações interdisciplinares. Campinas: Pontes, 2009.

SILVA, D. H. G. Discurso e gramática. Motivações cognitivas e interacionais. *In: Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras*. Brasília: Editora Unb, 2005. Denize Helena Garcia da Silva (org.)

SILVA, M. F. G. **A economia política da corrupção no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

THOMPSON, J.B. **Ideology and modern culture**. Stanford: California University Press, 1990.

_____. **The media and modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

_____. **Political scandal. Power and visibility in the media age**. Cambridge: Polity Press, 2000.

THIBAUT, Paul J. Re-reading Saussure. **The dynamics of signs in social life**. London: Routledge, 1997.

VAN DIJK, T. A. **Discourse and power**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and Practice**. New tools for critical discourse analysis. New York: Oxford, 2008.

_____. **Introducing social semiotics**. New York: Routledge, 2006.

VIEIRA, J. A. Afinal, existem metáforas visuais? In VIEIRA, J.A., BENTO, A. L., ORMUNDO, J. S. (orgs.). **Discurso nas Práticas Sociais**. Perspectivas em Multimodalidade e em Gramática Sistemico Funcional. São Paulo: Annablume, 2010. p. 51-65

_____. A contribuição do letramento multimodal para os multiletramentos. In **Linguagem em Foco** – Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UECE/Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: UECE, 2010. p. 85- 99.

_____. Práticas sociais de letramento e ensino crítico em língua portuguesa. In VIEIRA, J. A. e SILVA, D. E. G. (orgs.). **Práticas de Análise do Discurso**. Brasília: Plano-DF, 2003. p. 251-267.

WODAK, R. e MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage Publications, 2009.

ANEXO A – Sítio do Observatório da Corrupção

Disponível em : < www.observatorio.oab.org.br) – acesso em 10.10.2011.

Observatório da Corrupção
Estamos de olho no Brasil

[HOME](#) sobre o projeto
[PARTICIPE](#) enviando sua denúncia
[ACOMPANHE](#) sua denúncia
 Restrito área restrita
[AJUDA](#) tire suas dúvidas
[OAB](#) conselho federal

Sobre o projeto

O Brasil possui em tramitação milhares de processos que tratam, civil e criminalmente, de questões relativas a improbidade administrativa, corrupção, peculato e demais formas de desvio de dinheiro público, muitos deles com ampla repercussão.

Muitas são as causas da demora na conclusão de feitos processuais, tanto no âmbito administrativo como no judicial (em todas as áreas do direito), sendo quase sempre essencial um insistente acompanhamento das partes interessadas e de seus advogados para um andamento célere e um final breve dos processos.

A definição sobre a condenação ou absolvição de agentes públicos interessa a todos. É necessário que os indevidamente processados deixem essa incômoda situação e que os que se locupletaram indevidamente do dinheiro público sejam punidos.

O Observatório da Corrupção será um instrumento para que a sociedade exerça seu insistente interesse no rápido julgamento de casos de corrupção, acompanhando os andamentos e pleiteando os julgamentos em todas as instâncias.

A Ordem dos Advogados está de olho no Brasil.

Ophir Cavalcante Junior
Presidente

links
 Sobre o projeto
 Participe enviando sua denúncia
 Acompanhe sua denúncia
 área restrita
 tire suas dúvidas
 Conselho Federal

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal

09:02
10/10/2011

ANEXO B – Sítio da Transparência Brasil

Disponível em: <(www.transparencia.org.br)>. Acesso em 10.10.2011.

TransparênciaBrasil

QUEM SOMOS | ESTATÍSTICAS | ARTIGOS | ACADÊMICOS | MANUAIS | PUBLICAÇÕES | PROJETOS

Muitos dos projetos da Transparência Brasil baseiam-se no incremento do acesso a informação. As ferramentas abaixo ajudam cidadãos, a imprensa, ONGs, organismos acadêmicos e órgãos de controle do Estado a exercerem o monitoramento das instituições. Clique na área de cada um para visitar e usar.

EXCELENCIAS
Como se comportam os nossos parlamentares

Históricos dos parlamentares brasileiros. Processos na Justiça, como gastam o dinheiro que recebem, quem financiou suas campanhas eleitorais e muito mais.

Deu no Jornal - O único banco de dados existente no Brasil com noticiário sobre corrupção publicado pelos principais veículos de imprensa escrita do país.

Mapa de doações eleitorais no Brasil. Quem financiou quem em todos os pleitos desde 2002. Gráficos e tabelas exibem como o dinheiro flui nas eleições brasileiras.

MERITÍSSIMOS
DESEMPENHO DOS MINISTROS DO STF

Monitoramento do desempenho dos ministros do STF. Quanto tempo eles demoram para resolver processos e como se comparam entre si.

Assistente de Licitações - Use esta ferramenta para resolver dúvidas e verificar se um edital de licitação obedece à lei. Voltado para administradores públicos, advogados e jornalistas. Emita relatórios de conformidade.

ASSOCIE-SE À TBRASIL.

Como montar uma organização em sua cidade. Diga Não à Corrupção.

Banners

Clique para receber os boletins da TBRASIL.

Conformidade do país à Convenção da OCDE. Aqui a versão em inglês.

Relatório sobre o Brasil no Global Integrity Report.

Pesquisa de compra de votos nas eleições de 2006.

Documentos emitidos pela Transparência Brasil anteriormente a 31 de julho de 2007 indicam que a entidade era associada à Transparency International. Naquela data, a Transparência Brasil decidiu descontinuar a associação.

Ministros mais lentos deterioram desempenho do Supremo Tribunal Federal

Dados do **projeto Meritíssimos**, da Transparência Brasil, mostram que três dos dez ministros em atividade no Supremo Tribunal Federal (Joaquim Barbosa, Marco Aurélio e Dias Toffoli) acumulam, sozinhos, 50% dos 64,4 mil processos que permanecem sem resolução na Corte (congestionamento). No caso de Dias Toffoli, a quantidade elevada se deve ao fato de ele ter "herdado" mais de dez mil processos que o ex-ministro Menezes Direito deixou sem resolução quando morreu, em 2009.

No caso dos ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio, o acúmulo de processos mantidos sem decisão resulta de um desempenho marcadamente mais lento desses ministros em comparação com seus colegas.

Enquanto ministros como Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello demoram cerca de 60 semanas, em média, para decidir sobre processos do ramo Tributário, Barbosa demora 114 semanas e Marco Aurélio, 82.

Os ministros do STF têm desempenhos bastante variáveis conforme o ramo do Direito e a classe processual (o tipo de processo). Na importante classe das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, por exemplo, os ministros Cezar Peluso, com média de 219 semanas, e Celso de Mello, com 218 semanas, são cerca de duas vezes mais lentos do que Ellen Gracie (102) ou Gilmar Mendes (96).

Veja o relatório [aqui](#).

Mapa de riscos de corrupção

Encontra-se disponível para baixar ([aqui](#)) o manual de aplicação da metodologia de levantamento do mapa de riscos de corrupção em instituições públicas, preparado pela Transparência Brasil no âmbito de parceria com a Controladoria-Geral da União. A metodologia, que corresponde a um instrumento auxiliar na prevenção à corrupção, foi concebida para permitir a auto-aplicação pelos servidores dos órgãos públicos.

http://www.excelencias.org.br/

09:04
10/10/2011

ANEXO C - Sítio do Movimento Contra a Corrupção.

Disponível em:< <http://www.movimentocontra corrupcao.org.br>>. Acesso em 10.10.2011

Movimento Contra a Corrupção

Inicio Quem Somos Propostas Agenda Fotos e Vídeos Repercussão Fale Conosco

Seg, 10 de Outubro de 2011

Site em Criação

“ O Movimento Contra a Corrupção – MCC é um movimento apartidário, pacífico, que inicialmente criado por três pessoas, conta hoje com mais de 50 colaboradores em sua coordenação, é um grupo heterogêneo, com diversos credos, classes sociais, ideologias políticas, conceitos e diversidades, que espelham a população brasileira, e têm em comum a vontade de um país melhor e mais justo para todos, no firme combate à corrupção em todos os níveis: Executivo, Legislativo e Judiciário.

No dia 07/09/2011, caminhando e protestando contra a corrupção na UnB sobre ações contra a corrupção do voto aberto; protesto das 594 ruas mais diversas esferas, para propor e dizer que já não há recursos como se estes fossem

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA DISSERTAÇÃO ORGANIZADA - Microsoft Word uso não comercial

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA DIS... as na esplanada dos ministérios, aconteceu? Uma audiência pública da frente parlamentar em defesa nacional, reuniões e discussões nas trazer para todos, os resultados

Movimento Contra a Corrupção

II - MARCHA CONTRA A CORRUPÇÃO VOTO SECRETO/FICHA LIMPA! 12/10/2011 - Em Todo o BRASIL

Participe você também!

Últimos Tuites

09:29 10/10/2011

ANEXO D - Sítio da Transparência Internacional.

Disponível em <www.transparency.org> Acesso em 10.10.2011.

The screenshot shows the homepage of Transparency International (TI) as of October 10, 2011. The browser window displays the URL <http://www.transparency.org/>. The website layout includes a top navigation bar with links for home, about us, contact us, jobs at TI, sitemap, faq, and Chapter Zone. Below this is a secondary navigation bar with categories like news room, global priorities, regional pages, policy and research, tools, publications, and support us.

The main content area features a large banner titled "BREAKING THE CHAIN: CORRUPTION AND HUMAN TRAFFICKING" with a background image of heavy metal chains. Below the banner is a section for the "IACC MOBILISING PEOPLE: CONNECTING AGENTS OF CHANGE" event in Brasilia, Brazil, from 7-10 November 2011. This section lists several news items, including "Grieve must not terminate UK-Saudi bribery investigation" and "New on the blog: Are women less corrupt than men?".

On the left side, there is a "MEDIA CENTRE" section with links to today's top stories, most requested resources, media contacts, and blog and social media. Below this is a "OUR WORK AROUND THE WORLD" section with links to various regional offices and national chapters. Further down is a "CORRUPTION: LEARN ABOUT IT" section with links to FAQs, links, surveys and indices, corruption perceptions index, global corruption barometer, bribe payers index, promoting revenue transparency, regional and national surveys and indices, research, national integrity system assessments, global corruption report, policy positions, and working papers. At the bottom left is a "HOW TO FIGHT CORRUPTION" section with links to corruption fighter's tool kit, integrity pact, business principles for countering bribery, and preventing corruption on.

On the right side, there is a "HIGHLIGHTS" section with three items: "TI has recently developed a new five year strategy which sets out a number of important directions for the Movement. The strategy also identifies six strategic priorities", "Press Release: Independent group should oversee FIFA reform - Willingness to change must translate into swift action", and "The right to be heard and participatory video-making". Below this is a "CORRUPTION AFFECTS YOU" section with links to politics, public contracting, private sector, international conventions, poverty & development, access to information, education, and judiciary. Next to it is a "YOU CAN MAKE A DIFFERENCE" section with links to See how others make a difference: Integrity Award, Transparency International's work in the European Union, Support us: Donate online, and Transparency International's tv advertisement: "The Magician". At the bottom right is a "POLL: RESULTS" section with the question "In your view, how corrupt is your country?" and three radio button options: "Extremely", "Somewhat", and "Not at all". A "Vote" button is located below the options.

The Windows taskbar at the bottom shows the system clock as 09:43 on 10/10/2011. The taskbar includes icons for Internet Explorer, Firefox, and several other applications.